



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**TRABALHO INFANTIL NO DISTRITO DE CACAU PIRÊRA -
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL - PETI**

WELEN BATALHA PEREIRA VASCONCELOS

Manaus
2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

WELEN BATALHA PEREIRA VASCONCELOS

**TRABALHO INFANTIL NO DISTRITO DE CACAU PIRÊRA – UMA
ANÁLISE DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO
INFANTIL - PETI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Manaus
2012

WELEN BATALHA PEREIRA VASCONCELOS

**TRABALHO INFANTIL NO DISTRITO DE CACAU PIRERA- UMA
ANÁLISE DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRBALHO
INFANTIL - PETI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA

**Profa. Dra. SIMONE ENEIDA BAÇAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM**

**Profa. Dra. CRISTIANE BONFIM FERNANDEZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM**

**Profa. Dra. ELENISE FARIA SCHERER
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM**

Manaus
2012

Epígrafe

Muitas vezes, os altos índices de trabalho infantil acabam fazendo parte da estratégia de sobrevivência de algumas famílias pobres. Os baixos salários fazem com que os pais decidam que seus filhos devem trabalhar para ajudar no sustento da casa, ainda que, para isso, sacrifiquem a frequência escolar.

Jane Araújo dos Santos Vilani

DEDICATÓRIA

Ao meu pai celeste
Que tudo conhece, tudo vê e tudo sabe.

Aos meus pais Joaquim e Célia
Pela força que sempre me deram e
Pela dedicação com que sempre me ajudaram

Aos meus irmãos Weber e Wilder
Que acompanharam minha luta

Ao meu marido Alexandre
Pelo companheirismo em todos os momentos,
Pela compreensão e apoio nos momentos difíceis.

A minha princesa Ellen Gabriela
Meu maior tesouro
Razão da minha vida

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me proporcionado paciência e perseverança para a realização deste trabalho.

A professora Dr^a Simone Eneida Baçal de Oliveira pela orientação, dedicação, compromisso e incentivo para a realização deste trabalho de dissertação.

As professoras Dr^a Cristiane Bonfim Fernandez e Dr^a Elenise Faria Scherer pelas contribuições que deram a essa pesquisa, ainda na banca de qualificação.

Alexandre e Ellen Gabriela – família –, por apoiarem incondicionalmente minhas decisões, sempre.

A Secretária Municipal de Assistência Social, do município de Iranduba pela autorização necessária para que pudéssemos levar à frente essa pesquisa.

Aos profissionais que fazem parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, bem como as famílias entrevistadas do programa, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

As colegas do curso de mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, pela amizade que construímos juntas.

Aos professores do Mestrado de Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pelos conhecimentos socializados.

VASCONCELOS, Welen Batalha Pereira. Trabalho Infantil no Distrito de Cacau Pirêra: uma análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. 2012. Dissertação de Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar as ações socioeducativas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI realizadas junto às crianças e adolescentes, como também as famílias que fazem parte do programa. O PETI é um programa do Governo Federal e tem como objetivo erradicar todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos e garantir que frequentem a escola e atividades socioeducativas. Para isso, utilizou-se como caminho investigativo tanto a abordagem qualitativa – em que o pesquisador pode estabelecer uma relação dinâmica com seu objeto de estudo, constituindo sempre uma conduta participante, por meio da observação, quanto a quantitativa – pelo fato de nos apoiarmos também em dados quantificáveis. A pesquisa foi realizada com a secretária de Assistência Social, do município de Iranduba, coordenadora do PETI, do Cacau Pirêra, monitores, conselheiro tutelar e famílias que fazem parte do programa, abordados no período de novembro de 2011, com base em entrevista semi-estruturada, por meio de formulários contendo perguntas abertas e fechadas. Realizaram-se também revisão da literatura específica sobre o tema. Os dados coletados por meio da pesquisa de campo, e analisados sob a luz das teorias assumidas possibilitam alcançar os objetivos propostos. Como objetivo geral buscou-se verificar o PETI e suas ações socioeducativas desenvolvidas junto a crianças e adolescentes e seus familiares, no Distrito de Cacau Pirêra, município de Iranduba, no período de 2010 a 2011. Trabalhou-se três objetivos específicos para poder responder aos questionamentos do objetivo geral. Verificar como vivem as famílias das crianças do PETI, a partir de observação e perguntas realizadas as seis mulheres entrevistadas – por serem as responsáveis pelas crianças e adolescentes inseridos no PETI – em suas casas; conhecer o processo de implementação e a operacionalização do PETI a partir dos profissionais que atuam no programa, permitindo maior conhecimento sobre a implantação do programa no Cacau Pirêra; caracterizar comparativamente a problemática socioeducacional das crianças e adolescentes antes da implementação do PETI e na atualidade com a execução do Programa, a partir desse objetivo pôde-se constatar o desenvolvimento do contingente infanto-juvenil na escola, mesmo com todas as problemáticas da falta de estrutura onde está situada a sede do programa; analisar o nível da participação familiar durante as ações socioeducativas verificou-se que algumas das seis mulheres participam das reuniões, palestras, mas no que diz respeito aos cursos disponibilizados pelo PETI a participação é menor. Não há um maior envolvimento das famílias em participar dos cursos oferecidos. Porém é preciso mais investimentos nos cursos profissionalizantes para que o grupo familiar possa estar preparado para adentrar e permanecer no mercado e assim garantir a sobrevivência da família.

Palavras-chave: Questão Social. Pobreza. Trabalho Infantil. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

VASCONCELOS, Welen Batalha Pereira. Child labour in Cocoa Pirêra: an analysis of the programme for the eradication of child labor-PETI. 2012. thesis in Social and sustainability in Service – Amazon – UFAM Federal University of Amazonas.

ABSTRACT

The study aims to examine the educational actions of the programme for the eradication of child labor-PETI performed together at children and adolescents, as well as the families who are part of the program. The PETI is a Federal Government program and aims to eradicate all forms of work by children and adolescents under the age of 16 years and ensure that attend school and educational activities. For this, used as investigative path both the qualitative approach – in which the researcher can establish a dynamic relationship with its object of study, which is always a participant conduct, through observation, as the quantitative – by fact in support also in quantifiable data. The survey was conducted with the Secretary of Social Welfare, the municipality of Iranduba, Coordinator of the PETI, cocoa Pirêra, monitors, tutelary counselor and families that are part of the program, discussed in the period November 2011, based on semi-structured interviews, through forms containing open and closed questions. There is also a review of the literature specifies on the topic. The data collected through field research, and analyzed in light of the theories assumed allow achieving the proposed objectives. As general purpose sought to verify the PETI and its educational actions developed with children and adolescents and their families in the District of Cocoa Pirêra, municipality of Iranduba, in the period from 2010 to 2011. Worked three specific goals in order to respond to the questions of the general objective. See how living families of children of PETI, from observation and questions asked the six women interviewed – for being the responsible children and adolescents entered into PETI-in their homes; know the process of implementation and operationalization of the PETI from professionals who work in the program, allowing for greater knowledge about the implementation of the program in cocoa Pirêra; characterize compared to socio-educational problems of children and adolescents before implementation of the PETI and at present with the implementation of the programme, from that goal might see the development of juvenile quota in school, even with all the problems of lack of structure where is located the headquarters of the programme; analyze the level of family participation during educational actions it was found that some of the six women participate in meetings, lectures, but with regard to courses offered by the PETI participation is smaller. There is a greater involvement of families in participating in courses offered. However it takes more investment in professional training courses for the family group may be prepared to enter and remain on the market and thus ensure the survival of the family.

Key words: Social Issue. Poverty. Child Prevention Work. Programme for the eradication of child labor-PETI.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Rua do bairro Nova Veneza, no Distrito de Cacau Pirêra	51
FIGURA 2 – A feira do Cacau Pirêra	51
FIGURA 3 – Porto de Cacau Pirêra	53
FIGURA 4 – Sede do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no Distrito Cacau Pirêra	92
FIGURA 5 – As crianças merendando na sede do PETI, no Distrito de Cacau Pirêra ..	97
FIGURA 6 – Sede do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, no Distrito de Cacau Pirêra	100
FIGURA 7 – Período de seca do rio, no Cacau Pirêra	106
FIGURA 8 – As crianças estudando no PETI	117
FIGURA 9 – Trabalho infantil, no Distrito de Cacau Pirêra	122
FIGURA 10 – Famílias que moram no flutuante, no Cacau Pirêra	125
FIGURA 11 – Famílias que moram no flutuante, no Cacau Pirêra	126
FIGURA 12 – Famílias que moram no flutuante, no Cacau Pirêra	126
FIGURA 13 – Sala da Coordenação do PETI, no Cacau Pirêra	132

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1 – Evolução dos ocupados por faixa etária 2006 – 2008.....	43
GRÁFICO 2 – Trabalho Infantil por região 2006 – 2008	44
GRÁFICO 3 – Onde o (a) Sr (a) nasceu?	100
GRÁFICO 4 – Estado Civil	101
GRÁFICO 5 – Escolaridade	102
GRÁFICO 6 – Renda Familiar.....	104
GRÁFICO 7 – Situação Habitacional/moram em residência	105
GRÁFICO 8 – Quantos filhos são atendidos pelo programa PETI.....	106
GRÁFICO 9 – No momento do ingresso do programa o Sr (a) qual a situação em relação ao trabalho:.....	107
GRÁFICO 10 – O (a) Sr (a) sentiu que ele (a) melhorou nos estudos depois que começou a participar da jornada ampliada.....	114
GRÁFICO 11 – O (a) Sr (a) participa de atividades socioeducativas mensalmente.....	128
GRÁFICO 12 – Os profissionais que gerenciam o PETI mantém contato com o (a) Sr (a) semanalmente, mensalmente	130
TABELA 1 – Quantidade de pessoas que residem na moradia	102
TABELA 2 – Situação Socioeconômica das mulheres entrevistadas.....	103
TABELA 3 – Situação Socioeconômica dos maridos das entrevistadas	104
TABELA 4 – Você ou sua família já participou de alguma avaliação promovida pelo programa.....	130

LISTA DE SIGLAS

ALE – Assembléia Legislativa do Estado
ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância
CIB – Comissão Intergestora Bipartite
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CONAETI - Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
DCA – Direitos da Criança e do Adolescente
DI – Distrito Industrial
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPEC – Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MET – Ministério do Trabalho e Emprego
NOB – Norma Operacional Básica
ONU – Organização das Nações Unidas
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNBM – Política Nacional de Bem-Estar do Menor
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
RMM – Região Metropolitana de Manaus
RMI – Renda Mínima de Inserção
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SRT – Superintendência Regional do Trabalho

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL E O TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA REALIDADE A SER DISCUTIDA	18
1.1 Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil e as desigualdades sociais.....	18
1.1.1 Amazônia e as expressões da questão social.....	26
1.2 A pobreza como um dos fatores da inserção do trabalho infantil.....	35
1.3 Trabalho Infantil no Brasil e em Manaus	40
1.4 Breve histórico socioeconômico do Distrito de Cacau Pirêra	50
1.4.1 Trabalho Infantil no Distrito de Cacau Pirêra.....	57
CAPÍTULO II AS AÇÕES DO ESTADO NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL .	61
2.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA	61
2.2 A Política Nacional de Assistência Social – PNAS.....	66
2.3 Breve trajetória do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.....	73
2.4 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no contexto do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e do Programa Bolsa Família.....	82
CAPÍTULO III PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI: IMPLEMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA, NO DISTRITO DE CACAU PIRÊRA	91
3.1 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, no Distrito de Cacau Pirêra.....	91
3.2 As atribuições do PETI na situação educacional das crianças e adolescentes beneficiárias	108
3.3 Analisar a participação da família beneficiária nas ações socioeducativas.....	120

CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	138
ANEXO	144
APÊNDICE	146

INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que com a modernização da sociedade brasileira, bem como o desenvolvimento econômico, as desigualdades sociais se expandiram, pois em determinadas esferas da sociedade ocorreu a escassez da modernização, o que tornou expressiva a questão social devido os problemas que acontecem na sociedade.

As desigualdades sociais se acirraram ainda mais na atualidade com a reorganização perversa do capital, com a entrada da globalização, e abertura das fronteiras, em que nega a humanidade devido aos acordos desenfreados de competição, afetando a classe trabalhadora, pois nem todos estão preparados para adentrar aos empregos tecnológicos, o que contribui para o acirramento do desemprego.

Com a entrada da globalização vem também a proposta do neoliberalismo, no qual preconiza um Estado forte para disciplinar a economia, e mínimo para atender as necessidades sociais da população, há uma regressão dos direitos sociais, o que torna expressiva a pobreza de grande contingente da população brasileira.

No que diz respeito à Amazônia, é uma região rica em bens naturais e foi um grande atrativo e impulsionador para o desenvolvimento capitalista. No entanto, a Amazônia sempre se manteve subordinada às grandes corporações transnacionais, desde o ciclo da borracha, o que facilitou a pobreza e miséria de um grande contingente da região, pois nem todos tiveram as mesmas oportunidades no mercado de trabalho. Não havia uma preocupação com o trabalhador local, e nem investimentos suficientes para a sociedade da região amazônica.

A situação de pobreza e miséria de inúmeras famílias inseridas no território brasileiro, em Manaus e, sobretudo no Distrito de Cacau Pirêra, acaba corroborando com a situação do trabalho infantil, em que um grande contingente da população infanto-juvenil tem que se inserir no trabalho precoce para manter ou complementar a renda familiar.

O interesse pelo tema trabalho infantil, especificamente, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, no Distrito de Cacau Pirêra, no município de Iranduba, veio por meio da observação de crianças e adolescentes inseridas no trabalho infantil, sobretudo nas chegadas da balsa de Manaus à Comunidade. Por isso buscou-se analisar o programa PETI que tem como objetivo erradicar o trabalho

infantil nas atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas e degradantes nas zonas: urbana e rural. Se as ações socioeducativas as crianças e adolescentes, bem como o apoio a família atendida pelo programa estão sendo colocados em prática, no Distrito de Cacau Pirêra.

Este trabalho de dissertação intitulado de *Trabalho Infantil no Distrito de Cacau Pirêra – Uma Análise do Programa de Erradicação do Trabalho infantil – PETI* tem como objetivo geral verificar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, e as ações socioeducativas desenvolvidas as crianças e adolescentes, e o apoio socioeducativo às famílias atendidas pelo programa, no Distrito de Cacau Pirêra, município de Iranduba, no período de 2010 a 2011. E como objetivos específicos verificar como vivem as famílias das crianças do PETI; conhecer o processo de implementação e a operacionalização do PETI a partir dos profissionais que atuam no programa; caracterizar comparativamente a problemática socioeducacional das crianças e adolescentes antes da implementação do PETI e na atualidade com a execução do Programa; analisar o nível da participação familiar durante as ações socioeducativas.

Na intenção de responder os questionamentos realizou-se um estudo de natureza analítico-crítico entre os meses 01/2011 a 01/2012 expresso por meio de pesquisa bibliográfica e documental, e de campo. Foram realizadas pesquisas com os profissionais que fazem parte do programa, e com as famílias das crianças e adolescentes do PETI, para analisar como o programa vem sendo executado, e se realmente está atendendo de forma efetiva a erradicação do trabalho infantil, possibilitando o acesso, a permanência e o sucesso de crianças e adolescentes, bem como estabelecendo parcerias com agentes públicos, no que diz respeito à oferta de programas e projetos de geração de trabalho e renda às famílias do programa.

As entrevistas com os profissionais e famílias foram realizadas no mês de novembro de 2011, por meio dos contatos com a Secretária Municipal de Assistência Social, do município de Iranduba, e a Coordenadora do PETI, no Cacau Pirêra, que estabeleceram contatos com os profissionais, e os endereços das casas das famílias.

Nas entrevistas com as famílias utilizou-se o critério de seleção da amostra: famílias que estão no programa a mais de 01 ano; famílias em situação de extrema pobreza, com renda *per capita* de até R\$70,00; famílias que tenham crianças e

adolescentes de até 15 anos. De 60 famílias foram entrevistadas 10% (6) famílias responsáveis por crianças e adolescentes beneficiárias do PETI, no Distrito de Cacau Pirêra, as quais responderam questões relacionadas ao programa PETI.

Também foi entrevistado 01 representante do conselho tutelar, 01 representante do poder público municipal, 01 coordenador do programa, 01 assistente social, 01 psicólogo, e 02 monitores da jornada ampliada, com intuito de atender os objetivos propostos nesta pesquisa.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizou-se a abordagem quantiquantitativa da pesquisa, com base em entrevista semiestruturada, por meio de formulários contendo perguntas abertas e fechadas, com uso autorizado previamente de gravador de voz, máquina fotográfica por parte do pesquisador. Os resultados e transcrições serviram de base para a elaboração e análise deste trabalho.

Os resultados obtidos são apresentados em três capítulos. O capítulo I - O Desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o trabalho da criança e do adolescente: uma realidade a ser discutida – trata de contextualizar a problemática do trabalho infantil no Brasil, em Manaus e no Distrito de Cacau Pirêra, mostrando as mudanças que ocorreram no cenário brasileiro e amazônico com o desenvolvimento e a reorganização do capitalismo.

No capítulo II - As Ações do Estado no combate ao Trabalho Infantil – desde o Código do Menor até o Estatuto da Criança e do Adolescente, em que a criança passa a ser tratada como sujeito portador de direitos e deveres, posteriormente, destaca-se a importância da POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS em desenvolver políticas que realmente atenda os interesses reais da população brasileira, como também a transferência de renda e o programa PETI, e sua integração para o programa Bolsa Família.

No capítulo III – Análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI: implementação e operacionalização do programa, no Distrito de Cacau Pirêra – trata de conhecer como se deu o processo da implementação e operacionalização do PETI, naquela localidade, posteriormente, apresenta as atribuições do PETI na situação educacional das crianças e adolescentes beneficiárias, e analisa a participação da família beneficiária nas ações socioeducativas.

No final deste trabalho estão as referências bibliográficas que foram utilizadas como apoio e, por fim, no item apêndices, todos os instrumentais produzidos e utilizados na pesquisa de campo.

A análise das ações socioeducativas desenvolvidas às crianças e adolescentes e as famílias inseridas no Programa PETI é de fundamental importância para um bom desenvolvimento do programa, no Distrito de Cacau Pirêra. O PETI deve corresponder às necessidades e demandas das famílias e seus filhos, oferecendo suportes necessários para que esta cumpra o papel de agente socializador de seus membros, sobretudo de seus filhos. O resultado desse estudo significou aproximações sucessivas ao objeto de pesquisa, abrindo um leque de possibilidades para a elaboração de políticas públicas direcionadas às famílias e a erradicação do trabalho infantil.

CAPÍTULO 1

O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL E O TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA REALIDADE A SER DISCUTIDA

1.1. Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil e as desigualdades sociais

Com o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na cidade e no campo houve mudanças no âmbito da sociedade, em que os operários e camponeses foram submetidos a uma dupla exploração, expropriados pela classe dominante nacional e pelos setores estrangeiros, em busca de maior produção para a expansão do Capitalismo.

Para Ianni (1993, p. 4):

As migrações internas atravessam os campos, as cidades, as regiões e as nações. Trabalhadores movimentam-se em busca de terra, trabalho, condições de vida, garantias e direitos. A industrialização e a urbanização expandem-se de modo contínuo, por fluxos e refluxos, ou surtos. Assim como ocorre a metropolização dos maiores centros urbano-industriais, também ocorre a abertura e reabertura das fronteiras.

No Brasil, com o desenvolvimento do Capitalismo, os operários eram obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver, e muitas vezes por meio de exploração abusiva da ordem social burguesa em favor do crescimento da industrialização.

Desde os anos 30 o poder público investiu largamente no desenvolvimento e diversificação da economia, no Brasil, por meio de empresas estatais ou de associações destas com o capital privado nacional e estrangeiro, o que permitiu o crescimento de urbanização e industrialização do país.

Sallum (2000) afirma que nesse mesmo período o Brasil pôde manter políticas de proteção e estímulos as atividades econômicas internas, e também manter sua política de industrialização por substituição de importações iniciadas nos anos 30.

Como o país não disponibilizava de uma indústria de base, era preciso importar equipamentos industriais para suprir a demanda interna e aumentar a

industrialização, mas com a desvalorização cambial corrente ficou quase impossível importar tais equipamentos, pois ficaram caros demais, e o território brasileiro não tinha como comprar.

As indústrias do Brasil passaram a ser filiais de grandes empresas estrangeiras, o país estava destinado a preparar para o consumo, artigos que foram planejados no estrangeiro. Pode-se dizer também que as indústrias do Brasil em certos momentos exerciam autonomia, para suprir com fabricação nacional a maior parte da sua produção, mas mesmo nacionais estavam sempre ligadas e subordinadas aos mandos dos países estrangeiros, e dependentes financeiramente das grandes empresas estrangeiras.

De acordo com Benaion (2006, p. 217 - 218):

As elites brasileira e internacional omitiram-se de investir num projeto de produção industrial “de marca brasileira”, “original”. Os primeiros não acreditavam na capacidade do país de gerar educação, ciência e tecnologia de forma autônoma e de qualidade. [...] E aos segundos não interessava, simplesmente. A conquista de autonomia da economia brasileira poderia levar à perda de importante mercado cativo para os produtores estrangeiros.

Um projeto industrial de marca brasileira não era visto com bons olhos pelas elites internacionais, pois estas não queriam perder o controle que exerciam sobre o mercado nacional. Diante destas determinações, o Brasil sempre se manteve em uma posição inferior e dependente, com uma industrialização subdesenvolvida e dependente dos países que tinham o poder.

A constituição do sistema capitalista e a constituição da massa de trabalhadores foi uma expropriação violenta, longe de se constituir num fenômeno natural, pois os trabalhadores dissociados de seus meios de produção, só tinham sua força de trabalho para vender para o sistema capitalista, por meio de exploração, o que permitiu o aumento das péssimas condições de vida dos operários.

Para Nascimento (2004) surge o moderno proletariado, em que uma massa de trabalhadores é dissociada por completo dos seus meios de produção, o qual é uma pré-condição para o desenvolvimento capitalista. O trabalhador passa a ter somente a sua força de trabalho para vender ao capital, porém esse contingente humano foi produzido em maior proporção que as necessidades das fábricas,

indústrias, ocorrendo uma degradação completa dos trabalhadores, por não conseguirem suprir suas necessidades básicas.

Não houve a preocupação com o trabalhador, pois o que prevalecia era a ascensão do sistema capitalista. Ainda de acordo com Nascimento (2004, p. 59) o desenvolvimento do sistema capitalista ocorreu “pela via privilegiada da exploração e da violência e não por meio de um desenvolvimento natural que indique a passagem de uma organização do trabalho arcaico para uma nova forma”.

As desigualdades e injustiças sociais tornaram-se ainda mais expressivas na atualidade com a reorganização perversa do capital. Isto permite dizer com a globalização, e com a abertura das fronteiras, a pressão internacional se torna expressiva, e os produtos passam a ter mais possibilidades de serem afetados pela competição internacional, pois ocorre um aumento do grau de abertura da economia. Tanto a constituição desses produtos, e como são produzidos, passam a ser influenciados pelos padrões internacionais de normas e de custo. Até mesmo o grau de liberdade para a escolha de técnicas torna-se menor do que quando a industrialização se desenvolvia dentro das fronteiras e com a proteção do Estado.

Santos (2010) explicita a existência de pelo menos três mundos num só, quais sejam: o mundo como tal nos fazem crer: a globalização como fábula; o mundo como é: a globalização como perversidade; o mundo como pode ser: uma outra globalização.

A globalização como fábula “erige como verdade certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação” (TAVARES, 1999 *apud* SANTOS, 2010, p. 18).

Nesse tipo de globalização é como se o mundo tivesse tornado ao alcance de todos, por meio da mídia, no entanto a informação sobre o que acontece é passada por meio de uma interpretação dos fatos de forma interessada. O mercado dito global tem o intuito de homogeneizar o planeta, mas na verdade, as diferenças locais se tornam mais aprofundadas, visto que as distâncias têm significados e efeitos diferentes, e nem todos os países têm a possibilidade de acompanhar os novos momentos de globalização.

Para Santos (2010, p.19) “fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que se estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil”.

O Estado passa a atender os interesses do setor econômico com intuito de ampliar as taxas de lucratividades, e por outro lado ocorre à redução do seu papel na área social, com implementação de políticas sociais paliativas, não colocando em prática uma cidadania universal.

No que diz respeito à globalização como perversidade, destaca-se que houve mudanças no mundo, no fim do século XX, em que se torna unificado com as novas condições técnicas reguladas pela informação, constituições sólidas para uma ação mundializada. Pode-se perceber que a evolução deste tipo de globalização nega a humanidade, devido aos acordos desenfreados aos comportamentos de competição, próprios das ações hegemônicas.

De acordo com Santos (2010, p. 19 - 20):

De fato, para a maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. [...] A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção.

A perversidade sistêmica é uma de suas consequências. Por um lado as pessoas se sentem desamparadas, há um retrocesso, na noção de bem público e de solidariedade, em que o Estado passa a intervir minimamente nas funções sociais e políticas, e assim a pobreza se torna expressiva e, por outro lado, ocorre a ampliação do papel político das empresas na regulação da vida social.

De acordo com Santos pode-se pensar na construção de outro mundo, por meio de uma globalização mais humana. No período atual, as bases materiais são a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento planetário, são nessas bases que o grande capital se apoia para construção da globalização perversa acima citada. No entanto, as bases materiais poderão ser utilizadas com intuito de alcançar outros objetivos, se forem postas a serviço de outras determinações sociais e políticas.

E para alcançar outros objetivos, em busca de outra globalização, Santos (2010) enfatiza a necessidade de haver mudanças tanto no plano empírico, como no plano teórico.

No que diz respeito ao plano empírico, é possível reconhecer fatos novos indicando a emergência de uma nova história:

O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes. A isso se acrescenta, graças aos progressos da informação, a “mistura” de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu. Um outro dado de nossa era, indicativo da possibilidade de mudanças, é a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite um ainda maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias. (SANTOS, 2010, p. 20 - 21).

Para se construir outra globalização mais humanizada, é preciso utilizar as bases materiais que a globalização perversa de hoje faz uso, para estabelecer os fundamentos de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, e assim abrir possíveis meios de utilização, a serviço dos homens, do sistema técnico atual.

Já no plano teórico, observa a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, uma grande exposição. Para Santos (2010, p. 21):

Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. A universalidade deixa de ser apenas uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar da experiência ordinária de cada homem.

Para a realização de outra história é imprescindível que haja a contribuição de todos os países, a mistura de povos, de raças, de culturas, de religiões, de gostos etc., haja vista que os processos econômicos, sociais e políticos engendrados de baixo para cima podem alcançar o efeito desejado. Uma informação em que a verdade poderá dar-se dentro da maioria da população, e a serviço de uma comunicação pensada e emocionada, concedendo-se um papel oposto ao que lhe é hoje conferido no sistema da mídia.

No entanto, as transformações em andamento com a globalização perversa, em que nega a humanidade, devido aos acordos desenfreados de competição, vêm deixando marcas sobre a população empobrecida, em que a violência da pobreza é parte de nossa experiência diária. Não há uma preocupação com essa população por parte dos governantes, no que diz respeito, à saúde, à educação, à alimentação, a uma moradia digna, dentre outros fatores. Muitos indivíduos estão sujeitos à fome, à fadiga, à ignorância, à resignação, à revolta, à tensão e ao medo, e para eles tais

fatores são sinais que inúmeras vezes faz saber os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade.

A globalização econômica vem se instaurando com objetivo de consolidar um mercado mundial, a partir da abertura internacional do livre comércio, como elemento organizador da humanidade. Salama (1999) explicita que as fases de liberalização das trocas significam crescimentos maiores que aquelas de protecionismo, e que a perspectiva de um retorno ao protecionismo parece ser ultrapassada, já que a globalização se impôs. A globalização passa a ter uma concepção controlada, no que diz respeito ao processo de regionalização em curso, evoluindo o debate entre regiões de livre comércio e estabelecimentos de uniões econômicas.

Com a liberalização da economia não há uma melhoria do bem-estar da população, pelo contrário, com as leis do mercado ditando as regras, à abertura das fronteiras, e um Estado flexível aos interesses da esfera econômicos, pode ocorrer um enfraquecimento significativo dos países pequenos em relação aos grandes, e devido à insuficiência de certos períodos de recessão, a indústria nacional pode ser destruída e substituída por importações. O que contribuirá para tornar expressivas as desigualdades entre países.

Santos (2010, p. 66), afirma que:

O mundo se torna fluido, graças à informação, mas também ao dinheiro. Todos os contextos se intrometem e superpõem, corporificando um contexto global, no qual as fronteiras se tornam porosas para o dinheiro e para a informação. Além disso, o território deixa de ter fronteiras rígidas, o que leva ao enfraquecimento e à mudança de natureza dos Estados nacionais.

Nesse contexto, as ideias neoliberais se tornam expressivas, sobretudo com a crise do modelo econômico do pós-guerra em 1973, pois eles defendiam a livre movimentação do mercado para alcançar a eficiência econômica, mas para que isso ocorresse era preciso um Estado flexível aos interesses econômico e reduzido para a área social. Anderson (1995, p. 9) expõe “o neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”.

Para que houvesse solução para a crise capitalista e estabilização monetária era preciso controlar por meio de contenção dos gastos na área social. Por isso a necessidade de haver reformas, e segundo Benaion (2006, p. 91):

Nos anos 1980, o neoliberalismo venceu uma batalha estratégica pelo sentido das palavras utilizadas no cotidiano. A palavra “reforma” foi reconfigurada, adquirindo o significado de “contra-reforma”. [...] Alardeava-se que com a reforma administrativa se diminuiria a participação do Estado na sociedade e o que se observou foi a transferência da utilização do fundo público em programas da área social para os programas econômicos de ajuda empresarial.

Os condutores da globalização necessitam de um Estado que seja submisso aos seus interesses, e assim o Estado passa a ter menos recurso para a área social, e flexível aos interesses da economia dominante. Quem passa a ser os atores do mercado global são as empresas globais, com o mundo da competitividade.

Com a entrada da ideologia neoliberal nos países periféricos houve a redução da intervenção do Estado, e a abertura para a economia do livre mercado. Tais países ficam sob a influência das corporações transnacionais e submetem-se as políticas próprias dos países desenvolvidos.

Em busca da competitividade é preciso uma nova teoria do comércio internacional. Salama (1999) expõe que de acordo com análises desta teoria, não há uma conclusão de que se tem um espaço equilibrado quando as fronteiras se abrem, tudo dependerá das condições de satisfação dos países para poder ter possibilidade de harmonização entre países grandes e pequenos.

Para os economistas neoliberais, as empresas públicas não tinham capacidade suficiente para administrar e produzir bens e serviços de boa qualidade e, conseqüentemente, não iriam gerar a expansão econômica. Segundo Benaion (2006) os economistas neoliberais exaltavam as empresas privadas, pois somente elas iriam satisfazer a demanda e os desejos dos consumidores.

Com as facilidades das condições de pagamentos aos investidores estrangeiros, para a venda das empresas estatais, a abertura das fronteiras, a liberalização da economia ou a globalização, é possível observar a competitividade entre países. De acordo com Salama (1999, p. 23):

O processo de localização-deslocalização não é estável. Pode-se considerar, por exemplo, que se a concorrência em torno dos produtos se torna muito grande, então os custos de transação elevados se mostrarão relativamente mais baixos – sobretudo se a

diferença dos salários em relação ao país de origem for compensadora e se as legislações do trabalho e as relativas ao meio ambiente forem menos rigorosas – e as empresas tenderão a se deslocar.

Isto permite dizer que os países centrais passam a se deslocar para os países de economias periféricas, o que permite taxas de salários mais baixas, mudanças na gestão da força de trabalho e, conseqüentemente, um aumento da pobreza.

Soares (2003) explicita que ao término dos anos 90, a situação social na América Latina não melhorou com relação ao período anterior, em que a situação apresentou fortes evidências de danificação e retrocesso social. O percentual da população em pobreza extrema¹ aumenta, retrocedendo-se a tendência das três décadas do pós-guerra. Este grupo de “extremamente pobres” ou “indigentes”, estabelecidos como aqueles em que a renda da família não dá para comprar uma cesta básica de alimentos foram os que mais cresceram entre os pobres, o qual representa a metade dos mesmos.

Pode-se observar que no governo de Fernando Henrique Cardoso, houve facilidade de pagamentos para os investidores estrangeiros, em busca de privatizar as estatais. O principal objetivo com as vendas das estatais era reduzir as dívidas ao capital estrangeiro, no entanto, o que aconteceu foi o aumento da dívida, pois era preciso financiar os investidores privados, o que provocou maiores empréstimos do capital estrangeiro.

Para Benaion (2006, p. 329):

Ao final do governo de Fernando Henrique Cardoso, os dados mostraram que a venda do patrimônio público brasileiro contribuiu mais para aumentar a dívida estatal que para diminuí-la, como afirmava o governo, com a agravante dele não dispor mais das fontes de lucros das estatais com as quais contava para gerar divisas.

Com o aumento do endividamento houve a diminuição da riqueza nacional, em que refletiu nos projetos do governo, sobretudo na área social. Isto permite dizer que Fernando Henrique pouco fez nas áreas sociais. Netto (1999) em análise dos gastos ditos sociais do governo FHC, comprova os reduzidos recursos alocados a implementação das políticas sociais, sobretudo em cinco áreas sociais de primordial

¹ No caso da taxa de pobreza extrema (rendimento médio domiciliar *per capita* de até um quarto de salário mínimo mensal). (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, 2010, p.3).

importância, quais sejam: educação, saúde, trabalho, assistência e previdência. O presidente FHC no processo de sabotagem das políticas sociais – e na qual tem a massa dos trabalhadores como usuários –, adotou o procedimento dos cortes e manipulava as receitas que eram para serem gastas nas políticas sociais para outras finalidades.

Fernando Henrique pouco fez para as áreas sociais, o que se observou foi o aumento da exclusão social; o aumento da concentração de renda; o alto índice de desemprego; o descompromisso com a responsabilidade social, pois nos momentos mais agudos de crise, o projeto neoliberal vem redirecionando a política social, por meio de cortes do gasto social. Pochmann (2001, p. 30) destaca que “os trabalhadores do setor público foram transformados na principal variável de ajuste do Estado no Brasil nos anos 1990”.

A demissão de empregados do setor produtivo estatal se tornou expressiva, como também foram colocadas em práticas medidas para que ocorresse maior intensificação do trabalho, por meio de programas de gestão de mão-de-obra, com intuito de reduzir os salários, ter uma maior subordinação dos trabalhadores, para gerar lucros ao setor estatal e nas novas empresas privatizadas. Com a revisão do papel do Estado e as privatizações houve a redução nos rendimentos dos empregados, o que permitiu o agravamento da condição de pobreza, tornando expressiva a questão social no cenário brasileiro, e em Manaus o que contribuiu para o acirramento de trabalhos informais na capital amazonense, e nos demais interiores do Estado do Amazonas.

1.1.1 Amazônia e suas riquezas: as expressões da questão social

Pode-se observar que a Amazônia faz fronteira com seis países, a saber: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, e Venezuela. Representa: a vigésima parte da superfície terrestre; quatro décimos da América do Sul; três quintos do Brasil; um quinto da disponibilidade mundial de água doce; um terço das reservas mundiais de florestas latifoliadas e 69% dessa área pertence ao Brasil, abrangendo os Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. São 4.871.000 Km², uma imensidão de terras, águas e florestas, que abrigam 10 milhões de habitantes, apenas dois e meio milésimos da população mundial, com uma densidade de 2 hab./Km² Existem basicamente três tipos de rios:

água branca (Solimões, Amazonas, Madeira...) visibilidade 0,1 a 0,5 metros; pH 6,5 a 7,0; água preta (Negro, Urubu...) visibilidade de 1,50 a 2,50 metros, pH 3,5 a 4,0; água clara (Tapajós, Trombetas...) visibilidade mais de 4 metros, pH de 4,0 a 7,0².

No que diz respeito à população, a Amazônia tem cerca de 17 milhões de pessoas, e a densidade demográfica é de cerca de 3,4 habitantes por Km². É importante ressaltar que 62% da população vivem na zona urbana e 38% na zona rural. Em média, durante o ano, o caboclo do interior usa cerca de 3,2 horas/dia para a agricultura e 5,1 horas/dia para o extrativismo (caça, pesca, coleta...)³.

A Amazônia é uma região que tem uma base alimentar determinada de bens naturais ou resultantes de culturas agrícolas. Os bens naturais são representados por animais e vegetais. O solo é bom para plantação, e muitos ribeirinhos se utilizam deste para sua própria alimentação, é a chamada agricultura de subsistência.

A Amazônia foi um forte atrativo e impulsionador para o desenvolvimento capitalista, por meio de suas riquezas naturais. Existem dois momentos de fundamental importância para tal desenvolvimento, quais sejam: o chamado Ciclo da Borracha – década de 1890 até o início da década de 1920; e a partir da década de 1950 – quando o governo dos Estados Unidos e outras grandes empresas do território brasileiro verificaram a possibilidade do crescimento econômico em detrimento da exploração de diferentes recursos minerais, tais como: ferro, ouro, prata, manganês, bauxita etc.

A Região Amazônica se manteve sempre subordinada às grandes corporações transnacionais, desde o ciclo da borracha, bem como nos grandes projetos da indústria de alumínio, e para que fossem produzidos de forma lucrativa era preciso de subsídios dos governos Federal, Estadual e Municipal. O Estado teve sua contribuição no “sangramento das veias da Amazônia brasileira” (Madeira, p. 2010, p. 4).

O Estado a partir deste contexto passa a cumprir novas funções em favor do desenvolvimento do capitalismo, e por isso a economia brasileira sempre facilitou a entrada do capital estrangeiro no Brasil, sobretudo nas riquezas naturais da Amazônia. Mas era preciso a modernidade da região Amazônica para se adequar as demandas do capital internacional.

² BUENO, Carlos R. Estudo realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA. Disponível em <www.viverde.com.br>. Acesso em 28/08/2011.

³ BUENO, Carlos R. Estudo realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Disponível em <www.viverde.com.br>. Acesso em 28/08/2011.

Diante dessas determinações com intuito de investir mais na Amazônia em favor do desenvolvimento do capital, nas décadas de 60 e 70 houve a consolidação de grandes projetos propostos pelo regime militar para a Amazônia Legal e para a Amazônia Ocidental que se constituiu e reservou-se a Zona Franca de Manaus⁴, no Amazonas⁵.

Com a criação da Zona Franca de Manaus inúmeras pessoas vieram para a capital do Amazonas em busca de melhores condições de vida. “A concentração da população do Amazonas em Manaus (zona urbana) está relacionada com a concepção de desenvolvimento da Amazônia imposta à região, que sempre previu a urbanização” (Souza, 2009, p. 105).

Scherer (2005, p. 29) afirma:

A modernidade trazida pelo processo de industrialização afeta rapidamente o mundo da vida cotidiana dos amazonenses. A fisionomia da cidade modifica-se com o processo de urbanização. O espaço urbano ganha uma outra visibilidade, com o crescimento populacional e com a constituição de inúmeros bairros que passam a compor a periferia da cidade.

Pode-se dizer que houve mudanças na cidade de Manaus com a criação da Zona Franca, em que se constituíram novas classes sociais, trabalhadores rurais que migraram para cidade em busca de novas oportunidades. Isto permite dizer que a Zona Franca trouxe por um lado a modernidade da capital amazonense, mas por outro, a pobreza e a miséria, pois nem todos tiveram as mesmas oportunidades no mercado de trabalho.

Isso porque a mesma sociedade que fabrica o desenvolvimento econômico fabrica as desigualdades que estabelecem a questão social⁶, haja vista que houve

⁴ Criada em 1957, de acordo com um projeto do deputado Pereira da Silva, a Zona Franca de Manaus só foi regulamentada em 1960, tendo a finalidade de constituir um entreposto de mercadorias estrangeiras para abastecimento dos países vizinhos, que fariam também, através dela, as suas exportações. A ideia na realidade não funcionou, apesar da existência de uma Superintendência, dependente porém de recursos e estímulos que nunca chegaram. (BATISTA, 2007, p. 345)

⁵ O estado do Amazonas é uma unidade da federação brasileira, com uma área, de 1.559.161,682, e população estimada em 3.483.985 habitantes, que é distribuída em 62 municípios, dentre os quais está a cidade de Manaus, com população de 1.802.014 habitantes. Dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 27/08/2011.

⁶ A questão social apresenta diferentes aspectos econômicos, políticos e culturais. Algumas vezes envolve, principalmente, operários, outras, camponeses. Aqui podem estar presente os negros, lá, os índios. Sem esquecer que um muitas vezes é o outro. As reivindicações, os protestos e as revoltas não se esgotam no âmbito da economia e política, podendo implicar aspectos culturais. No limite, as mais diferentes manifestações de trabalhadores da cidade e do campo, enquanto expressões da

muitos investimentos em industrialização, e não houve investimentos suficientes para a sociedade, repercutindo na desigualdade social.

Nascimento (2004) enfatiza que a questão social é tomada como expressão da contradição fundamental da ordem social burguesa: em que acontece a exploração do trabalho pelo capital, essa exploração produz uma nova pobreza, em que os trabalhadores são dissociados por completo dos seus meios de produção.

Não havia uma preocupação com o trabalhador local, e nem investimentos suficientes para a sociedade, e assim muitas famílias passaram a viver em condições precárias. Por isso que a questão social se funda nas desigualdades e injustiças que se constituem na estrutura social. De acordo com Wanderley a questão social. (1997, p. 58),

[...] ela se funda nos conteúdos e formas assimétricos assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais que constituem as maiorias populacionais, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações estruturais.

Sem contar que muitas pessoas não estavam preparadas intelectualmente para adentrar e permanecer no mercado de trabalho com as mudanças oriundas da modernidade do capital, pois o modo de produzir dessas pessoas era simples, o trabalho era realizado por meio de uma produção de subsistência, sem contar com a baixa escolaridade. Para Oliveira (2009, p. 77) “no estágio inicial da industrialização da cidade de Manaus, o contingente de empregados no chão das fábricas era composto majoritariamente por pessoas que migraram do meio rural do Estado do Amazonas. E que, de modo geral, tinha baixa escolaridade”.

O desemprego passou a constituir uma nova história em Manaus, muitas famílias que vieram tentar a sorte, não estavam preparados para enfrentar as novas exigências do mercado de trabalho.

Deslocamento maciço da população do interior, que viu nas novas perspectivas de Manaus uma esperança para alcançar um nível de vida digno. Tem vindo todos, patrões, extrativistas, empregados e especialmente desempregados, das cidades, vilas, povoados, seringais e ‘colocações’ de todos os rios, uns trazendo modestas economias, para se estabelecerem com pequeno comércio, e a

questão social, podem implicar tanto a reforma das relações e instituições sociais como a sua revolução”. (IANNI, 1993. p. 5).

grande maioria somente com a coragem e a esperança. (BATISTA, 2007, p. 351).

Houve o deslocamento de grande parte da população rural para o meio urbano de Manaus, com grandes perspectivas de alcançar uma vida digna. No entanto, nem todos estavam preparados para as mudanças na vida urbana, o que possibilitou o desemprego, gerando a pobreza e a miséria, pois com a desestruturação e instabilidade no mercado de trabalho ocorre a vulnerabilidade social, pois há ausência de um sistema de proteção social. E assim os membros das famílias procuram, entretanto, uma saída para o seu destino sem horizonte, haja vista que “são seres isolados; pobres; famintos, muitas vezes doentes e frequentemente tristes. Alguns chegam a vencer a carga negativa que os acompanha; mas a maioria naufraga dolorosamente” (BATISTA, 2007, p 117).

Outro fator a ser destacado são as mudanças na década de 90, com o novo modo de produção no mercado de trabalho, com as inovações nas indústrias do DISTRITO INDUSTRIAL – DI da Zona Franca de Manaus, o que permitiu um acirramento ainda maior de desemprego, pois nem todos estavam preparados para os empregos tecnológicos, e com as mudanças na organização do trabalho.

Para Scherer (2005, p. 32):

A reestruturação produtiva, nas indústrias do DI, afeta de forma dramática, não só em termos quantitativos como qualitativos, o mercado de trabalho amazonense. A estrutura ocupacional assume uma nova configuração e consolida-se no chão da fábrica, onde predominam, na atualidade, poucos trabalhadores, agora qualificados e polivalentes.

Com a reestruturação produtiva não há mais estabilidade no emprego e nem garantias dos direitos dos trabalhadores. O que se observa é que os mercados de trabalho tendem a reduzir cada vez mais o número de trabalhadores estáveis e utilizar os trabalhos terceirizados, subcontratos, temporários, eventuais etc., haja vista que estes trabalhadores são facilmente demitidos sem custos à empresa. Castells (1999, p. 289) “esses trabalhadores não têm segurança no emprego, portanto são demitidos e contratados conforme a conveniência da empresa”.

Sem contar que é preciso um novo perfil de qualificação do trabalhador, com maior autonomia, capacidade de se expressar, trabalhar em equipe, conhecer um

pouco de cada área no seu local de trabalho, para ter a capacidade de inovar, criar em prol do crescimento da empresa.

Os impactos produzidos pelas mudanças que o processo da globalização proporcionou, com a entrada dos empregos tecnológicos; a racionalização dos gastos; pelas novas técnicas organizacionais, acabou possibilitando a eliminação dos postos de trabalho que exige menor qualificação, causando maior divisão nos postos de trabalho, com os contratos precários, maior rotatividade dos trabalhadores.

De acordo com Valle (2000, p. 211-212) “as inovações tecnológicas e organizacionais vêm ocorrendo em um contexto caracterizado pela dispensa massiva da força de trabalho industrial, perda de conquistas sociais e manutenção de baixos salários”.

A modernidade deixou rastros na grande maioria da população da Amazônia, pois a maioria vive sem nada possuir, sem empregos, contribuindo para o crescimento do exército industrial de reserva, o que torna expressiva a questão social, com desemprego em massa, precariedade do trabalho e a regressão dos direitos sociais.

As inovações tecnológicas acabaram contribuindo para o aumento do desemprego e, conseqüentemente, o acirramento em trabalhos informais, pois nem todos os trabalhadores estavam preparados para se inserirem nos novos paradigmas de produção, estabelecidos pelas empresas do Distrito Industrial, o que resultou na inserção em trabalho precário e sem garantias de acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, o que gera o aumento da pobreza.

Segundos dados fornecidos, em Manaus, no Amazonas, 648,6 mil pessoas recebem até R\$ 70 mensais e estão incluídas na faixa de extrema pobreza definida pelo Governo Federal. O universo dos miseráveis corresponde a 18,6% do total dos 3,48 milhões de habitantes do Estado, segundo o novo levantamento preliminar do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice de pobreza do Amazonas é mais que o dobro da média do País e ficou acima até do Nordeste, que liderou o indicador da pobreza, com 18,1% do total da população, segundo o recorte feito pelo IBGE nos dados do último censo. (www.d24am.com).

Para Scherer (2009) segundo dados da Suframa, as indústrias do Polo Industrial de Manaus tiveram em 2006 o faturamento alcançado US\$ 14,6 bilhões (cerca de R\$ 32 bilhões) no período de janeiro a agosto de 2006. Mas por outro

lado, os indicadores sociais que compõem o ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH do Atlas de Manaus mostram o avesso do progresso econômico, em que mais de 100 mil famílias vivem abaixo da chamada linha da pobreza (IBGE, 2000).

Houve muitos investimentos para as indústrias do Pólo Industrial de Manaus, mas por outro lado, as desigualdades se tornam expressivas, haja vista que são inúmeras famílias que vivem em condições precárias.

Segundo dados fornecidos pelo IDH do Atlas de Manaus, no que se refere à distribuição de renda de Manaus, destacam-se enquanto os 20% mais pobres da população aproximam-se de apenas 1,6% da renda gerada no município, os 20% mais ricos ficam com 68%, ou seja, é uma disparidade expressiva.

É importante enfatizar que o Atlas de Manaus considera pobres, as pessoas que vivem com menos de meio salário mínimo no ano de 2000 (R\$ 77,50), representando uma proporção de mais de 1/3 da população de Manaus, um contingente de 445 mil pessoas, e desse total, 209 mil podem ser consideradas indigentes (vivem com menos de ¼ do salário (R\$ 37, 75)).

Há uma grande desigualdade social entre os mais ricos e os mais pobres, estes por sua vez vivem em condições precárias, sem ter uma vida digna de igualdade de renda e de direitos. A produção capitalista tende a interferir em todas as esferas da vida social, acabando com valores e referências próprias da população amazônica. “Arrebenta a coesão social, destruindo culturas, sentimentos e interferindo até na dimensão transcendente (religiões), onde a “salvação da alma” tornou-se mercadoria” (TEIXEIRA, 2008, p. 4).

Diante do exposto pode-se perceber que com o crescimento da riqueza nas mãos de poucos, crescem as desigualdades sociais, causando os problemas na sociedade, constituindo os elementos constitutivos da questão social na Amazônia.

Teixeira (2008, p. 7) pontua níveis bem genéricos sobre os aspectos que possibilitam um entendimento global sobre a gênese histórica da questão social na Região Amazônica e do empobrecimento de sua população, a saber:

- 1) Num primeiro momento, o capital mercantil introduziu-se e reproduziu-se na região, promovendo o saque e apropriando-se, utilitariamente, do valor-trabalho via coleta do índio, do caboclo, do negro e do migrante pobre.

Embora os empobrecessem, não conseguia desocupá-los, desempregá-los, ou seja, não atingia o limite humano da sobrevivência.

2) Num segundo momento, a propriedade privada, enquanto antítese da propriedade comunal dos índios, dos caboclos, dos quilombolas e outros povos tradicionais, foi introduzida na região, separando-os dos seus tradicionais e comunais meios de produção, desocupando territórios, dissolvendo e deslocando formas de trabalho e inviabilizando um processo de reprodução ao modo da tradição.

3) Num terceiro momento, em seu trajeto, o capital dos centros hegemônicos avança, assumindo formas diretamente produtivas. É quando se encravam na Amazônia as indústrias de capital transnacional e monopolista, os chamados enclaves: grandes extratoras mínero-metalúrgicas, que exigem do governo brasileiro as grandes hidrelétricas, subjugando finalmente as pessoas, que se tornam força de trabalho “livre”.

4) E, por último, num quarto momento, na chamada onda neoliberal, o Estado abandona a modernização conservadora e hegemônica a modernização destrutiva da Amazônia e sai dilapidando as políticas públicas de interesse regional ou popular, privatizando estatais altamente produtivas, sucateando universidades públicas, órgãos públicos como a FUNAI, a SUDAM, fechando postos de trabalho, promovendo demissões voluntárias, em uma fúria da qual não escapou nem a parte estatal da Vale do Rio do Doce.

Pode-se perceber que esses quatro momentos deixaram marcas na vida da população da Região Amazônica, em que se apropriaram do seu trabalho, separou-lhes do seu meio tradicional de trabalho, com intuito de implantar na Amazônia indústrias de capital transnacional e monopolista, e por fim o Estado hegemônico a destruição da Amazônia dissipando as políticas públicas de interesse da população. Todos esses fatores são determinantes e estão na gênese da pobreza massiva da Amazônia.

Não houve a preocupação com a população local, em que a grande maioria é abandonada, esquecida, pois o que interessava era o desenvolvimento do capital, e tal desenvolvimento permitiu que a Região Amazônica permanecesse numa situação de pobreza. Para Batista (2007, p. 119):

Apesar de já ter ocupado transitoriamente o segundo lugar entre as regiões brasileiras de maior receita de exportação, a Amazônia tem sido sempre, para surpresa geral, uma área em que a pobreza campeou, colocando-nos naquela condição de não se poder caracterizar exatamente se é 'atraso econômico' ou subdesenvolvimento propriamente dito.

Partiu-se do pressuposto que a Amazônia se manteve numa situação de subdesenvolvimento devido às precárias condições econômicas, em que teve sempre que contar com o capital estrangeiro, permitindo que não houvesse uma transformação econômica, política e social. Isto permite dizer que sem tais transformações não pôde ter alcançado um crescimento de padrão de vida da população.

Não houve preocupação com a grande parte da população da Região Amazônica, sobretudo da capital amazonense, pois "Manaus deixou para trás a cidade do porto de lenha, o seu velho passado extrativista" (SCHERER, 2005, p. 39). Com a modernidade capitalista, houve transformações que ocorreram na configuração de um novo ciclo em Manaus com a criação da Zona Franca, no entanto, não houve a preocupação com a melhoria das condições de vida, pois foi imposta uma modernização selvagem em favor dos interesses do capital.

Segundo Teixeira (2009, p. 31 e 32):

Na Amazônia o desafio da apropriação da riqueza e de sua redistribuição exige a superação da subalternidade em que a região está submetida às relações econômicas e políticas nacionais e internacionais, exige a superação do latifúndio, a garantia das terras indígenas, do território coletivo dos povos da floresta, exige que seja sustada a devastação do meio ambiente, a poluição de nossos piscosos rios e o desaparecimento de nossa biodiversidade.

É preciso que haja a superação da subalternidade, por meio de organização da população em prol de melhorias de vidas. É imprescindível que os governantes implementem políticas sociais na ótica dos direitos, "devem articular suas estratégias de enfrentamento a pobreza e da dita 'exclusão', na região, com medidas que contemplem demandas de caráter estrutural, além de conjunturais e emergenciais" (Teixeira, 2008, p. 11). Portanto, é preciso ter um olhar voltado para as necessidades da população da Região Amazônica, levando em consideração suas peculiaridades para assim efetivar políticas sociais que atendam as reais necessidades da população da Amazônia.

1.2. A pobreza como um dos fatores da inserção do trabalho infantil

A concentração de renda e as desigualdades sociais só aumentaram ao longo da história, pois devido à má distribuição de renda, há um número considerável de pessoas e famílias em situação de pobreza e miséria, em que ocorre a concentração de renda nas mãos de poucos, e a pobreza que dela resulta, causando o distanciamento entre os mais pobres e os mais ricos.

Yazbek (2001) enfatiza que o Brasil é um campeão de concentração de renda e riqueza, em que o salário mínimo é um dos mais baixos do mundo, de acordo com dados do IBGE – Indicadores Sociais 1999 – um rico ganha o mesmo que 50 pobres; 1% da população brasileira detém 13,8% da renda total do país e os 50% mais pobres ficam com 13,5%.

Devido às raízes desiguais do Brasil, em que houve muitos investimentos no econômico e poucos investimentos no social, possibilitou expressiva a desigualdade social. Inúmeras famílias vivem em situação de pobreza no território brasileiro, sem seus direitos básicos reconhecidos.

Para Santos (2010) há três formas de pobreza nos países subdesenvolvidos, quais sejam: a pobreza incluída, a pobreza chamada de marginalidade e a pobreza estrutural.

A pobreza incluída é “uma pobreza acidental, às vezes residual ou sazonal, produzida em certos momentos do ano, uma pobreza intersticial e, sobretudo, sem vasos comunicantes” (SANTOS, 2010, p. 69).

As soluções para os problemas eram privados, assistencialistas, locais, e a pobreza era geralmente expressada como um acidente natural ou social, visto que num mundo em que o consumo ainda não estava amplamente propagado, e o dinheiro não formava uma ligação social obrigatória, a pobreza era menos discriminatória, e podia-se falar de pobres incluídos.

A pobreza chamada de marginalidade, “é identificada como uma doença da civilização, cuja produção acompanha o próprio processo econômico” (SANTOS, p. 70-71). O consumo começa a se impor como algo importante e a sua ampliação ganha as condições materiais e psicológicas fundamentais, o que permite que a pobreza adquira novos conteúdos e novas determinações.

Com a generalização e o sucesso da ideia de subdesenvolvimento e das teorias reservadas a combatê-lo, os pobres eram chamados de marginais. Para

superar a pobreza, vista como uma doença indesejável, os governos e as sociedades nacionais, por meio de suas elites intelectuais e políticas, passam a se preocupar com o fenômeno da pobreza, o que leva o Estado a buscar soluções para esse problema, considerado grave, mas não sem solução.

A pobreza estrutural globalizada, “é uma pobreza quase sem remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego, como também pela redução do valor do trabalho. (SANTOS, p. 73).

Ao contrário das duas fases antes citadas, agora se trata de uma pobreza perversa, generalizada, permanente, global, em que os indivíduos se tornam excluídos. A divisão do trabalho obedece a regras científicas, e é movida por processo que traz consigo a produção das dívidas sociais e a propagação da pobreza numa escala global.

A pobreza ⁷ se torna expressiva com o processo de globalização, pois houve transformações no âmbito social, econômico, político e cultural em curso. Segundo Salama (1999, p. 38-39):

A globalização tende a ser cada vez mais excludente, produzindo num lugar região de integração do tecido social e em outro, regiões de desintegração. Longe de provocar o alardeado universalismo, a abertura rápida das fronteiras aumenta a vulnerabilidade e ao fazê-lo provoca novos vínculos e a criação de circuitos complexos, com modos originais de regulação. O desaparecimento das fronteiras visíveis produz a eclosão de novas fronteiras invisíveis, com a consolidação de regiões de integração ao mesmo tempo em que se desenvolvem regiões de exclusão chamadas de regiões cinzentas.

Pode-se observar que a globalização é excludente, torna expressiva a disseminação do desemprego de longa duração, do trabalho precário, instável e intermitente, há inúmeros trabalhadores brasileiros que estão fora do mercado formal de trabalho, sem garantias de proteção social. E com a liberalização

⁷ A pobreza pode ser entendida de inúmeros sentidos, quais sejam: a carência material na qual envolve carências de bens e serviços primordiais a vida do ser humano, tais como: alimentação, moradia, saúde etc.; a falta de recursos econômicos com privação de rendimentos ou riqueza; carência social ou exclusão social, em que há dificuldades de inclusão na sociedade de um determinado grupo, o que leva ao isolamento e até mesmo a discriminação e subalternidade desse grupo. É a partir dessa configuração que os pobres se inserem na vida social, de acordo com Yazbek (2001) a pobreza, exclusão e subalternidade são produtos que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, e, conseqüentemente, define para os pobres um lugar na sociedade, na qual acontece à desqualificação por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento, sinais de ‘qualidades negativas’ e não desejável a qualquer ser humano.

financeira, ou ainda a globalização, a gestão da força de trabalho passa por grandes mudanças, o que repercute na vida da população.

Com a liberalização financeira houve mudanças na gestão da força de trabalho, pois a financeirização demanda uma flexibilidade crescente dos salários e empregos. Segundo Salama (1999) a financeirização das empresas introduz uma pressão de aperfeiçoamento sobre o processo de valorização, e assim as condições de exploração mudam em dois momentos, a saber:

Num primeiro momento, a acumulação ao se realizar no marco de uma economia fechada, inflacionária, a tendência é o salário baixar, causando o prolongamento da jornada de trabalho por parte daqueles que sofrem os impactos. Os afetados têm que ir a busca de um segundo emprego em tempo parcial, ou aumentam o número de trabalhadores no âmbito da família, um exemplo é o trabalho infantil, em que crianças se inserem no trabalho precoce para ajudar na renda familiar.

Num segundo momento ocorre a introdução de tecnologias novas instigando fortemente a mudança da organização do trabalho no sentido de maior flexibilidade, tanto externa à empresa – rotação maior da mão-de-obra –, quanto interna - diminuição do trabalho especializado e aumento do trabalhador polivalente, em que o trabalhador tem que saber um pouco de cada função dentro do seu local de trabalho, para poder permanecer no mesmo.

Como muitos indivíduos não conseguem a inserção no emprego formal, com carteira assinada, e nem se adequar aos novos empregos tecnológicos impostos pela nova gestão da força de trabalho, muitos têm que buscar as formas de inclusão da sociedade moderna, em que exclui, para depois incluir de forma desigual. Destarte, com a insegurança do trabalho e a regressão dos direitos sociais, não há mais empregos estáveis, o que se verifica é o aumento do emprego precário, a humilhação do trabalho, o desemprego, a falta de compromisso com a população.

Soares (2003) expressa que o trabalho informal se assegura como a principal fonte geradora de emprego, em que 84% das novas ocupações criadas entre 1990-1995, correspondem a atividades informais. O chamado setor informal responsável por 51,6% aumenta sua participação para 56,1%, enquanto o setor formal vê reduzida sua participação de 48,4% para 43,9%.

Com a terceirização, a subcontratação e a rotatividade os trabalhadores não têm mais estabilidade nos contratos de trabalho, pois há uma grande rotatividade

dos trabalhadores. Isto permite dizer que a retirada do Estado do setor produtivo e as privatizações ocorreram à instabilidade do mercado de trabalho e um grande índice de desempregos e, conseqüentemente, crescem os problemas sociais.

Com relação ao emprego público, as fortes contratações do gasto fiscal e os processos de privatização de empresas públicas, ocorridas em função dos programas de ajuste estrutural, exerceram impacto negativo sobre o emprego e também sobre as remunerações dos assalariados do setor público, o que permitiu o aumento do percentual dos empregados públicos em situação de pobreza.

Pode-se perceber a desigualdade existente entre trabalhadores qualificados e não-qualificados, haja vista que para haver a valorização do capital, é preciso a flexibilidade no local de trabalho para o progresso geral das técnicas. Um país que não tem uma acumulação significativa, em relação ao contexto internacional, está mais favorável a uma flexibilidade maior na gestão da força de trabalho.

Salama (1999) enfatiza que o termo “flexibilidade” tem sentidos diversos conforme alguns autores. O autor ressalta a classificação de F. Michon (1987), em que prefere o termo “flexibilidade do capital” – além da flexibilidade qualitativa ou funcional, aparecem práticas de finalização e terceirização, então ocorre o deslocamento e cessão por venda de certas atividades. A segunda é a “flexibilidade do trabalho” – flexibilidade dos salários, da precarização dos empregos, da maior liberdade para dispensar trabalhadores e da flexibilização do tempo de trabalho calculado por mês e até por ano.

Com a promoção da flexibilidade na atualidade, no mercado de trabalho, sem nenhuma proteção social, o aparecimento das diversas formas de empregabilidade, aumenta-se a instabilidade no emprego. Castel (1997, p. 249) expressa “em 10 anos talvez, a instabilidade do emprego vai substituir a estabilidade do emprego como regime dominante da organização do trabalho”.

Diante do exposto, pode-se observar que a instabilidade do emprego indica a precarização do trabalho e afeta os trabalhadores, sobretudo os não-qualificados por não terem as mesmas oportunidades de ir à busca de qualificação no mercado de trabalho.

Nem todos os trabalhadores estão adaptados à flexibilidade do trabalho, com emprego temporário, flexibilidade dos tempos de trabalho e dos salários. Soares (2003) expõe sobre o agravamento das condições de emprego, que estão cada vez mais precárias, com as políticas de “flexibilidade” por parte das empresas, devido às

reformas das leis trabalhistas em curso na maior parte dos países latino-americanos. Tais políticas atingem a estabilidade no emprego, a extensão da jornada de trabalho, o regime de férias e, particularmente, as remunerações.

Pode-se observar que a liberalização da economia aumentou as desigualdades entre as rendas do trabalho, entre os empregos qualificados, e os não-qualificados, pois com a flexibilidade no emprego, houve uma ascensão do emprego informal, um grande número de desempregos, e a diminuição, em termos percentuais, dos empregos nos setores expostos a concorrência internacional.

Faleiros (2003) destaca um aumento significativo da riqueza, e ao mesmo tempo ocorre um aumento significativo do desemprego, com desenvolvimento da produtividade, redução dos postos de trabalho da classe trabalhadora industrial e aumento de trabalhadores terceirizados e precarizados. Esse resultado de desemprego é um dos mais altos e persistentes na sociedade brasileira.

Devido à mudança no processo econômico, político e social, há um número considerável de pessoas e famílias em situação de pobreza, em que ocorre a concentração de renda nas mãos de poucos e a pobreza que dela resulta, o que causa um distanciamento entre os mais pobres e os mais ricos. Segundo Cipola (2001, p. 30) “a pobreza que leva as famílias a ofertarem a mão-de-obra dos filhos muito cedo”.

Devido às mudanças que ocorreram com o processo de globalização da economia, das novas tecnologias no modo de produção, os ajustes econômicos, a entrada do projeto neoliberal, verificou-se um aumento do desemprego, sobretudo nas populações mais pobres do território brasileiro. Em face da necessidade de complemento da renda familiar, a família corrobora com a problemática do trabalho infantil, na medida em que muitas delas são as principais incentivadoras desta atividade.

Soares (2003) destaca um indicador que resume as condições em que vive parcela vulnerável da população latino-americana é o trabalho de crianças e adolescentes – menores de 15 e de 15 a 18 anos – que coloca em risco, e impede sua educação e desenvolvimento social, físico e mental, e ao mesmo tempo reduz ou elimina suas possibilidades de sair da pobreza. As condições de trabalho das crianças inseridas no trabalho infantil são as piores possíveis, em que se verificam jornadas prolongadas, com menores remunerações, trabalho forçado. A autora enfatiza alguns problemas associados à pobreza das crianças que trabalham:

desnutrição, anemia, fadiga, maior exposição a epidemias, os riscos adicionais derivados das péssimas condições sanitárias dos seus locais de trabalho.

Isto permite dizer que a pobreza estabelece uma relação com a inserção de crianças e adolescentes no trabalho infantil. Segundo Vivarta (2003, p. 40), por meio da pesquisa sobre Trabalho Infantil no Brasil, realizada pela Ana Lúcia Kassouf – professora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo “existe uma indicação de que famílias pobres e de tamanho grande requerem mais trabalho infantil, provavelmente como forma de ter um pouco mais de renda para a sobrevivência de seus membros”.

A pobreza assume um papel preponderante e determinante no trabalho infantil, haja vista que o baixo nível de renda dos adultos, muitas vezes é insuficiente para manter a sobrevivência das famílias, o que leva a criança e o adolescente ao ingresso precoce no mercado de trabalho.

O trabalho infantil se torna mais persistente e compulsório no Brasil, devido à desigualdade entre os países, o aumento do desemprego, e por sua vez, a pobreza se torna expressiva, o que facilita o envolvimento das crianças e adolescentes no trabalho precoce. Inúmeras famílias buscam estabelecer estratégias de sobrevivência, e a inserção dos filhos no trabalho infantil é uma das alternativas definidas por essas famílias, haja vista que muitas delas vivem em extrema pobreza e carência em seu cotidiano.

1.3. Trabalho Infantil no Brasil e em Manaus

Pode-se dizer que o Brasil entra na década de 1980 num cenário de esgotamento, no que se refere ao modelo de crescimento econômico que está em execução, e também do regime político marcado pela ditadura militar pós-64.

Com os processos de globalização da economia, os avanços tecnológicos e o aguçamento da competitividade transnacional ocorreram à introdução de novas opressões da economia. Essas novas opressões resultaram em mudanças, Carvalho (2000, p. 15) explicita,

(queda nas taxas de crescimento, desemprego, déficit público, pressões internacionais por ajustes fiscais, liberalização dos mercados, desregulamentação estatal...), assim como introduzem a

eclosão (descompressão) de movimentos sociais e lutas por defesa dos direitos e acesso a bens e serviços.

Devido às manifestações políticas de amplos segmentos populares, orientados sob a égide da democracia na década de 80, na qual buscou desenvolver processos de reformas – manifestados pela transição dos governos civis; a organização política e jurídica sinalizada no desenho da Constituição Federal, promulgada em 1988, veio consagrar este significativo avanço social, decorrentes das lutas comandadas pelos setores democráticos, em defesa dos direitos.

É a partir desse momento de mudanças que ocorre a abertura política, o que possibilita um contato das demandas nacionais com redes e organismos internacionais na defesa dos direitos da população oprimida, bem como na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A inserção de crianças e de adolescentes a partir dos anos de 1990 fez com que o Estado desse maior ênfase a essa questão, e por meio da Constituição Federal de 1988, foi assumido um compromisso de proteger de forma íntegra esse contingente social, em seu art. 227⁸.

Segundo Vivarta (2003, p. 14) “na década de 90, o assunto ganhou visibilidade no cenário nacional e na mídia. Entrou definitivamente na agenda de problemas brasileiros e na pauta de jornais e revistas”.

Nesse contexto, como crescia a movimentação do trabalho infantil, a mídia, por meio de jornais, revistas, foi de fundamental importância para dar visibilidade à exploração de crianças e de adolescentes, no território brasileiro, sensibilizando as autoridades a dar mais atenção a esta problemática.

Para Cipola (2001, p. 24):

Apesar de ter uma média 50% inferior à do continente – ou seja, uma em cada dez crianças trabalha –, o Brasil ainda é um grande explorador de mão-de-obra infantil. Tanto que a taxa de trabalho infantil no país é uma das três maiores da América Latina, se consideramos o trabalho de crianças de cinco a 14 anos. Países com situação semelhante, como é o caso de Honduras e Guatemala, têm renda *per capita* três vezes inferior à brasileira.

⁸ É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL Constituição 1988, p. 55).

O Brasil por ser um grande explorador de mão-de-obra infantil, foi um dos 25 países a receber o PROGRAMA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – IPEC⁹, em 1992, a fim de combater o trabalho infantil. Haja vista que crianças e adolescentes se envolvem no trabalho infantil como estratégia de sobrevivência das famílias nas cidades, e nas zonas rurais brasileiras, o que causa a eliminação da infância, em detrimento da exploração do trabalho precoce.

De acordo com Carvalho (1997, p. 109):

O trabalho condenado, proibitivo, é aquele em que crianças e adolescentes são forçados a realizá-lo para sobreviver, para contribuir na renda familiar; é o trabalho que os faz abandonar a escola e o brinquedo, que os faz renunciar ao desenvolvimento de suas potencialidades e, conseqüentemente, de participar de forma mais igualitária da riqueza social, cultural e econômica da sociedade a que pertence.

As crianças e os adolescentes envolvidos no trabalho infantil produzem danos, muitas vezes, físicos, psíquicos, sociais e morais. A criança perde a sua infância quando é obrigada a se envolver no trabalho infantil, e esse fato visto como uma questão social traz inúmeros prejuízos e conseqüências à população infanto-juvenil, pois indica a baixa qualidade de vida desse contingente, bem como de seus familiares.

Por isso que o trabalho infantil se insere em diferentes formas de trabalho, utilizando inúmeras estratégias para vender o seu produto, com a permissão das famílias que vivem em situação de pobreza. Marques (2001, p. 61) enfatiza,

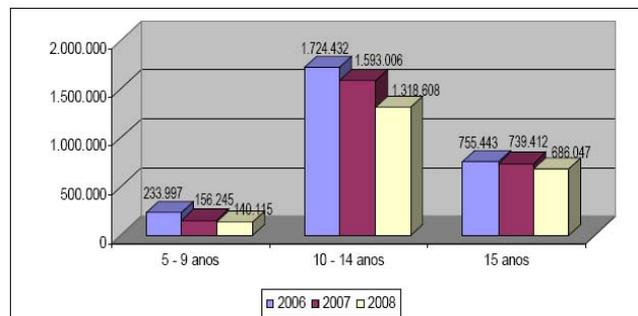
[...] os pequenos trabalhadores apelam para a insistência como forma de dobrar a resistência do cliente até ele se tornar sensível pela situação ou ser vencido pelo cansaço. Nesses momentos, todas formas de apelações são tentadas, já que saem de casa sabendo que no dia seguinte não terá comida caso não se consiga algum dinheiro.

Essa população infanto-juvenil é condenada a lutar pela sua sobrevivência nas ruas, por meio de trabalho impróprio e ilegal. Segundo o MINISTÉRIO DO

⁹ Fundamentada em seus princípios e objetivos e, em particular, nas convenções concernentes ao trabalho infantil, a OIT criou, em 1991, o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) com o objetivo de apoiar os países a restringir progressivamente o trabalho infantil e a regulamentá-lo com vistas a sua eliminação definitiva; de ampliar a percepção da comunidade nacional e internacional quanto às suas conseqüências e soluções, visando suscitar, na prática, bem como na legislação, a plena observância dos instrumentos internacionais relevantes relacionados com a idade mínima para o estabelecimento de vínculo empregatício e relação de trabalho de uma forma geral. (CARVALHO, 2000. p. 28 *apud* OIT/IPEC, 92-96: 6).

TRABALHO E EMPREGO – MET (2010), com base na PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PNAD, do – IBGE de 2006 – 2008, houve a retração de crianças e adolescentes no trabalho infantil em todas as faixas etárias, como mostra o gráfico 1 abaixo.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DOS OCUPADOS POR FAIXA ETÁRIA 2006 – 2008



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2008 (Micro-dados reprocessados pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE).

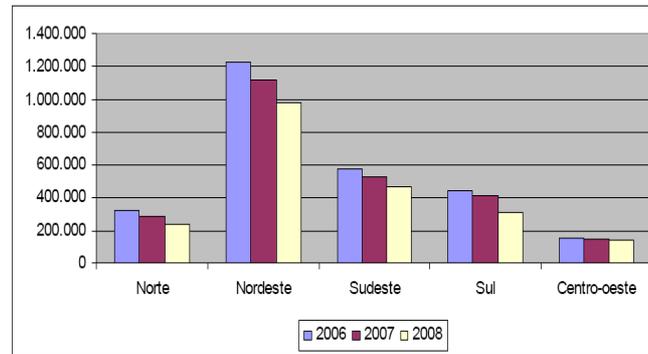
De acordo com a pesquisa a retração do número de crianças e de adolescentes ocupados se manifestou em todas as faixas etárias no período de 2006 a 2008. No entanto, é mais intensa nos segmentos de menor idade. Entre 2006 e 2008 houve redução de 40% do número de crianças de 5 a 9 de idade que trabalhavam na semana de referência da Pesquisa. No segmento etário de 10 a 14 anos, a diminuição no total de ocupados foi de 23,5% no período. Entre os adolescentes de 15 anos, a retração foi de 9,2%.

Pode-se destacar que houve a redução do trabalho infantil no ano de 2006 a 2008, porém o envolvimento de crianças e de adolescentes na inserção do trabalho precoce ainda se faz presente no cotidiano no território brasileiro.

A mesma pesquisa destaca o número de ocupados por região. Sendo que a Região Nordeste abrigava o maior número de crianças e adolescentes que trabalhavam em 2008.

GRÁFICO 2

TRABALHO INFANTIL POR REGIÃO 2006 - 2008



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2008 (Microdados reprocessados pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE).

A PNAD registrou que 977.005 indivíduos da faixa etária de 5 a 15 anos estavam ocupados na semana de referência da pesquisa. O total é 20,3% inferior ao observado em 2006, de 1.226.466. Na Região Sudeste havia 471.262 crianças e adolescentes trabalhando em 2008, ante 573.346 em 2006 (retração de 17,8%). Na Região Sul, o número de ocupados da faixa etária era de 311.455 em 2008, ante 441.770 (região com a maior retração em termos percentuais – 29,5%). No norte, 241.250 crianças e adolescentes trabalhavam em 2008, ante 319.844 em 2006 (diminuição de 24,5%, a segunda mais intensa). Finalmente, no centro-oeste, o total de ocupados era de 143.798 indivíduos, ante 152.446 em 2006 (a menor retração entre as regiões, de 5,7%).

Pode-se perceber que o trabalho infantil se concentra mais na Região Nordeste, sobretudo na zona rural. Este trabalho para as crianças e adolescentes é uma tarefa perigosa, dura, e quase gratuita. Cipola (2001, p. 26) enfatiza “os trabalhos mais comuns são nas lavouras de cana, algodão, sisal e fumo, na citricultura e horticultura e na produção de coco. Mas há exploração em madeiras, fábricas de móveis, garimpos, pesca, carvoarias, salinas, pedreiras, tecelagem, cerâmicas, casas de farinha”.

A criança é obrigada a trabalhar para complementar a renda da família, e em muitos casos as crianças e adolescentes se vêem penalizados por excesso de força empregada, carregando peso além de suas forças, o que pode causar deformação de seus músculos e ossos. Sem contar que trabalham para receber uma quantia irrisória, por jornadas semanais de 16 a 50 horas de trabalho.

De acordo com Cipola (2001, p. 23):

A carga horária para os trabalhadores precoces no mundo não é leve. Em média, os meninos e meninas cumprem jornada de até 45 horas por semana, superior à que a legislação dos países pesquisados delimita no caso dos trabalhadores adultos. A insalubridade, o excesso de força empregada, a longa jornada e outros riscos das atividades nas quais se utiliza a mão-de-obra infantil deixam danos e seqüelas em 20% desses trabalhadores, estima a OIT.

As crianças e adolescentes envolvidos no trabalho infantil adquirem comprometimentos visíveis, como a baixa autoestima, a exclusão dos bens culturais e da riqueza da sociedade, e se tornam adultos precocemente. As sequelas não são leves, pelo contrário, em muitos casos perdem a audição, ocorre à amputação de membros, bem como aparecem doenças respiratórias, e intestinais, até mesmo queimaduras, dentre outras doenças.

De acordo com o Guia para Jornalista, publicado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT e Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI (VIVARTA, 2007, p. 17 - 18) as piores formas de trabalho infantil, proibidas para pessoas abaixo de 18 anos, estão na Convenção 182 da OIT, e consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. Quais sejam:

- a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívidas, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- b) utilização, recrutamento e oferta de criança para fins de prostituição, produção ou atuações pornográficas;
- c) utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes, conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;

d) trabalhos que por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

A Convenção nº 182 da OIT, ratificada pelo Brasil em 12 de setembro de 2000, constitui como prioridade absoluta a eliminação imediata dos trabalhos que prejudicam a saúde, a segurança e a moral da criança, pois os prejuízos que o trabalho precoce acarreta nas crianças e adolescentes são inúmeros, no qual interfere diretamente em seu desenvolvimento físico, emocional, social, educacional.

Esse contingente social tem seus direitos violados por meio do trabalho infantil. Sem contar com os comprometimentos que poderão interferir em sua escolaridade, e em sua qualificação profissional no futuro, ou seja, as crianças ao entrarem no trabalho precoce acabam reduzindo a chance de ter um bom futuro. O livro *Crianças Invisíveis* (Vivarta, 2003. 16) explicita “milhares de crianças continuam trabalhando no Brasil, reproduzindo o ciclo vicioso da miséria. Não estudam porque precisam trabalhar. No futuro, não vão trabalhar por que não estudaram”.

O trabalho infantil está intimamente relacionado à pobreza, pois na medida em que aumentam as dificuldades de os adultos proverem as necessidades da família, cresce o apelo a suas crianças e adolescentes como fontes de rendimentos, e esse envolvimento no trabalho precoce tem efeitos redutores na área da educação.

Carvalho (1997, p. 110) explicita,

e é esta “qualidade de vida” que o trabalho precoce reintroduz como círculo vicioso que aprisiona as novas gerações aos mesmos baixos padrões de qualidade de vida. As chances de ascensão e melhoria praticamente inexistem, pois o trabalho precoce fecha uma das poucas portas que a sociedade contemporânea abre para a mobilidade: a educação.

É preciso investir em educação básica para as crianças, haja vista que por meio da escola se abrirá possibilidades de ingresso às oportunidades ofertadas no futuro, e contribuirá para que haja redução dos baixos padrões de qualidade de vida. Germano (1998) informa que a educação colabora na redução das desigualdades sociais, especificamente, na população de baixa renda, porém alguns programas desenvolvidos na área da educação reafirmam a perversa face da cultura brasileira, com políticas residuais para uma determinada população da sociedade, o que torna

claro que são políticas que estigmatizam os 'carentes', decorrendo uma relação de tutela.

Por isso a importância de uma educação de qualidade para suprir as necessidades do contingente infanto-juvenil, pois o trabalho infantil também está ligado à dificuldade de acesso às escolas, pois não há uma adequação dos processos de aprendizagem que atendam as famílias de baixa renda.

Segundo Vivarta (2003, p. 39), por meio da pesquisa sobre Trabalho Infantil no Brasil, realizada pela Ana Lúcia Kassouf:

A trajetória de trabalho dos pais influencia a história dos filhos. Mais de 80% das crianças trabalhadoras com residência urbana têm pais que começaram a trabalhar com 14 anos ou menos. Outro fator apontado pelo estudo como importante é a idade da criança. Quanto maior a idade, menor é a chance de ela estudar. Um ano a mais aumenta em 3% a probabilidade de o menino trabalhar, enquanto para a menina o aumento é de 1%.

É imprescindível que crianças junto à educação escolar, tenham acesso às demandas políticas públicas de saúde, à profissionalização, à justiça, à cultura e ao esporte para complementar o processo de formação da criança de forma cidadã, para que no futuro se torne um cidadão trabalhador, com capacidade de alcançar todos os seus objetivos, e terem as chances de ascensão e melhoria de suas vidas.

Cipola (2001, p. 13) expõe “o trabalho infantil é um mal, de todos os aspectos, desnecessário. Fere os direitos de cidadania, inibe a escolaridade e o desenvolvimento integral, traz riscos aos meninos e meninas praticantes”.

Muitas das crianças que são envolvidas no trabalho infantil não têm oportunidade de frequentar a escola por ter trocado a infância pelo trabalho precoce e penoso, o que causa prejuízos em seu desenvolvimento integral, e reduz a chance de terem um bom futuro. De acordo com Carvalho (1997, p. 112) “assim, se quisermos efetivamente combater o trabalho infanto-juvenil para garantir um cidadão trabalhador, crítico, criativo e integrado à sociedade de seu tempo, é necessário, um conjunto de ações culturais, lúdicas e formativas que vão para além do ensino formal”.

A criança e o adolescente além de uma educação de qualidade precisam também brincar, fazer esportes, ter acesso à arte e ao desenvolvimento dos talentos artísticos, para que possam ter sucesso escolar. Cipola (2001, p. 10) explicita “sem delegar às crianças um cotidiano de estudo, esporte, cultura, brincadeira e afeto, o

trabalho infantil continuará sendo um tema em evidência no país, merecendo todos os esforços possíveis para sua erradicação”.

Também faz imprescindível enfatizar a ineficiência do sistema educacional, que muitas vezes acaba corroborando para acirrar mais a problemática do trabalho infantil. Vivarta (2003, p.) relata,

[...] ainda que o exercício do trabalho prejudique a frequência escolar, uma outra relação, em sentido contrário, também deve ser reconhecida – os problemas internos ao sistema educacional desempenham um papel decisivo nas altas taxas de repetência e evasão entre as crianças das classes populares, expulsando-as do mundo escolar e promovendo a sua inserção prematura no mercado de trabalho.

Pode-se dizer que mesmo com todo o aparato legal em relação aos direitos da criança e do adolescente, ainda existem inúmeras crianças envolvidas no trabalho infantil, e em Manaus a realidade não se diferencia das demais cidades do território brasileiro.

De acordo com Superintendência Regional do Trabalho – SRT o número de crianças e adolescentes flagrados trabalhando em Manaus mais que dobrou na comparação entre 2010 e o ano de 2011. Foram 422 casos registrados no ano de 2011 contra 168 em 2010. O aumento foi de 151%. Em Manaus, conforme destaca o Superintendente da SRT Dermilson Chagas, grande parte das crianças e adolescentes trabalha ajudando os pais em feiras, mercados e em bancas de cafés da manhã, ou em semáforos limpando parabrisas de carros ou em borracharias. “São condições de trabalhos insalubres para as crianças, que deveriam estar na escola” , destacou Dermilson Chagas. (d24am.com, em 12 de fevereiro de 2012).

O trabalho infantil passa a fazer parte da família que vive em situação de pobreza. Marques (2001) explicita duas situações de inserção do trabalho infantil, quais sejam: a falta do pai provedor financeiro como justificativa para a utilização do trabalho infantil; o trabalho infantil como complementação da renda familiar.

No primeiro caso, o trabalho infantil se apresenta como forma de estratégia de sobrevivência familiar, haja vista que em muitos casos o envolvimento de seus filhos no trabalho infantil é o principal suporte para a sobrevivência do grupo familiar. Geralmente o contingente infanto-juvenil assume a responsabilidade de manter a sua família, devido à ausência do pai provedor. Marques (2001, p. 46 e 47) enfatiza “em suma, na falta do pai – entendido como o único provedor da família-, a criança

entra para tentar preencher essa lacuna. No caso da mãe, ela cumpre seu papel patriarcal de cuidadora. Dessa forma, o problema fica explicado de uma maneira circular e dado como “natural” nesse tipo de configuração familiar”.

No entanto, a inserção de criança no trabalho precoce, em que assumem atividades e responsabilidades que cabem a adultos, pode causar comprometimentos para a sua saúde física e mental, pois a infância é de primordial importância para o desenvolvimento físico, psíquico e mental, por isso precisa ser protegida.

Já o trabalho infantil como complementação da renda familiar se apresenta devido à situação da precariedade do trabalho que a executam, haja vista que os salários são baixos e não dá para manter a sobrevivência das famílias. Marques (2001, p. 49) aborda “sendo assim, os filhos e as filhas são os recursos encontrados para ajudá-lo nos momentos de dificuldades financeira”.

É preciso às famílias utilizar inúmeras estratégias para a sobrevivência do grupo familiar, por isso envolvem seus filhos no trabalho infantil, pois a qualidade de vida dessas famílias é socialmente insatisfatória, com padrões baixos de qualidade de vida, em que se encontram em carência e privação constantes, sem possuir acesso a bens e serviços primordiais à pessoa humana.

Vasconcelos (2007), por meio da pesquisa de campo, em duas zonas de Manaus, norte – bairro Cidade Nova –, e centro-oeste – bairro Redenção, em que foram ouvidas 10 famílias em cada bairro, responsáveis por crianças e adolescentes beneficiárias do Programa Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, afirma que a maioria das famílias entrevistadas também utilizava o trabalho infantil como complemento da renda familiar. Verifica-se que a maioria das crianças e adolescentes juntava latinha na rua (44%) para ajudar na complementação da renda familiar.

Diante da necessidade vivenciada pelas famílias que se encontram em precárias condições financeiras, a única alternativa é a inserção de seus filhos no trabalho infantil para complementar na renda familiar ou até mesmo para a sobrevivência do grupo familiar. Carvalho (1997, p. 109) enfatiza “o trabalho de crianças e adolescentes é ao mesmo tempo expressão e processo que ratifica a desigualdade e a exclusão”.

Mesmo que a legislação brasileira seja considerada avançada em torno da infância e da adolescência, no que diz respeito à proteção integral, observa-se que

não se pode ter a proteção integral se não houver investimento na qualidade de vida do grupo familiar. Por isso a necessidade do Estado implementar políticas sociais efetivas à famílias, bem como introduzir condições favoráveis para o ingresso, reingresso dessas crianças no território brasileiro, e que estas permaneçam no ensino regular, haja vista que muitas crianças estão envolvidas no trabalho infantil para ajudar complementar a renda da família, o que acaba repercutindo na área da educação. Isto permite dizer que o trabalho precoce impedirá mudanças em seu projeto de vida e possibilidades de ter um futuro melhor que o de seus pais.

1.4 Breve histórico socioeconômico do Distrito de Cacau Pirêra

O município de Iranduba surgiu como um dos núcleos populacionais que apareceram na periferia de Manaus a partir da implantação da Zona Franca e do Distrito Industrial que reativaram a economia, até então estagnada após o enfraquecimento do período da borracha. A passagem para município autônomo aconteceu em 1981, e um dos destaques de Iranduba, é o fato de o mesmo ser o único localizado hoje entre os rios: Negro - de águas escuras e praias de areia branca - e Solimões - água barrenta e possuidor de rica vida animal. O município fica distante 25 quilômetros da capital do Amazonas, Manaus. Abriga uma população estimada em cerca de 40 mil habitantes ¹⁰.

O Distrito de Cacau Pirêra foi anexado ao município de Iranduba depois da divisão territorial de 2007. Atualmente existem aproximadamente 10.000 moradores que vivem em quatro bairros, quais sejam: Nova Veneza, Cidade Nova, Cascavel e Centro. O Cacau Pirêra abrange as principais comunidades, como: Lago do Cacau Pirêra – onde as pessoas só têm acesso ao local indo de barco –; Alto de Nazaré – a 3 km do Distrito –; São José – a 2.5 km do Distrito; Parque Caboclo – ao lado da Comunidade Alto de Nazaré.

O Distrito passa por problemas de infraestrutura, em que as ruas não são todas asfaltadas; saneamento básico, com a ausência de esgoto; só tem apenas um Posto de Saúde para atender a demanda daquela localidade; carência do transporte público, a falta de segurança pública, dentre outros fatores.

¹⁰ Disponível em <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 30/05/2011



FIGURA 1 – Rua do Bairro Nova Veneza, no Distrito de Cacau Pirêra
Foto: Welen Vasconcelos, pesquisa de campo 2011

No Centro tem um caixa eletrônico do Bradesco; um correio; um Comando de Policiamento da Polícia Militar; um Hotel; e a Feira do Cacau Pirêra.

Pode-se dizer que um grande empregador de pessoas residentes no Distrito de Cacau Pirêra são os pólos cerâmicos. A região de Cacau Pirêra possui grandes jazidas de argila de qualidade para cerâmica vermelha, e na localidade estão instaladas mais da metade do total de 27 empresas cerâmicas, dos pólos cerâmicos da Região do Amazonas. Essas fábricas são os grandes empregadores da localidade.



FIGURA 2 – A feira de Cacau Pirêra
Foto: Welen Vasconcelos, pesquisa de campo 2011

No entanto, mesmo que a região de Cacau Pirêra possua metade das empresas cerâmicas, ela enfrenta muitos problemas em seu cotidiano, no que diz respeito, a economia, a empregos formais, bem como melhorias de infraestrutura para a localidade.

Por isso que muitos trabalhadores estão inseridos nos trabalhos informais, os que trabalham por conta própria e os assalariados sem registro, quais sejam: mercearias; mercadinhos; açougues; drogarias; brechós de roupas; lanches; bares; vendas de peixes; materiais de construção; marcenaria; da feira da localidade; café da manhã; moto-táxi, vendas de refrigerantes, água mineral, cervejas; salgados; pipocas; bombons; DVDs e CDs nas ruas do Distrito; vendas de peixes na beira do Rio.

Para Cacciamali (2000, p. 167):

No caso da categoria trabalhadores por conta própria, ou formas análogas, como muitos microempresários, desejamos apontar que eles estão criando uma ocupação no mercado de bens, principalmente na prestação de serviços, com o objetivo de se auto-empregar. O que caracteriza esse grupo, especialmente aqueles que operam com baixo nível de produtividade com relação às empresas capitalistas, é que compreende indivíduos com pouco nível de capital físico ou humano, que são simultaneamente patrões e empregados de si mesmos.

Os trabalhadores por conta própria não têm como meta a acumulação de uma rentabilidade no mercado de trabalho, pois estes não possuem capital suficiente para acumular rentabilidade. O trabalho é para a sua sobrevivência, para sua reprodução e de sua família. Estes se inserem no trabalho devido à precariedade no mercado de trabalho, e em muitos casos para ter uma renda melhor para a sua sobrevivência, bem como a de sua família.

Ao falar sobre os trabalhadores sem registro, a mesma autora (2000, p. 166) enfatiza:

A maior parte dos assalariados sem registro tem como característica comum o fato de ter sido contratada à margem da regulamentação do mercado de trabalho, à margem das regras dos contratos por tempo indeterminado e em tempo integral e da organização sindical.

Os assalariados sem registro não têm garantia nenhuma, no que diz respeito à garantia de renda, em caso de acidente ou de problemas de saúde oriundos do

trabalho, sem contar que os assalariados sem registro não têm direitos às horas extras. Ou seja, o que ocorre é a regressão dos direitos sociais devido à informalidade no mercado de trabalho, e assim acontece a insegurança com relação ao futuro.

No setor informal existem particularidades próprias em que os trabalhadores são “isolados, muitas vezes inventando seu próprio trabalho, com grande mobilidade, transitando de uma atividade a outra e com horários de trabalho flexíveis e baixos salários” (Scherer, 2005, p. 77)

As condições de vida da população de Cacau Pirêra são precárias, em que contam com a sorte para vender seus produtos no dia a dia, pois os que vivem de trabalhos informais estão sujeitos à precariedade no mundo do trabalho, sem direito à proteção social, e em muitos casos vivem em situação de pobreza, não tendo como manter sua sobrevivência e de seu grupo familiar. Por isso que muitas crianças e adolescentes entram no trabalho infantil para complementar a renda familiar.



FIGURA 3 – Porto de Cacau Pirêra
Foto: Welen Vasconcelos, pesquisa de campo 2011

Assim os programas de transferência de renda que visam combater a pobreza e o trabalho infantil se fazem presente na vida das famílias do Distrito de Cacau Pirêra, como uma forma de complementar ou até mesmo manter as famílias que fazem parte do programa.

O lócus da pesquisa consiste no PETI, do Distrito de Cacau Pirêra (margem direita do Rio Negro), com intuito de desenvolver um estudo sobre as ações socioeducativas das crianças e dos adolescentes e das famílias. É preciso que

essas ações sejam efetivamente colocadas em práticas para possibilitar às famílias inseridas no programa melhores condições de vida, como também uma educação de qualidade a seus filhos.

Pode-se observar que a localidade está com uma proposta de se desmembrar do município de Iranduba para ligá-lo administrativamente e politicamente a capital do Amazonas. Para os moradores tal desmembramento seria um meio de buscar solucionar alguns problemas da localidade. O projeto¹¹ foi colocado em discussão pelo deputado Ricardo Nicolau (PRP), vice-presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas – ALE, durante as discussões do projeto de lei que prevê a criação de 28 novos municípios no Estado. O deputado é autor da ideia de vincular o Distrito de Cacau Pirêra a Manaus.

Existem duas possibilidades de mudanças para a localidade, ser transformado em município ou ser um bairro de Manaus. Ainda segundo a reportagem, o presidente da localidade do Cacau-Pirêra, Mário Rodrigues Campos, defende qualquer uma das duas possibilidades, pois para ele, o mais importante é que o Cacau Pirêra seja desvinculado de Iranduba. “Nós temos muitos problemas aqui, porque a sede fica no Iranduba e nós moramos mais perto de Manaus. Os moradores sempre questionam isso por aqui. O que vier como mudança é bem melhor do que a situação atual”.

Os moradores se dividem entre as duas possibilidades, mas todos são unânimes quando a questão é desvincular o Distrito de Cacau Pirêra do município de Iranduba, pois o que os moradores mais desejam é mais investimentos dos governantes para o Distrito de Cacau Pirêra, ou até mesmo um prefeito a disposição em busca de melhorias para a localidade, bem como a luta pelos interesses dos cidadãos para que os mesmos possam ter uma vida digna.

Mas é preciso que haja consciência por parte dos interessados, no que diz respeito a qualquer decisão sobre o futuro de Cacau Pirêra, pois ocorrerão mudanças sobre as condições de vida da população, bem como da localidade. Por isso a importância dos governantes esclarecerem à população das possibilidades de mudanças na localidade, para que entenda os futuros benefícios e serviços, haja vista que o Cacau Pirêra é uma área estratégica do Estado e possui caminhos logísticos.

¹¹ Disponível em <www.d24am.com>. Acesso em 08/08/2011

As possibilidades de mudanças vão gerar um impasse muito grande, pois o município de Iranduba já tem um olhar voltado para o futuro, devido à construção da ponte sobre o Rio Negro. O município de Iranduba¹² é o primeiro a sentir as mudanças proporcionadas pela ponte construída sobre o rio Negro. “Muita coisa pode e vai melhorar para o município se fizermos tudo de forma ordenada e planejada. Esse progresso é uma realidade. É preciso ter cuidado para que a cidade não cresça de forma desordenada como foi o caso de Manaus”, declarou o prefeito de Iranduba, Nonato Lopes (PMDB).

É imprescindível levar em consideração o território, pois este é utilizado por pessoas que têm suas peculiaridades em seu modo de vida. Para Santos (2010, p. 96) “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas matérias e espirituais e da vida sobre os quais ele influi”.

O território não é apenas um conjunto de sistemas naturais, e nem um conjunto de coisas criadas pelo homem, mas tanto a população como o território se fazem reciprocamente, um precisa do outro para se manter, “a ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda” (SANTOS, 2010, P. 97).

É preciso não só pensar em investimentos para o município de Iranduba, em prol do crescimento da economia, mas também ter um olhar voltado para a população de Cacau Pirêra no que diz respeito a melhorias de infraestrutura, saneamento, abastecimento de água, postos de saúde para atender a população com dignidade, empregos formais, pois com a construção da ponte, o Cacau Pirêra vai ficar a aproximadamente uns cinco minutos distante de Manaus, isto permite dizer que vão surgir riscos e também oportunidades ao Distrito de Cacau Pirêra, bem como aos municípios de Iranduba, Novo Airão e Manacapuru.

Sá, Silva e Sá (2010) enfatizam alguns riscos e oportunidades trazidos com a construção da Ponte sobre Rio Negro. Primeiro serão destacados os riscos, quais sejam:

- Expansão desordenada do meio urbano irandubense;
- Especulação imobiliária com alojamento de residentes;
- Manaus ampliar seu poder atrator econômico frente a Iranduba;

¹² Disponível em < www.acritica.uol.br >. Acesso em 08/08/2011

- Configuração de cidade-dormitório em Iranduba;
- Aumento da concentração populacional e de atividades econômicas na Região Metropolitana de Manaus;
- Impacto ambiental advindo de possível expansão urbana horizontal.

Pode-se dizer que irão ocorrer mudanças com a construção da Ponte sobre o Rio Negro que possibilitarão transformações nas condições de vida da população dos municípios acima citados, sobretudo no Distrito de Cacau Pirêra. Por isso a necessidade de ter cuidado com o aumento populacional, e os impactos ambientais que ocorrerão com o desenvolvimento urbano. É preciso também ter um olhar voltado para a população que já vive em condições precárias, sem direito a trabalhos formais, se inserindo em trabalhos precários, sem garantias de proteção social, para sobreviver. É imprescindível ter compromisso com os moradores locais, pois só assim a população poderá alcançar a cidadania plena “a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente” (SANTOS, 2010, p. 113)

A construção da Ponte irá tomar novos rumos que poderão trazer riscos à população do Distrito de Cacau Pirêra, pois com os processos de modernização o dinheiro passa a ser um dado primordial para o uso do território, o que pode acarretar numa acelerada pobreza, exclusão e, conseqüentemente, marginalidade social. Por isso a importância de ter compromisso com a população local, suas particularidades, sempre levando em consideração que o território usado é utilizado por uma estabelecida população, para que esta não sofra com as transformações oriundas da construção da Ponte do Rio Negro.

Segundo Sá, Silva e Sá (2010, p 16) a ponte trará oportunidades aos moradores do Distrito de Cacau Pirêra, que são:

- Novas oportunidades de atividades econômicas inerentes ao crescimento do meio urbano;
- Ativação da construção civil;
- Ampliação de especializações produtivas intermunicipais com maior complementaridade e escala de produção;
- Inserção produtiva local dos antigos residentes de Iranduba e gradativa dos novos (ocupações de complementação de renda, etc).

- Melhoria do acesso ao mercado consumidor da REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS – RMM pelos produtores de fora da área metropolitana;
- Melhor acesso das populações rurais ribeirinhas e tradicionais a serviços básicos, mormente de saúde, com a melhoria viária.

A construção da Ponte irá apresentar oportunidades para aprimorar e ampliar melhorias das condições de vida a população do Distrito de Cacau Pirêra, bem como aos municípios que serão beneficiados com a construção da Ponte, haja vista que possibilitará o surgimento de novos negócios, sem contar com melhores acessos da população aos serviços.

Mas a construção da Ponte está longe de ser a solução para todos os problemas do Distrito de Cacau Pirêra, bem como para os municípios que irão ser beneficiados com a construção “não é fim, mas o começo de desafio maior, a saber, sistematizar a RMM para tirar proveito de complementaridades produtivas e estruturar o espaço urbano para que a ocupação e os fluxos citadinos não evoluam desordenadamente” (SÁ, SILVA e SÁ, 2010, p. 16)

É preciso ter cuidado com as mudanças em prol de desenvolvimento que a construção da Ponte irá trazer para o Distrito de Cacau Pirêra e os municípios acima citados, para que tudo seja feito de forma planejada e ordenada, e as oportunidades possam trazer melhorias à população das localidades, pois os moradores almejam mais atenção dos governantes, melhorias de condições de vida, empregos estáveis para que não tenham que se inserirem em trabalhos precários, instáveis, sem garantias de proteção social, o que permite muitas vezes a inserção de seus filhos no trabalho infantil.

1.4.1. Trabalho infantil no Distrito de Cacau Pirêra

Pode-se observar que a realidade do Distrito de Cacau Pirêra, no município de Iranduba – Amazonas, não diferencia muito da realidade de Manaus, pois à inserção de crianças e adolescentes no trabalho infantil é para complementar a renda das famílias que vivem em situação de pobreza.

Segundo dados fornecidos pelo IBGE¹³ a incidência de pobreza em 2003, no município de Iranduba, era de 63,52%, ou seja, é um índice elevado se comparando com outros municípios do estado do Amazonas.

A população de Iranduba vive basicamente da agricultura, da pecuária, da pesca, da avicultura, da piscicultura, do extrativismo vegetal, da hortifruticultura, do pólo oleiro, das serrarias, do estabelecimento comercial, por isso que há uma grande incidência de pobreza, pois quando não abastece o comércio de Manaus e os hotéis da região, ocorrem problemas no município, atingindo, principalmente, a população daquela localidade, repercutindo no aumento da pobreza.

Esse fato acaba corroborando para a exploração infantil, sobretudo no Distrito de Cacau Pirêra, no município de Iranduba, por ser um local aonde chegam as balsas, as voadeiras e os barcos vindos de Manaus. As crianças e os adolescentes se inserem no trabalho precoce para vender frutas, balas, biscoitos, pipocas, salgados e até mesmo carregam as bagagens das pessoas vindas de Manaus.

Crianças e adolescentes trocam suas infâncias para assumir certas responsabilidades dos adultos, Yazbek (2003, p. 102) expressa “o trabalho, que em certo sentido subtraiu-lhes a infância, indica-lhes uma trajetória na qual essa imposição é representada algumas vezes como sofrimento, como ‘batalha’”.

A inserção de crianças e adolescentes no trabalho infantil é imposta como uma alternativa para suprir as necessidades enfrentadas pelas famílias em situação de pobreza, haja vista que não dispõem de recursos financeiros devido à falta de emprego no mercado de trabalho. De acordo com Yamamoto (2005, p. 39):

Uma das formas de redução do custo da força de trabalho é o contrato da mão-de-obra infantil. Quando 30% da população economicamente ativa do mundo está desempregada, cresce o desemprego dos adultos e aumenta, contraditoriamente, o emprego infantil. Para possibilitar a sobrevivência da família, quando o pai se encontra desempregado e a mãe já está no mercado de trabalho, uma terceira possibilidade que se apresenta é que as crianças trabalhem. Em outros termos, o desemprego dos adultos aumenta o trabalho infantil.

As crianças que trabalham estão impossibilitadas de viverem sua infância, a inserção precoce pode causar danos irreversíveis em uma criança, visto que elas

¹³ Disponível em < www.ibge.gov.br >. Acesso em 30/05/2011.

passam a assumir responsabilidades próprias de adultos e, conseqüentemente, menores serão as chances de atingir um bom nível de escolaridade.

Segundo o Mapa de Indicativo do Trabalho de criança e do adolescente (2005), a atividade econômica de crianças e de adolescentes em Manaus, Iranduba/Cacau Pirêra ocorre por meio de comércio ambulante, balsas, ônibus e terminais de passageiros.

De acordo com o Presidente do Conselho Tutelar, a exploração do trabalho infantil, no Distrito de Cacau Pirêra, ocorre para complementar a renda da família. Ou também muitas famílias que trabalham na informalidade acabam inserindo seus filhos no trabalho infantil por não ter com quem deixá-los. Cipola (2001, p. 80) explicita “o trabalho infanto-juvenil, além de ser social e eticamente indesejável, é um instrumento de manutenção da pobreza. Gera perdas financeiras consideráveis, conseqüentes ao baixo desenvolvimento humano das crianças obrigadas a trabalhar”.

Segundo dados do Conselho Tutelar de Iranduba, no que diz respeito à estatística dos atendimentos de exploração do trabalho de 2004 a 2010, o ano de 2008 foi o ano em que houve o maior índice de trabalho infantil, no Distrito de Cacau Pirêra, chegando a serem registrados 77 casos. Já em 2009, houve uma redução, foram registrados 30 casos. No entanto, é significativa a retração no ano de 2010, em que somente foram registrados 5 casos de crianças e adolescentes inseridos no trabalho infantil.

O envolvimento desse contingente infanto-juvenil no trabalho infantil, no Distrito de Cacau Pirêra, ocorre para complementar a renda do grupo familiar, ou até mesmo para manter a sobrevivência da família. Por isso que o grupo familiar busca novas formas de inserção no mercado de trabalho sem proteção alguma, sem direitos sociais, e sujeitos a condições precárias de trabalho, e utilizam também do trabalho infantil como estratégias de sobrevivência. Gomes (2003, p. 62) diz que “na verdade, o trabalho nas ruas de crianças e jovens, faz parte do que denominamos ‘estratégia familiares de sobrevivência’ ou, simplesmente, ‘luta pela sobrevivência’”.

Pode-se dizer que as crianças e adolescentes que estão envolvidos no trabalho infantil ficam sujeitos as violências das ruas. Sem contar que para muitas famílias, o trabalho infantil mantém a própria sobrevivência, impossibilitando que o grupo familiar viva numa situação de risco.

Nesse sentido, o trabalho precoce mantém a situação de pobreza das famílias que se utilizam desse trabalho, porque quanto mais cedo uma pessoa entrar no círculo economicamente ativo, menores serão as chances de receber mais futuramente, pois o principal impacto do trabalho infantil ocorre sobre o nível de escolaridade alcançado por esse contingente infanto-juvenil.

Mesmo com a redução considerável de casos de exploração do trabalho infantil, no Distrito de Cacau Pirêra, ainda há o envolvimento de crianças trabalhadoras como forma de complementar a renda familiar. Para que haja mudanças no combate à exploração do trabalho infantil é preciso que haja o envolvimento dos organismos internacionais, do Estado, bem como da sociedade, no que se refere à pobreza e o combate ao trabalho infantil, para assim fazer valer os direitos da criança e do adolescente.

CAPÍTULO II

AS AÇÕES DO ESTADO NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

2.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

O Código de Menores de 1979 foi lançado em um momento de contestação política e respaldado na POLÍTICA NACIONAL DE BEM-ESTAR DO MENOR – PNBM, e representava os objetivos dos militares que estavam em crise. Não tinha como objetivo os interesses das forças políticas e da sociedade civil, e tampouco representava os interesses das crianças e dos adolescentes, o contingente infanto-juvenil, por sua vez, permanecia em recintos fechados nas instituições totais e submetidos ao poder arbitrário do juiz de Menores.

A atenção que era dada ao segmento infanto-juvenil era diversificada, em que os filhos de pobre eram chamados de menores, enquanto os filhos da elite e classe média eram considerados crianças e adolescentes, ficando evidente a desigualdade entre ricos e pobres, e dando maior notoriedade às crianças e aos adolescentes que viviam em situação de pobreza.

No Código de Menores de 1979 a legislação menorista apenas oferecia proteção tutelar de paternalismo, no que se refere aos comportamentos violentos juvenis, havia ausência de garantias de direitos à criança e ao adolescente. A visão moderna de Estado de direito tinha como exigência a “promoção da ‘cidadania de crianças e de adolescentes’, o que fez com que novas normativas e legislações internacionais – como a Convenção Internacional dos Direitos da Criança – fossem elaboradas contemplando o sistema de garantias de direito” (SILVA, 2005, p. 35).

Nesse sentido, havia a mobilização dos movimentos sociais em busca de instituir um novo pacto social, contido na Constituição Federal de 1988. Segundo Carvalho (2000, p. 16) o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – DCA:

Foi constituído em 1988 para dar maior organicidade ao movimento de luta pelos direitos da criança, emergente no início da década de 1980 e que agregava uma multiplicidade e heterogeneidade de atores e organizações que propugnavam por mudanças radicais na legislação e nas políticas de atenção a este segmento

O intuito principal do Fórum DCA foi de modificar o estatuto legal do Código de Menores de 1979, para assim garantir políticas de proteção integral à criança e ao adolescente. E o FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF vem neste processo desempenhar um papel de fundamental importância na implementação das redes e no fortalecimento do movimento e Fórum DCA, capacitando as lideranças nacionais para iniciarem no campo legal e político, novo padrão de proteção ao segmento infanto-juvenil, em que se originou a doutrina das Nações Unidas de Proteção Integral à Infância.

A década de 80, no Brasil, foi considerada a década de grandes conquistas, devido às lutas sociais dos movimentos sociais. O território brasileiro vivia um clima de efervescência com o processo de transição político-democrática, como marco a Nova República que sinalizava o exercício da democracia, cidadania, e regulamentação do Estado de direito.

Para Silva (2005, p. 32),

A proclamação de direitos e as condições para sua exigibilidade constituíam demanda imperativa do próprio Estado de direito. Como reflexo desse contexto, no campo da infância ocorreu uma ampla mobilização nacional, com repercussão internacional, que visava à defesa dos direitos de crianças e de adolescentes e lutava por mudanças no Código de Menores, na mentalidade social e nas práticas judiciais e sociais dos órgãos do Estado que implementavam a política destinada a esse segmento.

Somente em 1989 com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança das Organizações das Nações Unidas ocorre a transformação das políticas públicas relacionadas à criança e ao adolescente, o que atingiu na criação do ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA. Para Carvalho (2000, p. 17) foi a partir da criação do ECA:

[] que vão priorizar a criação dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, a descentralização e municipalização das atenções básicas ao grupo infanto-juvenil, a implantação dos Conselhos Tutelares nos municípios, a formulação de planos estaduais e municipais de proteção e desenvolvimento do grupo infanto-juvenil, a implementação das medidas socioeducativas e de proteção especial ao grupo em situação de infração e risco pessoal e social.

Pode-se dizer que com a promulgação do ECA, o Estado se voltou para dar proteção integral ao grupo infante-juvenil, e o Código de Menores e a PNBM com seu padrão de situação irregular entra em desintegração e desaparece com a aprovação do ECA, no cenário nacional em 1990.

O ECA foi aprovado pelo Senado em 25 de abril de 1990, em 28 de junho do mesmo ano, pela Câmara, e em 13 de julho foi sancionada pelo presidente da República Fernando Collor de Mello. Mas só entrou em vigor no dia 12 de outubro de 1990. Institui-se como Lei Federal nº 8.069/90, obedecendo ao artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Pela doutrina de proteção integral, a legislação se dirige ao conjunto da população infante-juvenil, sem exceção, “adotando a chamada Doutrina da Proteção Integral, cujo pressuposto básico afirma que crianças e adolescentes, devem ser vistos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral”¹⁴.

O ECA é um processo e resultado de uma construção histórica de lutas sociais dos movimentos pela infância em prol de melhorias para esse contingente; dos setores progressistas da sociedade política e civil brasileira. “O ECA não foi uma dádiva do Estado, mas uma vitória da sociedade civil, das lutas sociais e reflete ganhos fundamentais que os movimentos sociais têm sabido construir”. (SILVA, 2005, p. 36).

O Estatuto, em seus 267 artigos, garante os direitos e deveres de cidadania a crianças e adolescentes. Para os efeitos da lei, o ECA em seu artigo 2º “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, 1990, p. 51).

O ECA estabelece ainda a responsabilidade de garantia dos direitos e deveres de cidadania a população infante-juvenil aos setores que compõem a sociedade, a saber: a família, a comunidade e o Estado. O ECA em seu art. 4º, 1990, p. 51 expressa,

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

¹⁴ Disponível em <www.educacional.com.br>. Acesso em 11/09/2011

A ideia de proteção integral está presente no artigo 4º do ECA, em que elenca um conjunto de deveres atribuídos à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público. Trata-se de uma responsabilidade solidária, pois cada um destes protagonistas ao atuar em dimensões diversas, por meio de ações amplas, distintas e interdependentes, garante os direitos da população infanto-juvenil com absoluta prioridade.

É de fundamental importância garantir os direitos da criança e do adolescente com prioridade absoluta, haja vista que muitas crianças e adolescentes vivem em situação de pobreza e miséria e, conseqüentemente, vão buscar a sobrevivência no trabalho infantil, no tráfico de drogas, na marginalização, no furto, dentre outros fatores, o que facilita os maus-tratos, a discriminação, a negligência, a violência etc, por parte da sociedade. Por isso a necessidade de colocar em prática o que preconiza o art. 5º do ECA (1990, p. 51 e 52) “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Muitas dessas crianças e adolescentes sofrem atos de diferenciação, descuido, constrangimento físico ou moral de inúmeras maneiras, pelas famílias, pelas relações de trabalho, pela sociedade, e até mesmo pelo Estado. É preciso que seja efetivada ação que atenda as reais necessidades básicas, a saber: alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, para que esse contingente infanto-juvenil não seja tratado com desigualdades sociais e nem violência por aqueles que teoricamente deveriam ser os responsáveis pela sua formação, e segurança afetiva¹⁵.

No que diz respeito ao direito à profissionalização e à proteção ao trabalho de crianças e de adolescentes, no capítulo V, os artigos 60 e 69 do ECA (1990, p. 61 e 62) expõem,

Art. 60 – É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz

¹⁵ Por isso o artigo 5º exige que sejam promovidos mecanismos específicos para que a criança e o adolescente permaneçam a salvo da vitimização. E por esta razão, a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente prevê como linha de ação o oferecimento, por meio de um conjunto de ações governamentais e não governamentais, de serviços especiais de prevenção e atendimento psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão, no termos do inciso III do artigo 87 e do artigo 86 do ECA. Disponível em <www.promenino.org.br>. Acesso em 11/09/2011.

Art. 69 – O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:
 I – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
 II – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Isto permite dizer que com o ECA ocorrem mudanças no âmbito da defesa e da promoção dos direitos da criança, bem como no atendimento desses direitos, inclusive em relação ao trabalho.

No entanto, o Estatuto foi conquistado tardiamente nos marcos do neoliberalismo, em que os direitos não são dados a todos de forma efetiva, o que se observa é a precarização e redução dos mesmos, o que cria um impasse para que a cidadania de crianças seja efetivada de maneira que possam usufruí-la de forma igualitária.

Para Yazbek (2003, p. 37):

O caráter regulador de intervenção estatal no âmbito das relações sociais na sociedade brasileira vem dando o formato às políticas sociais no país: são políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos.

Tem-se um Estado que sempre se mantém na articulação do capitalismo no Brasil, por meio de um Estado centralizado e integrado por funções burocráticas, e o próprio capitalismo em vez de reduzir a desigualdade, acaba favorecendo seu fortalecimento. Nesse sentido, o Estado para alcançar legitimidade “necessita desenvolver ações que pelo menos no nível da aparência se voltem para o enfrentamento dessa desigualdade” (YAZBEK, 2003, p. 40).

Tais ações são permeadas pelos interesses da acumulação capitalista, bem como da busca da legitimidade do Estado. As políticas governamentais no campo social, mesmo expressando o caráter contraditório das lutas sociais, acabam reiterando o perfil da desigualdade no país com políticas sociais paliativas, pontuais, emergentes, que não buscam a universalidade no atendimento.

Ao mesmo tempo em que o Estado busca atender os interesses da acumulação capitalista, necessita desenvolver ações que atenda a população, implementando políticas sociais a fim de evitar os conflitos na sociedade. Para Sousa (1985, p. 47):

Isto, contudo, não significa que o Estado realiza por inteiro a aproximação e coesão entre as classes. Apesar de aparentemente

forte, ele é vulnerável aos interesses de seus mandantes, dos seus agentes e da sua clientela. Ele é vulnerável sobretudo pelos interesses diferenciados que atuam sobre ele e, atualmente, também pela crise de direção condicionada pelo capital internacional que, sem dúvida, é o seu mandante principal.

O Estado acaba se distanciando das reais necessidades e interesses das camadas populares, e implementa planos e projetos de regulação social para as camadas populares, assumindo a aparência de um Estado que visa solucionar os problemas das camadas populares por meio da política social para ter como controlar as contradições sociais.

No entanto, é preciso que o Estado dê mais atenção às crianças e aos adolescentes, implementando políticas sociais públicas efetivas para atender os reais interesses do contingente infanto-juvenil, assim como preconiza seu Estatuto “a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (ECA, 1990, p. 52)

No entanto, mesmo com todo aparato legal do ECA, a situação do trabalho infantil ainda persiste no Brasil, em que muitas crianças e adolescentes têm que trabalhar para complementar ou até mesmo manter o seu grupo familiar, devido à pobreza e miséria de grande maioria da população no território brasileiro.

É preciso que as pessoas que estão envolvidas com a problemática do trabalho infantil, por meio do Estado, implementem políticas públicas em busca de melhores condições de vida à população infanto-juvenil, haja vista que “muitas estão envolvidas em trabalho que as impedem de ter um projeto de vida e um futuro melhor que o de seus pais” (ADUAN, 2000, p. 45).

Por isso a importância da conquista da PNAS para a área da assistência social, haja vista que houve mudanças na formulação dos programas e serviços que a operacionalizam, dentre os quais se pode destacar o PETI, em prol de melhorias às crianças e aos adolescentes que estão inseridos no trabalho infantil.

2.2 A Política Nacional de Assistência Social – PNAS

A PNAS tem o intuito de materializar as diretrizes da LOAS. A versão preliminar foi apresentada ao CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –

CNAS, em 23 de junho de 2004 pelo MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS por intermédio da SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SNAS. A versão foi amplamente propagada e discutida em todos os Estados brasileiros em seminários, reuniões, oficinas e palestras, o que garantiu o caráter democrático e descentralizado do debate da Política, com o envolvimento de um grande número de pessoas em cada estado do território brasileiro. “Este processo culminou com um amplo debate na Reunião Descentralizada e Participativa do CNAS realizada entre os dias 20 e 22 de setembro de 2004, onde foi aprovada, por unanimidade, por aquele colegiado” PNAS (2004, p. 7).

Para Silva (2000) com o processo de rearticulação da sociedade civil brasileira, que introduz, nos anos 70 e 80, na arena social, vem a luta política por direitos sociais básicos. E com a Constituição Federal de 1988 houve uma expressão forte da questão da cidadania, o que possibilitou a ampliação dos direitos sociais, em que a noção de Seguridade Social abrange as políticas de Assistência Social, de Saúde e de Previdência Social, o que permite uma nova concepção de direito social, e amplia os deveres do Estado para com os cidadãos.

A PNAS enfatiza a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social. A assistência social é um direito e tem o apoio do Estado e da sociedade. É preciso colocar em prática políticas permanentes e efetivas que atenda a todos de forma igualitária.

A PNAS/2004 aborda a questão da proteção social em uma perspectiva de articulação com outras políticas do campo social que são dirigidas a uma estrutura de garantias de direitos e de condições dignas de vida. O princípio da atenção social alcança, assim, um patamar que é balizado pelo esforço de viabilização de um novo projeto de desenvolvimento social, onde não se pode pleitear a universalização dos direitos à Seguridade Social e da proteção social pública sem a composição correta e suficiente da política pública de assistência social, em nível nacional (NOB, 2005, p. 16).

E para a composição correta e suficiente da política pública de assistência social é preciso implementar uma política pública alicerçada de direitos, por meio de uma estrutura político-administrativa que mostre a importância do processo de descentralização, a fim de facilitar a transferência das ações para os territórios mais

próximos da população e de suas peculiaridades, pois somente por meio desse processo que se poderá ter recursos financeiros e operacionais de forma igualitária.

A PNAS trabalha com a proteção social, mas é preciso ter clareza do que é proteção social. Para Viana e Levcovitz (2008, p. 17) “a proteção social consiste na ação coletiva de proteger indivíduos contra os riscos inerentes à vida humana e/ou assistir necessidades geradas em diferentes momentos históricos e relacionadas com múltiplas situações de dependência”. Nesse sentido a proteção social vem com o intuito de reduzir o impacto de estabelecidos riscos sobre o indivíduo e a sociedade:

Pode-se, portanto, afirmar que a formação de sistemas de proteção social resulta da ação pública que visa resguardar a sociedade dos efeitos dos riscos clássicos: doença, velhice, invalidez, desemprego e exclusão (por renda, raça, gênero, etnia, cultura, etc). (VIANA e LEVCOVITZ, 2008, p.17).

Cabe ao Estado agir com efetividade no que se referem aos riscos sociais por meio da proteção social para reduzir os riscos quando necessários. Para Sposati (2008) a proteção social, como política social pública, não se identifica com a legislação social do trabalho, ou seja, com a proteção aos riscos do trabalho desde os acidentes de trabalho as pensões ou benefícios substitutivos do salário por motivo de doença, invalidez ou aposentadoria. A legislação social do trabalho por meio da previdência social atende os direitos de contribuintes, enquanto a proteção social é um direito de cidadania e atende a direitos sociais que a sociedade constitui a todos, independente do vínculo particular ou individual de trabalho.

É necessário se ter claro essa diferenciação, pois devido à concepção centrada no “valor trabalho” termina por submeter o reconhecimento de uma cidadania a partir da condição de vínculo formal de trabalho, caracterizando uma “cidadania regulada”, como diz Wanderley, em que somente quem trabalha na sociedade de mercado e, sobretudo, quem tem trabalho formal é reconhecido como cidadão.

A proteção social, diferente do seguro¹⁶, é nominada proteção social “não contributiva”. Para Sposati (2008, p. 64):

¹⁶ O seguro social – distribuição de benefícios a categorias ocupacionais específicas. (VIANA e LEVCOVITZ, 2008, p. 18)

O sentido do 'não contributivo' é o da não ocorrência do custeio direto e específico pelo usuário dos serviços de proteção que utiliza, posto que ele seja contributivo, direta ou indiretamente, através de taxas e impostos que incidem sobre sua vida cotidiana.

A proteção social tem um caráter de preservar a família dos impactos dos riscos produzidos pela sociedade, no campo da política social pública, com o intuito de defender a qualidade e as condições de vida, bem como a efetivação da cidadania. “nesse sentido, a ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida – supõe apoio, guarda, socorro e amparo” (SPOSATI, 2008, p. 66).

A proteção social passa a ser preservacionista ou contra a deterioração da qualidade de vida e de viver. Sendo assim é imprescindível o investimento no futuro e na qualidade de vida pessoal e social, por meio de um campo relacional e não meramente tutelar.

Para Sposati (2008, p. 67):

O exame da proteção social, no contexto latino-americano, supõe uma qualidade de Estado Social que se confronte com a premissa neoliberal de Estado Mínimo, bem como, com a vivência de Estados totalitários e privatistas. Mais ainda, significa superar a concepção de Estado Social pensado, fundamentalmente, pelos gastos da previdência social.

É preciso que a proteção social esteja em oposição ao projeto neoliberal, em que preconiza o Estado Mínimo, na área social. Não se pode pensar em proteção social nos gastos da previdência social, em que somente recebe tal proteção aqueles que contribuem com a previdência social, mas pensar a proteção social universalista para que todos tenham direitos igualitários.

Para a PNAS no que diz respeito à construção da política pública de assistência social é preciso levar em consideração três fatores de proteção social, a saber: as pessoas; suas circunstâncias; e dentre estas circunstâncias seu núcleo de apoio primeiro que é a família. Para colocar em prática a construção dessa política é preciso se aproximar do cotidiano das pessoas para atingir os fatores de proteção social às famílias, pois é a partir da vivência que riscos e vulnerabilidades se constituem.

A proteção social de assistência social é hierarquizada em básica e especial, com níveis de complexidade do processo de proteção, por meio do impacto dos

riscos circunstanciais no indivíduo e em sua família. A NORMA OPERACIONAL BÁSICA – NOB (2005, p. 18) destaca os dois tipos de proteção, quais sejam:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por intermédio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. São prioritários atendimentos à população que vive em situação de vulnerabilidade social, oriundos da pobreza, privação – ausência de renda, precário ou nenhum acesso aos serviços públicos etc – e ou vulnerabilidade de vínculos afetivos – de relacionamento e de pertencimento social.

A proteção social especial prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por meio do abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil etc.

Nessa direção, a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (PNAS, 2004, p. 9).

E para que se concretize a assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, é preciso conhecer a realidade do cotidiano das pessoas, e de cada município para relacionar as pessoas e seus territórios e assim saber das reais necessidades de cada território, buscando a efetivação de políticas públicas permanentes e universais em prol de melhores condições de vida da população.

A PNAS se representa na perspectiva socioterritorial, por isso a importância de conhecer cada território. Para NOB (2005, p. 17) o princípio da territorialização manifesta o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos que conduz o indivíduo e a família a uma posição de vulnerabilidade, risco pessoal e social. Portanto a NOB diz que o princípio da territorialização permite orientar a proteção social de assistência social:

- Na perspectiva do alcance de universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias sob situações similares de risco e vulnerabilidade;

- A possibilidade de aplicar o princípio de prevenção e proteção pró-ativa¹⁷, nas ações de assistência social;
- A possibilidade de planejar a localização da rede de serviços a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos.

A PNAS requer uma nova concepção de assistência social como direito à proteção social, direito à seguridade social, é de grande importância ter a perspectiva socioterritorial, conhecendo os municípios brasileiros para reconhecer a dinâmica que se dá no dia a dia das populações brasileiras, e tornar visíveis setores da sociedade que são tradicionalmente considerados como invisíveis ou excluídos das estatísticas, implementando políticas públicas que desenvolvam as habilidades das pessoas para a sua autonomia. “Nesse sentido, ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista. (PNAS, 2004, p. 12).

É necessário desenvolver políticas públicas que pensem a família como centro em prol de desenvolver a autonomia das pessoas, é preciso também dispor de proteção integral a população infanto-juvenil para que esta não venha a reproduzir o ciclo vicioso da pobreza e miséria de seus pais no futuro.

A PNAS tem como núcleo de apoio primeiro a família, e com sua aprovação traz para o cenário brasileiro novidades na formulação dos programas e serviços que a operacionalizam, dentre os quais se pode destacar o PETI, em que os pressupostos da PNAS são implementados no PETI.

Aduan (2000) expõe dois pressupostos que o PETI implementa nas suas ações:

O primeiro pressuposto a PNAS sinaliza para centralidade da ação de assistência social no núcleo básico de formação do sujeito, a família. Destarte, é necessário trabalhar mais com o núcleo familiar, pois a ação de assistência social deve ser estabelecida como um mecanismo de funcionamento de desenvolvimento humano e social para alcançar cada membro da família.

O segundo pressuposto da PNAS implementado no PETI é a perspectiva de que não se faz com um único programa ou ação, o combate à pobreza e à exclusão. É preciso ter em mente que somente um programa ou ação não faz milagre, é

¹⁷ O princípio de proteção pro-ativa se dá principalmente no campo da proteção social básica enquanto um conjunto de ações capazes de reduzir a ocorrência de riscos e a ocorrência de danos sociais. (NORMA OPERACIONAL BÁSICA, 2005, p. 17)

imprescindível mais que um único programa para combater esses dois fatores. “Mas a Política de Assistência diz que são necessários programas e serviços de combate aos fatores que causam a exclusão e que estão afetando os indivíduos nas suas diferentes faixas etárias” (ADUAN, 2000, p. 47).

Nesse sentido, é preciso pensar em políticas universais em busca de promoção humana, pois somente um único programa como o PETI, não poderá quebrar com o ciclo da pobreza das famílias que tem seus filhos inseridos no trabalho infantil.

Para Silva (2000) realizando uma análise histórica do surgimento e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Proteção Social, pode-se dizer que a ação estatal, no campo das políticas sociais, tem se manifestado por meio de programas e ações fragmentadas, eventuais, descontínuas, o que contribui pouco para reduzir as condições de pobreza de grande parte da população brasileira. Mesmo com o volume elevado de recursos aplicados nas políticas sociais.

Com a crise fiscal do Estado, e a entrada do projeto neoliberal, nos anos 90, no cenário brasileiro, o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Proteção Social teve que passar por mudanças, em que aconteceram reformas com a redução e paralisação dos programas sociais, sem contar com o desmonte dos direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988.

Silva (2000, p. 42 e 43) expõe:

Nesse contexto, a recomendação é de reformas estruturais acompanhadas por reformas sociais, para, segundo o discurso da ONU, permitir a articulação do crescimento com a equidade social, repondo, por conseguinte, o papel das políticas sociais de uma posição de subordinação à política econômica, a uma função complementar e dinâmica.

Por isso é imprescindível que haja reformas estruturais acompanhadas por reformas sociais para que ocorra a articulação do crescimento com a equidade social. As políticas sociais precisam sair de uma posição de subordinação à política econômica, para uma função complementar e dinâmica. Sendo assim a universalização da política social básica se faria presente, atendendo de forma igualitária a todos, com vistas à igualdade social.

Nesse sentido, a PNAS prevê o desenvolvimento de políticas e programas que atendam às reais necessidades da população brasileira tendo como núcleo a família para o desenvolvimento de sua autonomia, bem como nos processos de

exclusão das crianças e adolescentes, preconizando a proteção integral à população infanto-juvenil.

2.3 Transferência de Renda e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Política de Assistência Social a partir da Constituição de 1988 integra o sistema de seguridade social brasileiro como política de caráter não contributivo, regulamentada em 1993 pela LOAS, que introduz no seu artigo 1º (1993, p. 35):

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Com a valorização do estatuto da cidadania, o conceito de necessidades básicas assumiu grande importância na justificação dos direitos sociais e das políticas públicas. Mas para falar atualmente em direitos e políticas sociais públicas demanda recorrer ao conceito de necessidades humanas básicas.

Para Potyara (2007, p.37):

Diferentes dos direitos civis e políticos, que se apóiam, preponderantemente, em conceitos como liberdade ou autonomia individual, os direitos sociais, por sua própria natureza coletiva, guardam estrita vinculação com o conceito de necessidade, que tem relação com os princípios da igualdade, equidade e justiça social.

No Brasil a origem de mínimos sociais foi estabelecida pela LOAS, em que os mínimos de subsistência passaram a ser revistos a partir de valores, reconhecidos com os princípios acima citados, constituindo-lhes um novo status, privilegia-se então necessidades sociais como discurso de direito, enfrentada por políticas resultantes de decisões coletivas.

Devido à inserção de crianças e adolescentes inseridos no trabalho infantil no território brasileiro houve forte mobilização já na década de 1980, por parte de alguns setores da população, com o objetivo de defender os direitos do contingente infanto-juvenil. A própria Constituição Federal de 1988 sinaliza alguns ganhos em

termos de legislação, com o artigo 227¹⁸ em que dá prioridade absoluta à criança e ao adolescente. Até mesmo a promulgação do ECA em 1990, em que regula conquistas já apontadas na Constituição, “e avança em termos jurídicos no sentido de tratar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, sem o recurso às políticas assistencialistas tradicionais” (MACEDO, 2004, p. 122).

Foram criados Programas de Garantia de Renda Mínima às famílias. FONSECA (2001, p. 99) relata que no início dos anos de 1990, o projeto de lei (80/91), apresentado ao senado pelo Senador Eduardo Suplicy, no qual propunha uma renda que complementasse aos indivíduos maiores de 25 anos, com renda menor que X terá direito a 30% da diferença entre sua renda e o mínimo determinado. No referido projeto o indivíduo é portador de direitos, em que a renda é um destes direitos, e o mesmo tem direito de usá-la como bem quiser, para assim aumentar o seu nível de vida.

Os programas de renda mínima, o direito à renda atinge as famílias pobres com crianças e adolescentes em idade escolar. Para Fonseca (2001, p. 175) tais programas focalizam seu público alvo com intuito de,

favorecer a escolaridade dessas crianças e desses adolescentes de modo a lhes garantir a possibilidade de escapar, no futuro, das condições de pobreza; combater o trabalho infantil tornando dispensável a contribuição das crianças e dos adolescentes para a renda familiar.

A justificativa que se dá em focalizar os programas de renda mínima, no Brasil, beneficiando as famílias com crianças e adolescentes são para constituir uma relação entre educação e renda, pois é a partir da educação que, no futuro, o segmento infanto-juvenil poderá sair da condição de pobreza em que seus pais vivem na atualidade.

Outro fator da inserção de programas de renda mínima a ser destacado é a família pobre, pois o reforço da renda familiar com esses poderá trazer recursos para melhoria e o bem-estar do grupo familiar que vive em situação de pobreza.

¹⁸ É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO, Brasil, 2004, P. 55).

Para Fonseca (2001, p. 176) a literatura sobre famílias pobres no Brasil oferece muitos argumentos, a saber:

Alguns enfatizam que as famílias pobres dificilmente conseguem ultrapassar, sem rupturas, a fase de criação dos filhos. Existiria uma relação entre pobreza e famílias desfeitas ou, dito de outra maneira, quanto mais pobre maior a possibilidade de ruptura dos vínculos de conjugalidade e maior a vulnerabilidade.

Os programas de renda mínima são priorizados às famílias pobres com crianças e adolescentes, destacando a importância da educação na vida dos filhos, para que haja a redução de altas taxas de evasão escolar, repetência, seguidos de poucos anos de escolaridade. Os programas de renda mínima vêm justamente com o intuito de “aproximar o direito à educação do exercício do direito, condicionando o pagamento do benefício à matrícula e à frequência escolar, ou seja, facilitando que os pais ou responsáveis pelas crianças cumpram seu dever” (FONSECA, 2001, 177).

Essa política é pensada nas gerações futuras e o complemento de renda, oferecido pelo programa, vem justamente reduzir as privações do presente e, assim, criar possibilidades futuras, a partir do acesso à educação, sobretudo às crianças e aos adolescentes das famílias que vivem em situação de pobreza.

No entanto, os programas de renda mínima ao mesmo tempo em que desejam a integração social, engendram efeitos excludentes. Para Scherer (1997, p. 104),

[...] de fato as RMI dependem de uma ‘benevolência pública’, e por isso não podem ser consideradas como um direito [...] o que as RMI reconhecem é um direito abstrato e até mesmo fictício de inserção, não um direito concreto de uma renda.

Sem dúvida a RMI é politicamente imprescindível, haja vista que contribui para a inserção de crianças e adolescentes de famílias pobres nas escolas. No entanto são insuficientes, devido o caráter estrutural do desemprego, e também das reais luta contra a pobreza e exclusão, pois a RMI não acompanha uma política de emprego. “O que pode acontecer com as RMI, se continuarem desconectadas dos processos econômicos, é tornarem-se uma política social de efeitos restringidos”. (SCHERER, 1997. p. 103).

É preciso investir mais na educação da população infanto-juvenil para que as crianças e adolescentes dessas famílias tenham possibilidades de sair da condição

de pobreza extrema em que seus pais estão inseridos, também sempre levar em consideração a importância de políticas de empregos à família, para que estas que estão em situação de extrema pobreza possam ter possibilidade de se emancipar financeiramente.

Para Macedo (2004, p. 41):

Assim, o problema político que se arma consiste em indagar sobre as possibilidades desses programas enquanto instrumentos de políticas sociais pautadas por critérios universais de cidadania, ou enquanto mecanismos de reafirmação de pressupostos dos 'mínimos de pobreza' circunscritos apenas ao terreno das políticas residuais e compensatórias.

Pode-se dizer que com a redefinição do papel do Estado, as políticas sociais com os critérios de justiça e igualdade sejam abandonadas em detrimento de critérios contábeis de redução de gastos sociais. Prioriza o econômico em favor do social, há mais investimentos na economia do país, enquanto que a área social fica em segundo plano e, conseqüentemente, a desigualdade social se torna expressiva.

De acordo com Macedo (2004) o debate em torno dos mínimos sociais, na perspectiva da seguridade social, nos anos 1990, permite diversificar dois projetos diferentes de assistência social em oposição, a saber: o primeiro está pautado em propostas minimalistas, no qual é representado o ideário neoliberal; e o segundo é inspirado na visão universalista dos direitos sociais e da cidadania, consubstanciado pela Constituição Federal de 1988.

O confronto entre tais projetos se insere devido à redefinição do papel do Estado brasileiro, pois em um momento em que o país tinha conseguido garantir direitos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o país revelava a hegemonia do projeto neoliberal, reafirmando a redução do papel do Estado, sobretudo na área social, ocasionando a mercantilização dos direitos e não a sua defesa. "assim, sob a hegemonia da ideologia neoliberal, articula-se um novo discurso em torno da formulação de uma política social induzida pelo dever moral de prestar assistência aos mais pobres" (MACEDO, 2004, p. 44).

Nesse sentido, os programas de transferência de renda assumem primordial importância na sociedade brasileira como estratégia de enfrentamento a pobreza, e tem o eixo central o repasse monetário as famílias para que tenham possibilidades de acesso e inserção aos demais serviços sociais nas áreas de educação, de saúde, de trabalho na perspectiva de atendê-las e assim dar autonomias para que estas

possam sair da condição de extrema pobreza e ter possibilidades de se incluir socialmente.

Com a redefinição do papel do Estado e de aprofundamento da pobreza e da violência, não se pode negar que os programas de transferência de renda têm o intuito de melhorar as condições de vida das famílias que vivem em situação de pobreza e miséria, o que traz inovações na trajetória das políticas de assistência social no Brasil.

No entanto, pode se observar que tais programas são implementados de forma focalizada e compensatória. Com o caráter temporário e emergencial de tais programas acaba corroborando para que os programas não sejam colocados em prática de forma efetiva.

A entrada dos programas de transferência de renda aconteceu em um momento em que ocorria a redefinição do papel do Estado com a hegemonia do projeto neoliberal adentrando o cenário brasileiro, que coloca em prática programas que tenham perfil compensatório e emergencial para assim atender a população em detrimento da economia.

Para Viana e Levcovitz (2008, p. 52):

Por exemplo, algumas políticas de transferência de renda habilitam pessoas para uma inserção produtiva, que se traduz em diminuição de desigualdades. Porém, como sabemos, muitas dessas políticas não são duradouras e seus efeitos são temporários, isto é, só se manifestam quando a política está em operação (tipo Programas de Transferência de Renda)

Certos programas por serem temporários têm sua efetividade comprometida, em vez de buscar a redução da desigualdade, manifesta-se de forma contrária, atendendo somente a população de forma pontual e emergencial. Sem contar com as políticas setoriais desenvolvidas por algumas intuições.

Dentre muitos programas criados pelo Estado, pode-se destacar o que visa atender padrões de garantias básicas à família, e a busca pela erradicação do trabalho infantil. Foi a partir de discussões e pressão internacional com o comitê de direção do IPEC, que no Brasil foi criado, em 1994, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil¹⁹.

¹⁹ O Fórum surgiu da necessidade de se promover uma melhor articulação entre as diversas organizações capazes de atuar na área de eliminação do trabalho infantil, em decorrência de um número significativo de denúncias sobre a exploração do trabalho infantil, em situações desumanas e

Diante dessa perspectiva, o PETI foi lançado oficialmente no Estado do Mato Grosso, em maio de 1996, em que estabeleceu a meta inicial para o atendimento de 1.500 crianças e adolescentes, residentes em 14 municípios do Estado. Posteriormente, o programa foi atendido às famílias que colhiam erva-mate na região de fronteira com o Paraguai, no extremo sul do Estado.

Após a implantação inicial do Programa no Estado do Mato Grosso do Sul, outros estados do Brasil foram contemplados, envolvendo diferentes atividades laborais.

O PETI é um programa de transferência direta de renda do Governo Federal para as famílias de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho infantil. O mesmo é financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, com cofinanciamento de estados e municípios e também pode contar com a participação financeira da iniciativa privada e da sociedade civil.

Mesmo com a implementação dos programas de transferência de renda às famílias pobres, existem inúmeras crianças e adolescentes inseridos no trabalho infantil para complementar ou até mesmo manter seu grupo familiar no Brasil, o que permite que esse contingente assumam responsabilidades de adultos, deixando para trás a educação.

Segundo o Manual Operacional do PETI (2000), o programa tem como proposta a erradicação do trabalho infanto-juvenil das atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas e degradantes nas zonas urbana e rural, possibilitando crianças e adolescentes de 7 a 15 anos a ampliação do universo cultural e o desenvolvimento de potencialidades com vistas à melhoria do desempenho escolar e inserção no circuito de bens, serviços e riquezas sociais.

O programa tem como principais referências o núcleo familiar, a escola e a comunidade. Mas para que o PETI tenha sucesso é de fundamental relevância que todas as crianças e os adolescentes abandonem o trabalho infantil e sejam inseridos e frequentem regularmente a escola e a jornada ampliada

Para o Manual Operacional (2000, p. 29) a jornada tem como objetivo:

A Jornada Ampliada visa a ampliação do universo cultural das crianças e adolescentes e ao desenvolvimento de suas potencialidades com vistas à melhoria do seu desempenho escolar e

degradantes. Objetiva sensibilizar e mobilizar novos parceiros aglutinando esforços, com a finalidade de intervir de forma organizada nas situações onde se constate a presença do trabalho infantil. (Manual Operacional do PETI, 2000, p. 8).

inserção no circuito de bens, serviços e riquezas sociais, tendo como referências o núcleo familiar, a escola e a comunidade.

A Jornada Ampliada divide-se em dois núcleos:

- Básico: busca enriquecer o universo cultural e lúdico das crianças e adolescentes por meio de atividades complementares entre si, além de apoiá-los no seu processo de desenvolvimento, corroborando na sua autoestima, em estreita relação com a família, a escola e a comunidade.
- Específico: tem como objetivo desenvolver uma ou mais atividades artísticas, desportivas e/ou de aprendizagem.

A jornada ampliada deverá estabelecer uma perfeita sintonia com a escola, com atividades complementares e articuladas entre si para assim realizá-las voltadas ao desenvolvimento da comunicação, da sociabilidade, de habilidades para a vida das crianças e dos adolescentes, apoiando-os em seu processo de desenvolvimento e fortalecendo a autoestima em estreita relação com a família, a escola e a comunidade.

Para Macedo (2004, p. 188) o PETI tem objetivos a serem atingidos junto ao segmento infanto-juvenil com a implantação e execução do programa:

Além de sua retirada das atividades laborativas, penosas, insalubres e degradantes, busca-se possibilitar seu acesso, permanência e bom desempenho na escola. É apontado, ainda, que, para incentivar a ampliação de seus conhecimentos, uma série de atividades devem ser desenvolvidas com as mesmas – de caráter cultural, esportivas, artísticas e de lazer – no período complementar ao da escola, na chamada jornada ampliada.

É importante ressaltar a importância que a escola tem na vida das crianças e adolescentes, bem como no PETI. Para o Manual Operacional PETI (2000, p. 36) “a escola é um espaço de formação e informação, onde a aprendizagem de conteúdos deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior”.

Por isso a importância do PETI estabelecer atividades extraclasse nas ações socioeducativas, para que a população infanto-juvenil, tão maltratada pela vida devido à inserção no trabalho infantil, tenha possibilidades de desenvolver e fortalecer sua

autoestima, bem como o desenvolvimento da aprendizagem de conteúdos, para que no futuro tenham possibilidades de ter um bom emprego, e sair da condição de pobreza em que estão inseridos seus pais na atualidade.

No que diz respeito ao trabalho com as famílias o Manual Operacional (2000, p. 42) vem destacando a importância da família para:

Favorecer o fortalecimento dos laços familiares, oportunizar a criação de espaços de socialização e construção de identidades e permitir ainda ao grupo familiar se perceber como ente participativo e sujeito de direitos aos bens e serviços produzidos pela comunidade.

Nesse sentido, a política de assistência social passa a ser política de proteção e de inclusão social voltada à família e à comunidade, e por isso precisam de apoio para dar uma garantia de qualidade de vida, bem como o usufruto de bens e serviços às famílias. Sendo assim o PETI trabalha com as famílias no âmbito da Política de Assistência Social compreendendo as seguintes ações:

- Apoio socioeducativo;
- Serviços comunitários de apoio psicossocial e de ampliação do universo cultural;
- Complementação de renda familiar e;
- Programas de geração de trabalho e renda.

Tais ações se realizam na metodologia de rede²⁰, e articulada, de preferência municipalizada e particulariza-se pela articulação dos bens comunitários, com intuito de fortalecer a autonomia do sujeito, garantindo o uso dos bens e serviços disponíveis.

A metodologia de rede tem o intuito de inserir ações especializadas para atender as reais necessidades da família e da comunidade, colocando-as como sujeitos atuantes na sociedade.

²⁰ As possibilidades de trabalho com famílias nessa metodologia sinalizam para a necessidade de articulação com a rede espontânea de solidariedade existente nas comunidades – família, vizinhanças, igrejas, associações de bairro etc, que já convivem no cotidiano e prestam apoio aos munícipes em situação de pobreza abandono e exclusão. (Manual Operacional do PETI, 2000, p. 43)

O manual operacional (2000, p. 43) destaca alguns serviços/programas que podem ser desenvolvidos pelo sistema de rede, a saber:

- Programas de socialização e lazer voltados à ampliação e ao fortalecimento de vínculos relacionais e à convivência comunitária;
- Programas que objetivem a ampliação do universo informacional e cultural, facilitando a participação nas decisões e no destino dos serviços e da comunidade onde se inserem;
- Serviços especializados de apoio psicossocial às famílias em situações de extrema vulnerabilidade, como desemprego, alcoolismo, maus tratos etc, assim como serviços advocatícios, psicoterapêuticos, dentre outros;
- Programas culturais que visem oferecer acesso efetivo à cultura e suas diversas manifestações, desenvolvimento dos talentos artísticos e possibilidades de trocas.

O PETI tem como intuito desenvolver o sistema de rede, com serviços e ou programas para melhor estabelecer a relação com a família e comunidade para assim desenvolver suas potencialidades em prol de melhorias de condições de vida.

Para Macedo (2004, p 179):

Os programas de geração de renda, que devem ser desenvolvidos junto aos pais das crianças inseridas no PETI, têm em princípio o propósito de criar condições para melhorar a qualidade de vida dessas famílias, resolvendo o problema dos baixos rendimentos.

O próprio Manual Operacional do PETI preconiza o apoio socioeducativo às famílias, tendo por base o tripé, quais sejam: sujeito, família e rede, com ações que ofereçam oportunidade de desenvolvimento pessoal e social visando à socialização e, assim, ampliar o campo de conhecimento, dos vínculos relacionais e da convivência comunitária.

Outro fator a ser destacado é a importância que o programa tem em estabelecer os programas e projetos de trabalho e renda, por meio das Comissões Estaduais e/ou Municipais de Emprego, e devem ser favoráveis:

- Apoio técnico e linhas de financiamento para alteração ou implementação das bases produtivas; e,
- Ações de formação e qualificação profissional das famílias, assessoria técnica e crédito popular, com financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT ou outras fontes, e empreendimentos geradores de trabalho e renda. (Manual Operacional, 2000, p. 44).

Por isso a importância de colocar em prática os programas e projetos de trabalho e renda às famílias para que estas possam alcançar sua emancipação e sair da condição de pobreza que se encontram, pois muitas vezes essas famílias inserem seus filhos no trabalho infantil, e estes passam a assumir responsabilidades de adultos, abandonando a escola, o brincar para se inserir nas ruas em busca de dinheiro para complementar ou até mesmo manter seu grupo familiar.

É preciso criar espaços de socialização e construção de identidades para que o grupo familiar se torne participativo e sujeito de direito aos bens e serviços produzidos pela comunidade. É necessário direcionar as políticas sociais para os segmentos economicamente vulneráveis, efetivando projetos de geração de trabalho e renda, bem como o envolvimento das políticas com a escola, a fim de combater o trabalho infantil.

2.4 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no contexto do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e do Programa Bolsa Família

O PETI entra no contexto do SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS, e passa a integrar ao Programa Bolsa Família, regulada pela Portaria GM/MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005. O combate ao trabalho infantil foi ampliado devido à integração do PETI para o Programa Bolsa Família, haja vista que este está voltado para o enfrentamento da violação dos direitos.

Segundo o PNAS (2004, p. 33):

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que

passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade.

O SUAS tem gestão participativa, com co-financiamento da política pelas três esferas de governo e constituição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e conta ainda com a participação e mobilização da sociedade civil, com papel efetivo na sua implantação e implementação.

O SUAS tem como principal objetivo consagrar direitos de cidadania e inclusão social. “trata das condições para a extensão e universalização da proteção social aos brasileiros através da política de assistência social e para a organização, responsabilidade e funcionamento de seus serviços e benefícios nas três instâncias de gestão governamental” (PNAS, 2004, p. 33).

O PETI tem como um dos núcleos a família, e o SUAS busca trabalhar com a matricialidade sociofamiliar, que busca reconhecer a importância da família no contexto da vida social, levando em consideração os processos de exclusão em que muitas famílias estão inseridas, no território brasileiro. Por isso a necessidade de cuidar e proteger o grupo familiar, no âmbito das ações da política de assistência social foi percepção dessas políticas com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, na Constituição Federal de 1988, no ECA, na LOAS, e no Estatuto do Idoso.

Para PNAS (2004, p. 35):

[] A matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos.

Para garantir condições de sustentabilidade é preciso reconhecer a realidade da sociedade brasileira, por meio de estudos e análises nas diferentes áreas e tendências. É a partir de pesquisas que se pode visualizar as mudanças ocorridas de ordem econômica, a organização do trabalho, as mudanças de valores, dentre outros fatores. A partir de tais mudanças ocorrerão transformações que envolvem

pontos positivos e negativos, que atingirão o processo de vulnerabilidade dos vínculos familiares e comunitários. Para PNAS (2004, p. 36):

[] Percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações ente seus membros para sobreviverem.

Por isso a importância da política de Assistência Social no conjunto de proteção da Seguridade Social, em trabalhar com a família. Nesse sentido, o MDS, por meio do SUAS, concretiza a efetivação desse direito com a implementação de serviços, programas, projetos e benefícios, que constituem a rede de proteção socioassistencial. Integram o SUAS; os CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS; os CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS – unidades públicas de referência, no território, para atendimento das famílias em diversos programas, entre eles o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

A integração do PETI para o Bolsa Família tinha como intuito racionalizar a gestão de ambos os programas com o incremento da intersectorialidade e da potencialidade das ações do Governo, para assim evitar a fragmentação, a superposição de funções e o desperdício de recursos públicos. Foi discutida há dois anos Envolveu Conferências e Conselhos de Assistência Social e de Crianças e Adolescentes, com representantes de todos os estados, municípios e Distrito Federal; Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil; COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (CONAETI); OIT; UNICEF e demais setores ligados ao combate do trabalho infantil.

O Governo vem trabalhando para integrar o PETI ao Programa Bolsa Família. Dessa forma pretende-se que o PETI chegue a todas as crianças que trabalham. Sendo assim, a Integração do PETI para o Programa Bolsa Família objetiva, a saber:

- Racionalizar e aprimorar os processos de gestão do Programa Bolsa Família e do PETI, pela universalização da obrigatoriedade de pagamento do benefício por meio de cartão magnético da CAIXA e pela inclusão de todas as famílias no CadÚnico;

- Ampliar a cobertura do atendimento das crianças/adolescentes em situação de trabalho infantil do PETI, com a inclusão de crianças menores de seis anos;
- Estender as ações socioeducativas e de convivência do PETI para as crianças/adolescentes do Programa Bolsa Família em situação de trabalho infantil;
- Universalizar o Programa Bolsa Família para as famílias que atendem a seus critérios de elegibilidade. (avaliação de integração do PETI ao Programa Bolsa Família, 2007, p. 22).

De acordo com a Portaria n.º 666, para o processo de integração, ficou definido que:

- O componente de transferência de renda para as famílias que atendam ao critério de elegibilidade do programa Bolsa Família será tido como benefício financeiro do programa Bolsa Família, representando, junto com o Cadastro Único, a principal ação do programa Bolsa Família;
- O componente de transferência de renda para as famílias que não atendam ao critério de elegibilidade do programa Bolsa Família será tido como benefício financeiro do PETI, que se transformou numa categoria residual do PETI;
- As ações socioeducativas e de convivência que devem ser freqüentadas pelas crianças e adolescentes das famílias oriundas do PETI, assim como pelas famílias beneficiárias do programa Bolsa Família que apresentarem situação de trabalho infantil, serão tidas como parte integrante do PETI, tornando-se a sua principal ação finalística. (avaliação de integração do PETI ao Programa Bolsa Família, 2007, p. 23 e 24).

É de fundamental importância destacar que com a integração do PETI ao Bolsa Família, no que se refere à política de combate ao trabalho infantil especificamente considerada, a ação governamental passou a ter como foco as ações socioeducativas e de convivência, anteriormente denominadas “Jornada Ampliada”.

Segundo dados do MDS, o maior objetivo da integração é melhorar a gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, pois tal iniciativa permitirá

agilizar o pagamento do benefício, tornando mais permanente o enfrentamento da pobreza e do trabalho infantil. Vale ressaltar que a integração dos programas acontecerá na medida em que as famílias forem inseridas no Cadastro Único (MDS, 28 de outubro de 2011).

Com a unificação, o auxílio financeiro do PETI passa a ser pago pelo Bolsa Família. Essa iniciativa contempla os princípios do SUAS, criado em 2005 e que reorganiza o atendimento, agiliza os repasses dos recursos federais, respeita as realidades locais e coloca a família como o centro das políticas deste setor.

Para PNAS (2004, P.35):

O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a: 'família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado', endossando, assim, o artigo 16, da Declaração dos Direitos Humanos, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e com direito à proteção da sociedade e do Estado.

Por isso a necessidade das políticas trabalharem como centro a família, com especial proteção do Estado, da sociedade, para que possam prevenir, proteger, promover e incluir o grupo familiar socialmente, e assim garantir condições básicas de sobrevivência familiar. Mesmo com a integração o PETI continua tendo como núcleo central a família e a erradicação do trabalho infantil.

De acordo com o MDS/ Cartilha do PETI, o programa é desenvolvido pelo MDS em parceria com os estados, o Distrito Federal e os municípios, é um programa de âmbito nacional. Está presente em mais de 3.500 municípios de todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. (MDS. 28 de outubro de 2011).

A intervenção do PETI passa um conjunto de ações integradas, a saber:

- a identificação da situação de trabalho infantil e inclusão das famílias no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único;
- a transferência de renda às famílias;
- o acompanhamento das famílias por meio dos CRAS e CREAS;
- a inserção e o atendimento das crianças afastadas do trabalho no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que tem por foco a constituição de

espaços de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos seus interesses, demandas e potencialidades ou em outras atividades socioeducativas, culturais, esportivas, com objetivos similares; sua intervenção é pautada por experiências lúdicas, culturais e esportivas, como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social;

- o acompanhamento das crianças e adolescentes na escola. (Cartilha PETI).

De acordo com o MDS/ Cartilha do PETI, a participação das Secretarias de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios é fundamental para a implementação das ações do PETI e o enfrentamento das violações de direitos em seus territórios, ao promoverem ações de articulação e mobilização da rede de prevenção e erradicação do trabalho infantil, fortalecendo as ações locais e regionais.

O Governo Federal paga uma bolsa mensal: de R\$ 25 por criança em atividade para a família que retirar a criança do trabalho, em municípios, na área rural ou urbana, com população inferior a 250.000 habitantes; de R\$ 40 por criança, em atividade urbana, em capitais, regiões metropolitanas e municípios com população superior a 250.000 habitantes.

Para permanecer no programa, a família será avaliada de acordo com os seguintes critérios (Portal da Transparência da Presidência da República, 28 de outubro de 2011):

- Retirada de todas as crianças/adolescentes de atividades laborais e de exploração;
- Frequência mínima da criança e do adolescente nas atividades de ensino regular e nas Ações Socioeducativas e de Convivência (Jornada Ampliada) no percentual mínimo de 85% (oitenta e cinco) da carga horária mensal.

Nesse sentido, as famílias do PETI, com a integração, passam a receber pelo Programa Bolsa Família, além de cumprir as condicionalidades de educação e as atividades socioeducativas e de convivência, passam a ter responsabilidade e

cumprir as condicionalidades da área de saúde, a saber: foram acrescentadas ao controle do desenvolvimento infantil, vacinas e vigilância nutricional para as crianças abaixo de sete anos.

Do ponto de vista orçamentário, com a integração, os recursos do PETI destinados à transferência de renda diminuíram drasticamente, caindo de mais de 300 milhões para cerca de 50 milhões, ou seja, uma redução de cerca de 85%. Já os valores alocados para as ações socioeducativas e de convivência foram aumentados, mas não na proporção correspondente: saíram de quase 206 milhões, em 2005, para pouco mais de 306 milhões, em 2006, com um aumento de 48%, que em 2007 chegou a 54%. (avaliação de integração do PETI ao Programa Bolsa Família, 2007, p. 30).

O PETI conta com a participação dos municípios, de acordo com os índices de trabalho infantil. De acordo com o (Portal da Transparência da Presidência da República) é realizado um levantamento pelos estados e municípios por meio de órgãos gestores da Assistência Social. Outros órgãos podem participar desse levantamento, tais como: DELEGACIAS REGIONAIS DO TRABALHO – DRT's e o Ministério Público.

Essas demandas são validadas pela Comissão Estadual e são submetidas à COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE (CIB) da Assistência Social (formada por representantes do estado e municípios) para pactuação. A partir daí, as necessidades pactuadas são informadas ao MDS, com a relação nominal das crianças e dos adolescentes a serem atendidos e as respectivas atividades econômicas exercidas.

O papel do Município em relação ao PETI (Portal da Transparência da Presidência da República) precede da seguinte forma:

- Constituir e apoiar os trabalhos da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil;
- Incluir as famílias a ser beneficiadas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal;
- Selecionar, capacitar e contratar monitores que trabalharão com as crianças e os adolescentes na Jornada Ampliada;

- Providenciar a documentação das famílias;
- Estruturar espaços físicos, tais como quadras esportivas e bibliotecas para execução da Jornada Ampliada;
- Disponibilizar meios de transporte para as crianças e os adolescentes, especialmente as que encontrarem em área rural;
- Registrar em sistema informatizado do MDS o Plano de Ação (documento que define as ações que devem ser efetivadas, elencando as prioridades, as responsabilidades dos parceiros, o cronograma de execução e as formas de articulação com as instituições e as entidades participantes, a partir da identificação das causas e consequências do trabalho infantil nas situações apontadas. Servirá como um instrumento executivo para o desenvolvimento dos trabalhos do Peti) devidamente preenchido e assinado com aprovação do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS;
- Enviar a declaração emitida pela Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, contendo o cumprimento de todas as etapas e atestando o efetivo funcionamento do programa; e
- Prestar contas por meio do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira, como o parecer do CMAS.

Segundo o MDS, o PETI e o programa Bolsa Família foram integrados mantendo suas especificidades e objetivos, não havendo sobreposição de um sobre o outro. Ao mesmo tempo em que agem de forma conjunta, ambos os programas também buscam a inserção das famílias em projetos, serviços e ações socioassistenciais que visam à preservação dos vínculos familiares e da convivência comunitária. (MDS, 28 de outubro de 2011).

Todavia, pode-se dizer que com a integração houve a contribuição aparentemente para maximização dos resultados na aplicação dos recursos do PETI, pois por meio do cadastro único é possível corrigir problemas de duplicidade de cadastros. Mas por outro lado, com a integração dos programas tem-se a promoção da equidade como adoção da renda como critério ao Programa Bolsa

Família e da integração PETI e Bolsa Família, perdendo de vista a especificidade do trabalho infantil, objetivo principal do PETI.

Pode-se observar a falta de definição precisa e pactuada do conceito de trabalho infantil e de ações socioeducativas e de convivência, a ausência de parâmetros para essas ações com base nas práticas pedagógicas, a descaracterização das atividades de qualificação profissional e inclusão ocupacional das famílias que fazem parte do programa, houve a perda dos incentivos à retirada das crianças e adolescentes da situação de trabalho infantil

Teria sido possível, por meio do cadastro único, gerenciar melhor a alocação dos benefícios, bem como monitorar o cumprimento das condicionalidades, a oferta e comparecimento às atividades socioeducativas e de convivência, sem necessariamente substituir o critério do trabalho infantil pelo da renda, como veio a ocorrer.

CAPÍTULO III

PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI: IMPLEMENTAÇÃO

E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA, NO DISTRITO DE CACAU PIRÊRA

3.1 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, no Distrito de Cacau Pirêra

O PETI, no Distrito de Cacau Pirêra foi criado com objetivo de retirar crianças e adolescentes inseridos no trabalho infantil daquela comunidade. Muitos pais não tinham com quem deixar seus filhos em casa, e a única solução era levá-los com eles para o trabalho, incentivando seus filhos a adentrar precocemente no trabalho infantil.

Outro ponto que contribui para o incentivo do trabalho infantil no Cacau Pirêra, é que muitas famílias estão inseridas na informalidade, sem nenhuma garantia de proteção social, o que contribui para incentivar seus filhos a trabalhar desde cedo para complementar ou até mesmo manter a sobrevivência da família. E as balsas e jatinhos contribuía para que a venda do contingente infanto-juvenil naquela comunidade tornasse expressiva.

Como o índice do trabalho infantil no Cacau Pirêra estava crescendo, o Estado passou a se preocupar, criando o PETI, a fim de reduzir o trabalho infantil. Entrevistou-se a Coordenadora do PETI, do Cacau Pirêra, a respeito da criação do programa, que expôs:

Em 2000 foi criado, devido o grande índice de trabalho infantil, foi até chamado atenção das autoridades para o grande índice de trabalho infantil. Mas a implementação dele foi em 2003, com outros professores, com outra coordenação. A gente não tinha essa informação, esse ano foi que eu vim achar, fazendo umas pesquisas sobre o histórico do PETI.

Ao perguntar da Secretária Municipal de Assistência Social se o Distrito de Cacau Pirêra possui um Gestor do Programa, ou seja, alguém que atue, no âmbito de suas competências, providenciando a estrutura necessária para a execução do PETI, viabilizando recursos humanos e financeiros indispensáveis ao êxito do

Programa, obteve-se a seguinte resposta “Não. O PETI é coordenado pelo CREAS e pela coordenadora local a Professora Selma”.



FIGURA 4 – Sede do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, no Distrito de Cacau Pirêra
Foto: Welen Vasconcelos, pesquisa de campo 2011.

O PETI está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, do município de Iranduba. Atende atualmente 60 famílias, e estão inseridas 134 crianças e adolescentes nas atividades socioeducativas. De acordo com a Coordenadora do PETI, do Cacau Pirêra, essas crianças e adolescentes nunca trabalharam, elas estão inseridas no programa para que não cresça o trabalho infantil na localidade, haja vista que com a integração do PETI ao programa Bolsa Família o principal objetivo é proteger crianças e adolescentes, contribuindo para que haja o combate do trabalho infantil.

De acordo com o MDS/ Cartilha do PETI, é realizada a inserção e o atendimento das crianças afastadas do trabalho no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que tem por foco a constituição de espaços de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos seus interesses, demandas e potencialidades ou em outras atividades socioeducativas, culturais, esportivas, com objetivos similares;

Por isso a importância de trabalhar crianças e adolescentes que já estão inseridos no PETI, realizando um trabalho socioeducativo para que esse contingente infanto-juvenil possa alcançar melhores oportunidades no mercado de trabalho futuramente. Mas também se faz necessário que o programa possa trabalhar em conjunto com o Conselho Tutelar para que haja uma fiscalização de qualidade, bem

como um trabalho com as famílias para que estas possam saber a importância de seus filhos estarem na escola, e afastados do trabalho infantil.

Foram entrevistadas as mulheres por serem as responsáveis pelas crianças e adolescentes e de acordo com informações das mesmas, seus filhos não exerciam atividades de trabalho infantil, antes de entrar no PETI.

Segundo as entrevistadas:

- nunca deixei eles trabalhar. (F.B. 1)
- nunca trabalhou não. (F.B.2)
- Deus me livre, eu tenho é medo do conselho tutelar. Tem mãe que coloca, tenho coragem não. (F.B. 3)
- nunca trabalhou. (F.B. 4)
- meus filhos nunca trabalhou. (F.B. 5)
- não, enquanto eu tiver de pé eles vai ter que estudar. (F.B. 6)

A Coordenadora do PETI, do Cacau Pirêra relatou o seguinte:

As crianças que estão no trabalho infantil vêm para cá, mas com duas semanas os pais tiram, porque acham que não estão ganhando aqui o mesmo tanto que ganhavam na rua, então para eles se não ganhar dinheiro não serve. A exposição da criança, a prostituição, a violência, para eles não conta, o que conta é que as crianças tragam dinheiro para dentro de casa.

O Estado, junto à família, tem que garantir as condições necessárias para um bom desenvolvimento em todos os aspectos para as crianças e os adolescentes, no Cacau Pirêra. Que a família perceba o quão prejudicial pode ser inserir seus filhos no trabalho infantil, e ter a clareza da importância da educação na vida deles, para que o ciclo de pobreza não perpetue suas vidas.

Para Vilani (2010, p. 59):

O tipo de trabalho que se intenta abolir da vida de crianças é aquele em que elas atuam regularmente ou durante jornadas contínuas, fazendo disso uma fonte de renda destinada ao sustento próprio ou familiar. Tal situação pode gerar prejuízos para o desenvolvimento educacional, físico, emocional e mental da criança, muitas vezes privada da companhia de sua família e da oportunidade de uma formação profissional adequada.

As famílias precisam que os profissionais envolvidos com a problemática do trabalho infantil se façam presente, por meio de visitas domiciliares, reuniões, palestras, que haja acompanhamentos a essas famílias a fim de combater o trabalho infantil.

Perguntou-se a Conselheira Tutelar, por que crianças e adolescentes, do Cacau Pirêra, adentram ao trabalho infantil?

Pela necessidade. Os pais mesmo impõem, eles tem isso para botar as crianças para trabalhar para ajudar, a mãe não pode ir porque tem um monte de filho para cuidar, o pai vai e sempre leva os filhos mais velho maiorzinho, mas teve o caso assim de criança pequeninha mesmo de 6 anos. Teve o caso dum menino de 6 anos que vendia banana, criança pequena assim, criancinha mesmo, já trabalhava para ajudar a sustentar, os pais botam, aí as pessoas sente é pena e compra, aí eles se aproveitam da situação. A maioria dos casos é isso mesmo, a necessidade da família.

As crianças e adolescentes assumem responsabilidades de adultos para complementar ou manter a renda de seu grupo familiar, prejudicando sua vida escolar, pois uma criança que trabalha não tem um bom desempenho na escola, devido ao cansaço físico e mental.

Para Marques (2001, p. 35):

[...] a criança situada nesse contexto hierárquico se vê obrigada a assumir esse papel diante da pressão sofrida pela sua própria necessidade de sobrevivência e também a da sua família perante sua transformação na única fonte de recursos financeiros do seu grupo familiar.

No que diz respeito à fiscalização por parte do Conselho Tutelar, em relação às crianças e adolescentes que já se inseriram no trabalho infantil, a Conselheira Tutelar relatou “de imediato sim, depois não. Quando a gente pega a criança sim, depois encaminha para o PETI e não tem mais contato”.

Pode-se perceber que falta a articulação entre o Conselho Tutelar e o PETI, o que acaba dificultando a realização de um bom trabalho para erradicação do trabalho infantil, no Cacau Pirêra, pois não há uma fiscalização constante dos órgãos competentes para poder efetivar a permanência de crianças e de adolescentes nas ações socioeducativas, bem como nas escolas, e fora do trabalho infantil.

No que se refere à articulação do Conselho Tutelar com o programa PETI, a Conselheira Tutelar informou “pouca, quase não tem relação do conselho com o PETI. As fiscalizações que a gente fez, até mandou para o PETI. Só a primeira que eles foram”.

É preciso que haja a articulação dos órgãos competentes que trabalham com o contingente infanto-juvenil, sobretudo do Conselho Tutelar com o PETI, para que a erradicação do trabalho infantil, no Cacau Pirêra, seja combatida.

Sobre quais medidas são tomadas por parte do Conselho Tutelar, em relação às crianças e adolescentes que já passaram pelo Conselho Tutelar, exercendo trabalho infantil e, hoje, estão inseridas novamente no trabalho infantil, a Conselheira relatou “geralmente a gente refaz o procedimento, trabalho infantil geralmente é assim”.

O procedimento que a Conselheira mencionou acima é realizado nas fiscalizações do Conselho Tutelar, em que se tiver alguma criança trabalhando, os pais recebem primeiramente uma advertência, e depois a criança é encaminhada ao PETI. Por isso a importância de haver a articulação entre o Conselho Tutelar e o PETI, para que as crianças e adolescentes encaminhados ao programa permaneçam inseridos nas ações socioeducativas, e na escola. É preciso também realizar o trabalho com as famílias, buscando sensibilizá-las, no que diz respeito à importância da educação para os seus filhos.

Perguntou-se da Conselheira Tutelar se houve a redução do trabalho infantil depois da implementação do PETI, no Cacau Pirêra. De acordo com a informação:

Eu sinceramente acho que não mudou muita coisa. Depois da ponte aí assim como mudou tudo, aí realmente não vejo, também nós não fomos mais fazer fiscalização no Cacau. Pelas viagens quando a gente vai para Manaus, sempre ficavam vendendo ali perto das lanchas. Agora acho que vai funcionar, porque não tem mais aquele ambiente que tinha antes, fila de balsa. Agora se eles quiserem fazer um trabalho dá para fazer legal um trabalho. Antes era muito complicado, agora acho que dá, caiu bastante o movimento de lá.

Diante da situação de precariedade das famílias entrevistadas, faz-se imprescindível à intermediação de serviços sociais públicos e privados com os programas de geração de trabalho e renda, com a finalidade de atender as demandas encaminhadas pela família, como ressalta Carvalho (2003) em seu processo de encorajamento e construção de projetos de vida autônoma.

Não cabe somente ao PETI realizar o trabalho de combate ao trabalho infantil, mas é de fundamental importância que todos os órgãos envolvidos com a erradicação do trabalho infantil se unam para realizar um bom trabalho, pois se esta falando de crianças e adolescentes que assumem responsabilidades de adultos para

complementar ou até mesmo manter o sustento da família, causando possíveis comprometimentos no futuro.

Isto permite dizer a importância de efetivar programas voltados para essa população infanto-juvenil, de acordo com o Manual Operacional do PETI, uma política de erradicação do trabalho infantil deve assegurar “a implantação e desenvolvimento de programas socioeducativos, no período complementar à escola. (Manual Operacional do PETI, 2000, p. 6).

Cabe ao programa PETI, no Distrito de Cacau Pirêra, buscar efetivar as ações socioeducativas com as crianças e os adolescentes, bem como as ações de apoio à família.

No que diz respeito ao valor do benefício do PETI, de acordo com a Coordenadora do PETI, no Cacau Pirêra:

Esse valor quando era pago só o PETI era R\$ 25,00 pra família pobre eram duas bolsas. E pra família de extrema pobreza era R\$ 45,00. Só que a gente classificava assim como urbano 25,00 e rural 45,00. Urbano quem estava dentro da vila próximo ao programa, e rural da estrada.

É importante ressaltar, com a integração do PETI para o Programa Bolsa Família, a transferência de renda varia de acordo com a renda do grupo familiar.

Outro ponto a ser destacado é a qualificação dos monitores. Segundo a Coordenadora do CREAS, do município de Iranduba, há qualificação da seguinte forma:

Nós realizamos capacitações e a gente tenta envolver eles nas nossas capacitações, por exemplo, essa nova cartilha, quando a SEAS passou pra gente, eu não tenho como pegar todo mundo fechar o PETI e levar pra dentro da SEAS, não posso fazer isso. A gente destaca uma ou duas pessoas vai com a gente pra onde for se reunir pra se ler, estudar, quando ela volta, ela passa pros demais. Normalmente é a Coordenadora do PETI que participa mesmo, ela que tem mais disponibilidade, e depois volta e passa pra eles.

Todos os monitores têm o ensino médio e buscam trabalhar da melhor maneira para que as crianças e adolescentes do PETI tenham um bom aprendizado tanto nas ações socioeducativas do programa, como também na escola.

No que se refere à merenda que o PETI disponibiliza às crianças e aos adolescentes que fazem parte do programa, segundo a Coordenadora do PETI, do Cacau Pirêra “a merenda nossa vem pela Secretaria de Assistência Social de

Irlanduba. Todo mês vem uma quota, de mês em mês chega uma quota pra durar um mês. Inclusive também na merenda, nós temos parcerias das escolas da comunidade”.



FIGURA 5 – As crianças merendando na sede do PETI, no Distrito de Cacau Pirêra
Foto: Welen Vasconcelos, pesquisa de campo 2011

A merenda é um fator importante, uma vez que a criança e o adolescente precisam estar bem alimentados para obter um bom aprendizado. Sem contar que muitas vezes sua família não pode suprir uma alimentação adequada, devido não se ter em casa. Por isso a importância da merenda que o programa disponibiliza aos alunos.

Nas entrevistas foi perguntado aos profissionais envolvidos com PETI: existe alguma fragilidade no formato do Programa? Quais as questões que precisam ser mais bem trabalhadas ou redimensionadas para o aprimoramento dos serviços? E as respostas foram as seguintes:

- primeiro lugar a estrutura, como você vê nossa estrutura é totalmente frágil pra essa demanda, pra um local que nem o Cacau Pirêra, que é o centro do Trabalho Infantil, aqui ocorre muito, falta estrutura não tem um prédio próprio, esse que nós estamos é alugado, é velho, agora a poucos dias o muro caiu. Deveria vir mais cursos; bem como profissionais de teatro de dança; material não só pra esporte, porque pra esporte a gente tem muito, mas assim pra outros tipos de atividades. (Coordenador do PETI);

- fragilidade há porque a gente não tem como obrigar a família a levar pra lá, o que a gente faz é tentar diminuir pra que essas crianças não saiam do PETI, porque lá é um local bom, porque eles vão se beneficiar, porque lá eles vão ter mais uma atividade a fazer, não vai ficar na rua, não vai ficar sem atendimento. Então a única

fragilidade que eu consigo perceber é essa. Algumas coisas que poderiam ser melhoradas é física, são coisas que a gente pode melhorar, mas ademais eu não vejo assim nada. (Psicóloga e Coordenadora do CREAS);

- Qualificar mais os profissionais. Estruturar melhor para atender a população. (Assistente Social).

De acordo com o Manual Operacional do PETI, antes da integração ao programa Bolsa Família quando não existiam locais adequados para a realização das ações socioeducativas as crianças e adolescentes, poderiam ser realizadas tais ações na própria escola ou em locais diversos, porém adequados para um bom desenvolvimento das atividades.

Mas na atualidade com a integração dos programas, no Cacau Pirêra, não está havendo preocupação por parte dos gestores que estão envolvidos na execução do PETI, em investir na estrutura onde são realizadas as ações socioeducativas. De acordo com uma avaliação de integração do PETI ao Programa Bolsa Família (2007) há investimentos para a realização das ações socioeducativas e de convivência. Por isso a importância de investir mais em um local adequado para a realização de tais ações, para que ocorra o desenvolvimento do contingente infanto-juvenil, no que diz respeito à educação.

Outros profissionais também destacaram algumas fragilidades do PETI:

-precisa de mais recursos didáticos, de área, ter um ambiente melhor, mais apropriado pra ficar mais a vontade. Se olhar o ambiente aqui, pode dizer que a gente é guerreiro, a Coordenadora já fez o que ela pode aqui. Tem um esgoto aí atrás, que quando chove dá um mau cheiro danado. Caiu o muro. (Monitor);

-acho que precisa mais investimentos pra um bom aprendizado da criança pra desenvolver mais. Algumas a gente pede aí vem, mas depois que acaba. Não é um ambiente propício porque é muita criança, o muro caiu, aí fica difícil. Aqui era tudo bom, antes do muro cair, antes dele cair estava bom. Não é um local adequado pras crianças, porque o bom seria ter uma escola mesmo do PETI, ter um prédio do PETI, com quadra poliesportiva pras crianças, para que a gente pudesse realizar todos os projetos que a gente tem, que não é pouco é muito, ia melhorar 100% as criança, o aprendizado. (Monitor)

O PETI é norteado pela PNAS nos pressupostos, e na estrutura de implementação. A PNAS tem como a centralidade da ação de assistência social no núcleo básico que é a família, levando em consideração as pessoas e suas

circunstâncias. Mas de acordo com os depoimentos acima citados dos profissionais que fazem parte do PETI, fica visível que as pessoas envolvidas na execução do programa, não estão trabalhando de acordo com a PNAS, pois não levam em consideração a família e suas diversas situações socioeconômicas, bem como a de seus filhos, com as deficiências educacionais, próprias das circunstâncias vivenciadas pelo grupo familiar.

A integração dos programas PETI e Bolsa Família deveriam trazer pontos positivos e não dificultar a execução das ações socioeducativas e de convivência, haja vista, que tais ações possibilitam o despertar para as atividades escolares, contribuindo para o bom desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Ao entrevistar as famílias do programa sobre se daria alguma sugestão para melhorar os serviços do programa, verificou-se também o descontentamento em relação ao local onde funciona o PETI:

- ajeitar lá o local, tá muito horrível. Dá até medo de dar um temporal, e os meninos em baixo. É pequeno é só duas salinhas. (F.B. 1)
- melhorasse aquela casa lá, que molha tudo. Que tivesse assim tipo uma escolhinha. Não tem uma quadra assim apropriada pra eles. (F.B. 3)
- que ia melhorar ali, é que eles botassem um curso de informática pras criança. Pra ter também um colégio próprio do PETI, porque é alugado, uma sede mesmo do PETI. (F.B. 4)
- eu acho que deveria aumentar mais, é muito apertadinho pras criança, fica muito apertadinho, é preciso mais espaço pras criança. (F.B. 6)

As condições onde funciona o PETI, no Cacau Pirêra, são precárias, têm só duas salas pequenas, insuficiente para suprir a demanda de crianças e adolescentes. Quando faz calor, as crianças têm que estudar no corredor o que dificulta um bom desenvolvimento de suas atividades escolares. Sem contar que eles não têm um local próprio para realizar as atividades esportivas, as crianças e adolescentes têm que se deslocar para a quadra poliesportiva de uma escola da comunidade. O que fica evidente que é implementada política pobre para família pobre.

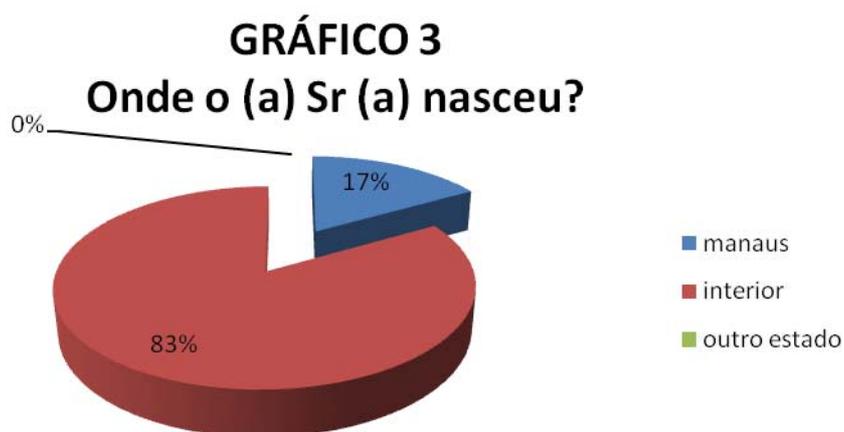
São esses pontos que deverão ser mais bem revistos pela Secretaria Municipal de Assistência Social para que, tanto os monitores, como a Coordenadora

do PETI, do Cacau Pirêra possam desenvolver um bom trabalho em prol da erradicação do trabalho infantil.



FIGURA 6 – Sede do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, no Distrito de Cacau Pirêra
Foto: Welen Vasconcelos, pesquisa de campo 2011

De acordo com o perfil das 6 famílias entrevistadas do programa PETI, verificou-se que a grande maioria são nascidas no interior do Amazonas 83% (5), e 17% (1) nascidas em Manaus. Segundo relatos dos entrevistados, muitos foram morar no Cacau Pirêra levados pela mãe ainda criança. Veja o gráfico 3 a seguir:



Fonte: Pesquisa de Campo, novembro de 2011.

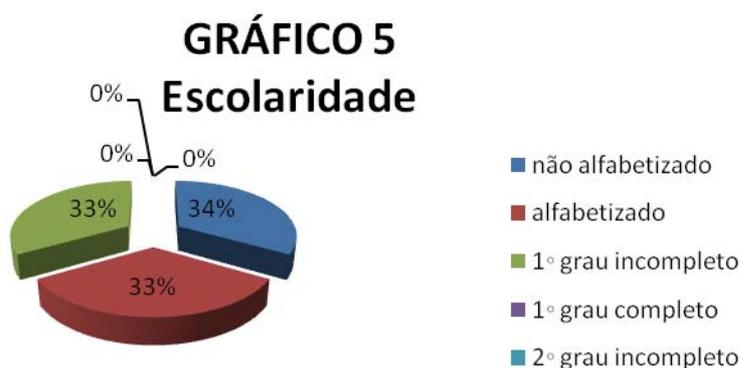
Quanto ao estado civil, das 6 entrevistadas, sugere que existe evidência entre uma das opções destacadas nas questões aplicadas. Verificamos 100% (6) que vivem em união consensual. Conforme mostra o gráfico 4 abaixo:



Fonte: Pesquisa de Campo, novembro de 2011

Cabe observar, que as famílias contemporâneas passam por mudanças, e o que se verifica são alterações nos padrões familiares, em que crianças convivem com o segundo marido de sua mãe ou vice-versa, e com a prole da segunda família de seu pai. Bilac (In: Carvalho, 2003) informa que surgem novos status familiares, aos quais desenvolvem novos papéis, não há mais dependência afetiva econômica e social entre seus membros, e nem é organizada pelo princípio do parentesco, tanto consaguíneo e de aliança como na família tradicional.

No que se refere aos responsáveis pelas crianças e adolescentes inseridas no programa PETI, observou-se que se encontra em um nível de escolaridade baixo 34% (2), nos quais muitos não chegaram a se alfabetizar, como demonstra o Gráfico 5:



Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2011.

A baixa escolaridade acaba corroborando para que os indivíduos não adentrem no mercado de trabalho formal, o que torna expressiva a situação de pobreza de inúmeras famílias residentes do Cacau Pirêra, pois vivem na informalidade, passando por privações constantes, tendo que em muitos casos inserir seus filhos no trabalho infantil.

Para Marques (2001, p. 199):

A experiência de vida desses sujeitos mostra que o trabalho formal apresenta-se como uma perspectiva distante, enquanto possibilidade de oferecer condições mínimas para a sobrevivência das suas famílias. Primeiro, pela desqualificação e pela baixa escolaridade dos pais e das mães; segundo, pela exploração do mercado de trabalho que se apropria desse tipo de mão-de-obra desqualificada para explorá-la quando eles conseguem ser inseridos no emprego formal.

No que diz respeito à quantidade de pessoas que residem na moradia, a grande maioria das mulheres entrevistadas mora com 04 a 06 pessoas na residência 67% (4), e de 07 a 10 pessoas com um índice menor 33% (2), como mostra a tabela 1 abaixo:

Tabela 1:

Quantidade de pessoas que residem na moradia

Opções	nº de resposta	Percentual
1 a 3	0	0%

4 a 6	4	67%
7 a 10	2	33%
Total	6	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, novembro de 2011.

Referente à situação socioeconômica das entrevistadas, a grande maioria está desempregada 83% (5), é dona de casa 17% (1), sobrevivendo com o Bolsa Família, fato que contribui para o agravamento das condições de vida. Como mostra a tabela 2 abaixo:

Tabela 2:

Situação Socioeconômica das mulheres entrevistadas

Opções	nº de resposta	Percentual
trabalhando	0	0%
desempregada	5	83%
dona de casa	1	17%
Total	6	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, novembro de 2011.

No que diz respeito aos maridos das entrevistadas, todos estão na informalidade, os que trabalham por conta própria e os assalariados sem registro, conforme a tabela 3 a seguir:

Tabela 3:

Situação Socioeconômica dos maridos das entrevistadas

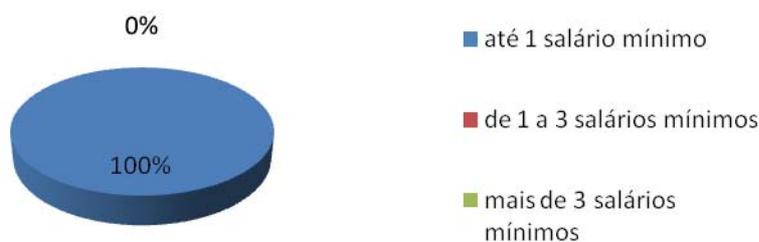
Opções	nº de resposta	Percentual
Junta tijolo	2	33%
Pedreiro	1	16%
Pescador	1	17%
Ajudante de pedreiro	1	17%
Bicos	1	17%
Total	6	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, novembro de 2011.

As famílias entrevistadas buscam novas formas de inserção no mercado de trabalho para poder manter seu grupo familiar. O exemplo são os bicos acima citados, que são atividades como limpar quintal, faxina nas casas, dentre outras atividades.

Referente à renda familiar, verificou-se que dos 6 entrevistadas, um percentual de 100% (6) recebem até 1 salário mínimo, conforme mostra o gráfico 6 abaixo:

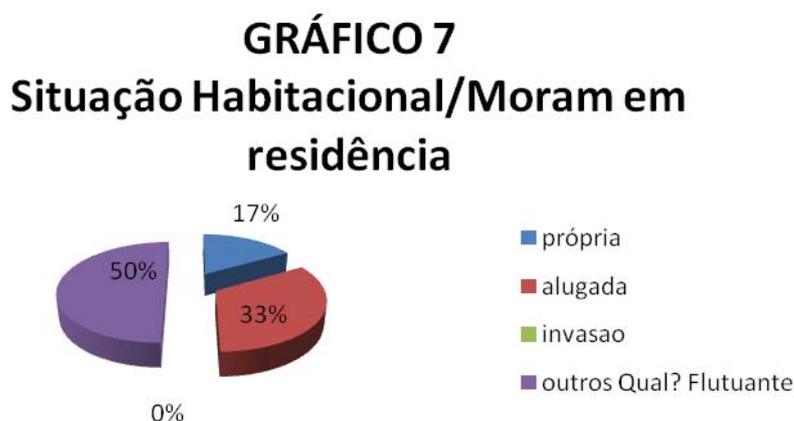
GRÁFICO 6
Renda Familiar



Fonte: Pesquisa de Campo, novembro de 2011.

Pode-se observar que existe precariedade do trabalho nas famílias entrevistadas, pois como estão inseridas na informalidade depende muitas vezes de se ter atividade para produzir o seu trabalho. Para Marques (2001, p. 49) “no caso do pai que trabalha de pedreiro, suas atividades são temporárias, sendo que em alguns períodos tem trabalho e em outros não. Sendo assim, os filhos e as filhas são os recursos encontrados para ajudá-lo nos momentos de dificuldade financeira”.

No que se refere à situação habitacional, verificou-se que dos 6 entrevistadas a maioria mora em flutuante 50% (3), alugada 33% (2), somente os que moram em residência própria são 17% (1). Como mostra o gráfico 7 a seguir:



Fonte: Pesquisa de Campo, novembro de 2011.

É interessante enfatizar que a moradia no flutuante tem seus perigos, pois quando o rio está cheio, os pais têm que ter o maior cuidado com as crianças, pois há evidências de cobras, jacarés, dentre outros bichos perigosos no rio.



FIGURA 7 – Período de Seca do Rio, no Cacau Pirêra
Foto: Welen Vasconcelos, pesquisa de campo 2011

Quantos filhos são atendidos pelo programa PETI, verificou-se que a maioria tem três filhos inseridos no PETI 67% (4), os filhos estudam na escola no turno matutino ou vespertino, e em segundo lugar têm dois filhos inseridos no PETI 33% (2), conforme destaca o gráfico 8 abaixo:

GRÁFICO 8 Quantos filhos são atendidos pelo programa PETI

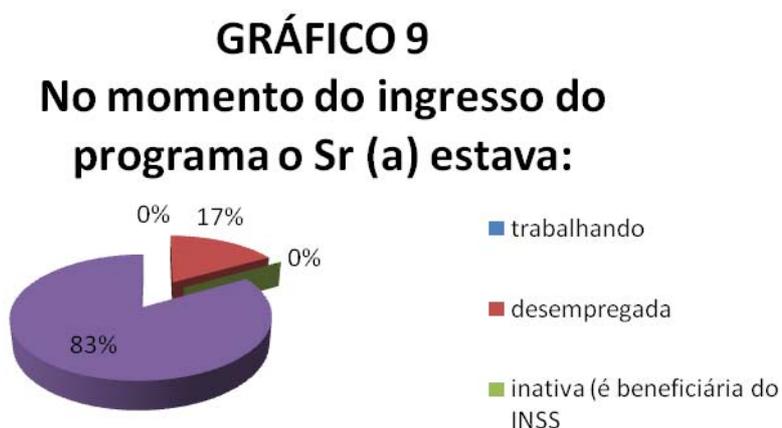


Fonte: Pesquisa de Campo, novembro de 2011.

Isto permite dizer a importância do PETI, no Cacau Pirêra, haja vista que a proposta das ações socioeducativas e de convivência é expandir o universo cultural das crianças e adolescentes, e desenvolver suas potencialidades para assim atingir a melhoria do seu desempenho escolar. Com as ações socioeducativas, a criança e o adolescente não ficam com o tempo ocioso em casa. Pelo contrário, o contingente

infanto-juvenil passa a buscar aprender cada vez mais, para que no futuro possam sair da situação de pobreza que seus pais enfrentam no dia a dia na atualidade.

Referente ao ingresso do programa a maioria respondeu que são donas de casas, porque não dá para trabalhar, pois não tem com quem deixar seus filhos 83%(5), e somente 17% (1) respondeu que estava desempregada. Observamos o gráfico 9 a seguir:



Fonte: Pesquisa de Campo, novembro de 2011.

A mulher passa a exercer atividade de dona de casa para proteger seus filhos dos perigos oriundos da rua. Muitas das mães entrevistadas têm vontade de trabalhar, no entanto, além da dificuldade de emprego, no Distrito de Cacau Pirêra, as mães muitas vezes não vão à procura de emprego, para não deixar seus filhos sozinhos, ou na convivência de terceiros.

Seria importante a implementação de creches e escola integral as crianças e adolescentes para que as famílias residentes do Cacau Pirêra pudessem buscar qualificações profissionais e até mesmo se inserir no mercado de trabalho, pois buscariam meios de criar sua própria autonomia, e sairiam da condição de pobreza, em que muitas famílias enfrentam cotidianamente no Cacau Pirêra.

O PETI tem que buscar incentivar crianças e adolescentes ao estudo, bem como as ações socioeducativas para aprimorar o desenvolvimento pessoal desse contingente infanto-juvenil. É preciso dar mais atenção às ações envolvidas à

educação desse contingente para que quando adultos possam ter melhores condições de vida.

3.2 As atribuições do PETI na situação educacional das crianças e adolescentes beneficiárias

Pode-se dizer que a melhor estratégia contra o trabalho infantil e a pobreza é garantir educação de qualidade para criança e adolescente, pois a educação tem como intuito reduzir as desigualdades sociais, sobretudo na população de baixa renda.

Segundo o Manual Operacional do PETI (2000, p. 12):

O esforço já desencadeado pelos governos e a sociedade visando colocar 'toda criança na escola', é a maior estratégia contra a inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho, contribuindo decisivamente para o combate à pobreza e à exclusão social.

As ações socioeducativas às crianças e aos adolescentes que o PETI disponibiliza no Cacau Pirêra, visa uma educação de qualidade, dando suporte nas atividades educacionais, para que as crianças e adolescentes possam ter facilidade nos estudos e, assim, contribuir no combate à pobreza e à exclusão.

Para Vilani (2010, p. 51):

A educação é, definitivamente, a solução contra os problemas de ordem social e econômica do país, que obrigam os jovens, desde cedo, a abdicarem dos estudos e de sua vida de criança e a trabalharem em condições sub-humanas para ajudar no sustento familiar.

Por isso o PETI busca o acesso, a permanência e o sucesso escolar da criança e do adolescente, e para acontecer essa busca é preciso trazer a educação para o centro da questão. "A oferta de educação, em todos os níveis, mas, sobretudo, no fundamental é importante instrumento para os bons resultados do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil" (Manual Operacional do PETI, 2000, p. 3).

No que se refere às atividades socioeducativas que as crianças e adolescentes realizam no PETI, a Coordenadora do programa, os monitores da do

Cacau Pirêra, bem como a Coordenadora do CREAS, do município de Iranduba responderam:

- nós trabalhamos com a ajuda na criança na escola normal, que a gente não chama de reforço, porque reforço é aquele que sempre tá acompanhando. Não, a gente ajuda a eles realizarem seus trabalhozinhos, quando vem trabalho, professora tem trabalho, aí a gente senta com ele e ajuda. Eu não considero como um reforço essa ajuda, porque são atividades totalmente diferentes. Nós temos recreação; esporte e lazer também; nós temos o lúdico que a gente utiliza fantoche pra teatro; a música; jogos de raciocínio que é o xadrez a dama, quebra cabeças e mais algumas outras coisas. (Coordenadora do PETI).

- brincadeiras que a gente desenvolve, matemática, português, tem momento de recreação, eles jogam bola, tem vôlei, futebol de salão. (Monitor).

- português, matemática, ciência, até religião que a gente dá, jogo pra estimular o raciocínio dele como dama, tem o xadrez também que eles jogam, dominó. (Monitor).

- ela faz lá jogos, tem a hora da sala de aula, ela fica um pouquinho na sala com eles, faz trabalhos de interação social, faz atividades que eles consigam desenvolver a interação, o respeito com outro, ela faz atividade que desenvolva, aquela atividade que ela chama “palavrinhas mágicas”, toda semana ela elege uma palavra. Então ela usa essa estrutura pra trabalhar com eles lá e também a gente procura sempre está envolvendo a família, tem reuniões com os pais, e chama os pais pra eles tarem comparecendo, porque não adiante só trabalhar com a criança pra fazer essa interação PETI e pais. (Psicóloga).

Podemos perceber que a falta de uma estrutura adequada da sede do programa não favorece a realização de um bom trabalho do PETI, no que diz respeito às ações socioeducativas as crianças e adolescentes. É preciso que haja recursos tanto estruturais, como educacionais para alcançar um padrão mínimo de qualidade, e para alcançar esse padrão o PETI tem que realizar atividades que contribua para o processo de desenvolvimento educacional do contingente infanto-juvenil. Faz-se necessário investir no aprendizado escolar, como também nas brincadeiras entre crianças.

Para Marques (2001, p. 105) “o ser criança existirá onde existir um tempo e um espaço livres para o brincar. Brincar é criar, criar é viver. A atividade lúdica se realiza quando há manifestações de criatividade”.

A partir da brincadeira a criança passa a exercer a comunicação com outras crianças, o que facilitará o seu desenvolvimento e poderá ter uma existência mais feliz e mais plena em seu cotidiano, haja vista que a inserção no trabalho infantil acaba comprometendo esse contingente a usufruir a felicidade que vem a partir da brincadeira. Por isso a importância do PETI realizar as atividades socioeducativas às crianças e aos adolescentes no Cacau Pirêra.

Sobre o ambiente das salas onde são realizadas as atividades da jornada ampliada, se é confortável para um bom aprendizado das crianças e adolescentes, eles responderam o seguinte:

- não. É pequeno, principalmente quando tá quente, tem que levar eles lá pra fora, esquenta muito e o ventilador não dá conta. (Monitor).
- olha quando tem energia é. Quando tá muito a gente dá aula aqui no corredor pra não ficar quente demais. (Monitor).

Pode-se perceber que o local onde funciona o PETI no Cacau Pirêra é pequeno, bem como as salas onde são realizadas as ações socioeducativas, devido às salas serem pequenas, no verão o calor é excessivo, e as crianças não conseguem realizar as atividades do programa, o que acaba dificultando a realização de um bom trabalho dos monitores, no que diz respeito à aprendizagem das crianças e dos adolescentes.

É imprescindível dar mais atenção a questão da infraestrutura onde funciona o programa PETI, investindo em melhores estruturas para que as atividades sejam realizadas com satisfação, e assim os alunos possam atingir um desempenho escolar com sucesso.

De acordo com a pesquisa, não existe uma proposta pedagógica por parte do setor educacional, o que ocorre são visitas da Coordenadora do PETI e monitores as escolas da comunidade para controlar a permanência nas ações socioeducativas. O que fica deficiente o bom funcionamento do programa PETI, no que se refere à perfeita sintonia com a escola.

O programa em seu Manual Operacional expõe “a jornada ampliada deverá manter uma perfeita sintonia com a escola. Nesse caso, será elaborada uma

proposta pedagógica sob a responsabilidade do setor educacional, orientada pela Secretaria Estadual de Educação”. (Manual Operacional do PETI, 2000, p. 30).

Outro fator a ser destacado é sobre a articulação do PETI com a escola, segundo informações da Coordenadora do CREAS, do município de Iranduba:

É feito, geralmente acontece quando a gente faz a programação. Nós fizemos, por exemplo, uma programação sobre combate ao trabalho infantil, então nós envolvemos todas as escolas. Foi lá feito no Cacau Pirêra, a gente entrou em parceria com a Secretaria de Educação pedimos que eles liberassem as escolas, aí nós fizemos uma caminhada ao combate pelo fim do trabalho infantil. Então nessas ações a gente sempre envolve e integra escola e PETI.

As parcerias realizadas partem do programa PETI, e não do setor educacional como preconiza o seu Manual Operacional, sendo que as Secretarias de Educação e de Assistência Social do município de Iranduba teriam que trabalhar juntas para erradicar o trabalho infantil no Cacau Pirêra, bem como desenvolver um bom aprendizado das crianças e dos adolescentes inseridos no programa, haja vista que a escola é um lugar que oferece oportunidades para o desenvolvimento pessoal com garantias de melhores condições de vida para o futuro.

O Manual Operacional do PETI (2000, p. 36) preconiza:

A escola é um espaço de formação e informação, onde a aprendizagem de conteúdos deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior.

Por isso a necessidade de um trabalho conjunto do PETI com a escola, para que a criança e o adolescente se desenvolvam, e no futuro possa ter um desempenho profissional, saindo, assim, da condição de pobreza que seus pais enfrentam na atualidade.

No que diz respeito ao tipo de monitoramento que o programa PETI utiliza para acompanhar as ações socioeducativas, a coordenadora do CREAS destaca “o monitoramento que é feito é esses relatórios que a gente faz, e as visitas, que o técnico costuma fazer no PETI. É como a gente monitora, pra ver se realmente o programa tá funcionando”.

Seria necessário que a Secretaria de Assistência Social do Iranduba que é responsável pelo programa trabalhasse em conjunto com a coordenação e os monitores do PETI do Cacau Pirêra, por meio de reuniões, visitas na sede do programa, para verificar o que precisa ser melhorado para alcançar efetivar seu objetivo básico: a erradicação do trabalho infantil, uma educação de qualidade as crianças e adolescentes, bem como a efetivação do trabalho com as famílias.

De acordo com Sposati (1997, p. 110):

Sem dúvida, é preciso desenvolver políticas que enfrentem a desigualdade e o desemprego e, que ao mesmo tempo, sejam capazes de garantir condições básicas de dignidade e cidadania, principalmente em países com alto índice de desigualdade social como o Brasil.

O envolvimento de uma educação com qualidade às crianças e aos adolescentes é primordial, bem como o apoio às ações socioeducativas, às famílias beneficiárias com os projetos de trabalho e renda para que estas possam manter seu grupo familiar.

Mesmo com toda precariedade de infraestrutura do PETI do Cacau Pirêra, as crianças gostam de ir para as atividades socioeducativas, pois lá é o momento de aprender, brincar, expressar seus sentimentos, e assim conseguir se desenvolver como indivíduos.

No que se refere ao meio que as crianças e adolescentes utilizam para chegar ao local da jornada, a coordenadora do PETI relatou o seguinte “ônibus escolar ou coletivo porque quando não tem escolar é no coletivo mesmo, os que moram distante. Agora os outros vêm andando, vem de bicicleta”.

No que diz respeito, ao tempo que as crianças e adolescentes levam para chegar ao local da jornada, a coordenadora explicita “Quem mora na comunidade leva de 15 a 20 minutos. Os que moram distantes 30 minutos é o máximo que o ônibus dura assim pra chegar”.

A localização onde funciona o PETI não é longe da moradia dos alunos do PETI que moram na comunidade de Cacau Pirêra, pois vão andando. Fica mais difícil para os alunos que moram nos ramais que precisam ir de ônibus coletivo, o que dificulta a permanência desses alunos no programa.

Perguntou-se a dois monitores: Antes das crianças e adolescentes entrarem na jornada ampliada, como era o seu desempenho escolar? E relataram o seguinte:

- Era ruim, a maioria deles tem dificuldade em ler, dificuldade de matemática. Aqui eles aprenderam a ler, aprenderam muita coisa, e a maioria deles mais de 90% passaram de ano. Eles aprendem muita coisa aqui, que eles não aprendem no colégio. (Monitor).

- Quando eles vêm pra cá logo de primeira, eles vem muito devagarzinho, eles não sabem ler, não sabem se expressar, eles vem assim meio acanhado, com medo as vez das coisas. Então a gente procura a conversar bastante com eles pra que eles venha se desenvolver, pra eles poderem aprender mais com facilidade.(Monitor).

Pelos depoimentos acima citados as crianças e os adolescentes antes de entrarem no PETI tinham dificuldade de aprender a ler, de se expressar, mas atualmente há um bom desenvolvimento de suas atividades nas ações socioeducativas, colocando em prática o que o Manual Operacional do PETI assegura, no que diz respeito à política de erradicação do trabalho infantil, “a ampliação e melhoria da rede escolar” (Manual Operacional do PETI, 2000. p. 6).

No que diz respeito às crianças e aos adolescentes inseridos nas ações socioeducativas se têm um bom desempenho escolar, os monitores relataram:

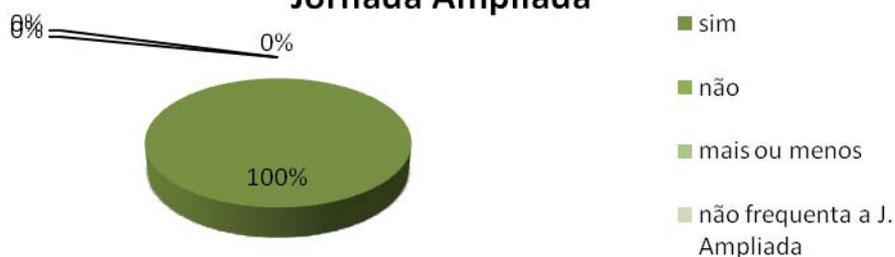
- Tem, tem um bom desempenho. Pode perguntar de cada um deles como eles eram e como estão agora. (Monitor).

- Agora sim com certeza, de 30, 17, 18 já sabem ler. (Monitor).

De acordo com os depoimentos aconteceram mudanças visíveis na vida dessas crianças e adolescentes inseridas no PETI, na área da educação, em que o contingente infanto-juvenil já faz planos para o futuro, com perspectivas de melhorias para a qualidade de vida de suas famílias.

Segundo as seis mulheres entrevistadas, ao perguntar se elas sentiram que seu filho melhorou nos estudos depois que começou a participar das ações socioeducativas, 100% (6) das entrevistadas disseram que sim, como explicitado no gráfico 10 a seguir:

GRÁFICO 10
O (a) Sr (a) sentiu que ele (a) melhorou nos estudos depois que começou a participar da Jornada Ampliada



Fonte: Pesquisa de Campo, novembro de 2011.

Pode-se observar o incentivo das mães das crianças e adolescentes entrevistadas a respeito da educação aos seus filhos, não querem que no futuro seus filhos passem pelas mesmas privações que enfrentam atualmente. Ao perguntar das entrevistadas se considera importante que seus filhos estudem, elas responderam:

- Nunca aprendi, meus filhos têm que aprender. (F.B.1)
- é mesmo, porque quando eles crescerem vão ter o estudo deles, eles mesmo vão sustentar eles, não ficar sofrendo feito o pai deles. O pai deles não quis saber de estudar por isso que tá sofrendo pegando no pesado. Eu converso com eles, meus filhos tem que estudar pra não pegar sol. Eles tudo já passaram. (F.B.2)
- Sim. Pra aprenderem mais a educação. (F.B.3).
- Sim muito importante que eles estudem. Não quero que eles cresçam como eu uma analfabeta que sabe mal assinar meu nome. O estudo que não tive, quero que meus filhos tenha, estude termine os estudos. (F.B.4).
- muito importante porque é o futuro deles. (F.B.5).
- sim porque pra eles aprenderem, eu desejo que eles sejam alguma coisa na vida, um emprego bom pra eles. (F.B.6).

A escola é um lugar de grande importância na organização e na socialização de crianças e de adolescentes diante das precárias condições de vida que a família de baixa renda enfrenta. Isto permite dizer que o Estado deve investir tanto na família, como na educação desse contingente infante-juvenil.

Para Marques (2001, p. 126 e 127):

Para isso, necessita oferecer oportunidades para que todos tenham acesso a uma moradia digna, à educação, ao lazer, à vida comunitária, à saúde, aos esportes e ao trabalho, dentro de parâmetros que respeitem os diferentes momentos etários pelos quais passam o ser humano.

Há uma preocupação por parte das famílias entrevistadas em mostrar como é importante estudar para conquistar uma qualificação profissional futuramente. Por isso a importância de investimento na educação de crianças para contribuir no aumento da escolaridade, na redução da criminalidade e no aumento dos rendimentos do trabalho. Para Vilani (2010, p. 90) o investimento em educação é de fundamental importância:

É um instrumento poderoso para o processo de diminuição da desigualdade, havendo evidências claras de que as crianças que recebem uma educação de alta qualidade tem grande vantagem no desenvolvimento cognitivo e socioemocional por todo o resto da vida.

As seis famílias entrevistadas, no que diz respeito, se eles gostam da escola que seus filhos estudem, todos responderam que sim, conforme está descrito abaixo:

- gosto. Porque dois vai passar de ano, só um que vai ficar. (F.B.1)
- sim. Porque lá eles ensinam bem. (F.B.2)
- gosto. Não tenho nada a reclamar não. Eu acho que eles estão aprendendo direitinho, as professoras são bem dedicadas. (F.B.3).
- gosto sim. Por causa que lá os professores são bem eficientes pra ensinar as crianças. (F.B.4).
- gosto porque é uma escola boa também. (F.B.5).
- eu gosto porque eles tratam bem meus filhos, as professoras são muito educadas tratam muito bem. (F.B.6).

É necessário investir tanto na qualificação profissional de educação como na infraestrutura física das escolas para que estes possam proporcionar uma formação adequada aos seus alunos, estimulando seu potencial, a fim de que crianças e adolescentes possam alcançar melhorias das condições de vida futuramente.

Para Gohn (2001, p. 12):

A educação ganha também centralidade nos discursos e políticas sociais porque competirá a ela ser o instrumento de democratização, num mercado de escolhas e oportunidades. À escola – assim como à cidade – é atribuído o espaço para o exercício da democracia, de conquista de direitos, da mesma forma que a fábrica foi o espaço de luta e conquista dos direitos sociais dos trabalhadores.

A respeito da frequência escolar dos seus filhos, todas as entrevistadas acompanham, bem como incentivam seus filhos a estudarem:

- Sim. Mandando ir pra escola. (F.B.1).
- demais. Dando força no que posso. (F.B.2).
- incentivo. Meu marido até comprou uma lousa pra eu ensinar eles melhor em casa. Quando eu tenho um tempinho, que eu não vou dizer que eu ensino toda hora porque a gente dona de casa. (F.B.3).
- com certeza. Assim eu digo pra eles estudar pra terminar os estudos deles, pra não desistir. Pra continuar os estudos deles. (F.B.4).
- incentivo mandando ir pra escola todos os dias, prestar atenção nas professoras no que a professora fala, no que a professora ensina, porque isso aí é o mais importante. (F.B.5).
- assim a maioria estuda de manhã, aí levanto acordo e chamo logo pra ir pra aula. (F.B.6).

Por isso a necessidade da família em continuar incentivando seus filhos a irem à escola, como as ações socioeducativas no PETI, para que estes permaneçam inseridos no programa e assim desenvolvam seu potencial educacional, a partir dos conhecimentos adquiridos na escola e na jornada ampliada.

De acordo com o Portal da Transparência da Presidência da República, (28 de outubro de 2011), um dos critérios para participar do PETI é a frequência escolar e para isso, “a Frequência mínima da criança e do adolescente nas atividades de

ensino regular e nas Ações Socioeducativas e de Convivência no percentual mínimo de 85% (oitenta e cinco) da carga horária mensal.”

Perguntar das seis mulheres entrevistadas sobre as atividades realizadas na jornada ampliada, elas relataram:

- esportiva, ajuda de português e matemática. (F.B.1).
- esportiva onde joga bola, e ajuda escolar. (F.B.2).
- atividades da escola as tarefa, brincam como toda a criança, eles vão pra quadra, praticam vôlei. (F.B.3).
- tem uma semana que só ir para quadra. Outra só pra ler, brincar de vôlei. Eu sei que tem atividade bacana aí no PETI. (F.B.4).
- matemática, português, ciências, futebol, vôlei. (F.B.5).
- eles estudam, e tem um dia se eles se comportarem direitinho vai pra quadra brincar. (F.B.6).



FIGURA 8 – As crianças estudando no PETI
Foto: Welen Vasconcelos, pesquisa de campo 2011

O programa PETI como uma política de proteção à criança e ao adolescente busca possibilitar as condições de acesso, regresso, permanência e sucesso escolar, envolvendo atividades socioeducativas, de esporte e de lazer, no período complementar a escola.

Outro ponto foi a respeito da participação nas ações socioeducativas, se ajuda o seu filho a superar as dificuldades enfrentadas nas atividades da escola. De

acordo com as entrevistadas todas responderam que sim, conforme as falas a seguir:

- eles não sabiam de nada, agora já sabe. (F.B.1).
- as vezes minha filha leva o caderninho dela, as vezes ela pede do irmão dela mesmo. (F.B.2).
- a professora da minha filha tá ensinando ela a ler lá no PETI. (F.B.3).
- minha filha tá dez em matemática. O PETI tira as crianças da rua, os professores são professores e amigos, eles conversam, quando têm com problema manda chamar a mãe. Dar conselho orienta como a gente deve agir né. (F.B.4).
- ajuda as dificuldades de escrever, aprender as letras, porque lá no Irmã Bruna não é assim que nem no PETI, as professoras não tem paciência de ensinar as criança. (F.B.5).
- ajudou bastante meus filhos aprendeu bastante lá. (F.B.6).

Pode-se perceber que as famílias inseridas no PETI não querem que seus filhos passem pela mesma situação de pobreza e exclusão social²¹ que seus pais estão inseridos na atualidade, por isso incentivam seus filhos a estudar. Diante do exposto as ações socioeducativas que o PETI proporciona têm contribuído para um melhor aprendizado escolar, uma vez que lá as crianças e os adolescentes encontram pessoas aptas a ajudá-los nas atividades escolares, bem como as atividades esportivas, lúdicas, dentre outras.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004, p. 30).

A realidade brasileira nos mostra que existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros, em especial, de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiências, além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social. Percebe-se que estas situações se agravam justamente nas parcelas da população onde há maiores índices de desemprego e de baixa renda dos adultos.

²¹ A exclusão social é um processo que pode levar ao acirramento da desigualdade e da pobreza e, enquanto tal, apresenta-se heterogênea no tempo e no espaço. (PNAS, 2004. P. 30).

As entrevistadas também destacaram que houve mudanças na maneira do filho ver a educação para a sua vida, desde que entrou no programa, conforme descrito abaixo:

- um quer ser médico. (F.B.1)
- o meu mais velho que ser um jogador, o outro quer ser um professor, mudou a maneira deles pensarem. (F.B. 2)
- melhorou. Meus filhos falam, o pequeno quer ser policial, a outra quer ser veterinária. (F.B. 3)
- mudou porque eles chegam de lá mais incentivados, de querer fazer tarefa. (F.B. 5).

Mesmo com a falta de uma estrutura adequada para a realização das ações socioeducativas, a Coordenadora do PETI, e os monitores buscam trabalhar da melhor maneira possível para que crianças e adolescentes tenham um bom aprendizado e um desempenho escolar satisfatório, no Distrito de Cacau Pirêra.

É de fundamental importância efetivar as práticas de proteção social especial que a PNAS preconiza para população infanto-juvenil que estão em situação de trabalho infantil, haja vista que “a proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social” (PNAS, 2004, p. 31). Cabe aos órgãos competentes no município de Iranduba colocar em prática o que a PNAS preconiza e fazer valer os direitos garantidos de crianças e de adolescentes inseridos no trabalho infantil, bem como dar apoio assistencial às famílias beneficiárias do PETI, para que o programa alcance seus reais objetivos, atendendo de forma efetiva sua população usuária.

Observa-se a importância que a educação tem na vida de crianças e adolescentes, por isso o PETI precisa efetivar ações socioeducativas a esse contingente. É necessário também o apoio do Estado em investir em educação de qualidade, para assim garantir possibilidades reais de superação da situação de pobreza das famílias beneficiárias do PETI, no Cacau Pirêra, após a saída de seus filhos do programa.

3.3 Analisar a participação da família beneficiária nas ações socioeducativas

Sob a ótica da Assistência Social, a família é o lugar por excelência de proteção e inclusão social. Isto permite dizer que os serviços e ações assistenciais devam permitir o fortalecimento dos laços familiares. Por isso a importância de realizar o trabalho com as famílias, pois há no Brasil um desenvolvimento desigual econômico, bem como social, o que permite o crescimento da pobreza em grande parte do território brasileiro.

Tal desigualdade segundo Yamamoto (2010, p. 129):

Revela-se como reprodução ampliada da riqueza e das desigualdades sociais, fazendo crescer a pobreza relativa à concentração e centralização do capital, alijando segmentos majoritários da sociedade do usufruto das conquistas do trabalho social.

O desenvolvimento desigual permite disparidades não somente entre os territórios, como também entre os rendimentos dos trabalhadores qualificados e não qualificados, pois há um retrocesso no emprego, e assim ocorre a ampliação da pobreza.

No Distrito de Cacau Pirêra, a realidade das famílias não é diferente, muitas das famílias estão desempregadas, outras inseridas dentro da informalidade, acentuando as desigualdades sociais, o que permite em muitos casos a queda nos níveis educacionais, pois muitos pais colocam seus filhos para trabalhar a fim de complementar ou suprir a renda familiar.

Para Yamamoto (2010, p. 153):

Desde 1993 aumenta a proporção dos empregados sem carteira assinada, destituída dos direitos trabalhistas: 13º salário, férias, seguro-desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e benefícios previdenciários: auxílio-doença, auxílio acidente de trabalho, salário-maternidade, pensão por morte, aposentadoria.

Com a globalização do capital as desigualdades crescem, em face das mudanças no mundo do trabalho, o crescimento industrial não tem mais capacidade de criar empregos e o processo de proteção social se torna cada vez mais fragilizado, aumentando a pobreza de inúmeras famílias no território brasileiro.

Ao entrevistar as seis mulheres, pôde-se perceber que a família se encontra em atividades informais, em que trabalham quando aparecem atividades. Em momentos que não há atividades para realização do ofício, vão se adequando como podem para não morrerem de fome. E os programas de transferência de renda assumem particularidades importantes na vida dessas famílias, como o PETI.

No que diz respeito, se a vida de sua família melhorou desde que teve acesso à Bolsa Cidadã – atualmente Bolsa Família –, todas as entrevistadas responderam que sim, e ainda justificaram o motivo da mudança, conforme as falas a seguir:

- porque antes não tinha um centavo, e todo mês é aquele tanto. (F.B.1).
- porque o pai deles recebe por semana, e todo mês eles têm esse dinheirinho. Todo mês um tem uma coisa, meu filho chegou pra mim e disse mãe meu tênis tá velho, tá bom meu filho. Aí todo mês que eu vou receber trago um tênis pra um, um tênis pra outro. Compro roupa. (F.B..2).
- melhorou mesmo. É porque as vezes a gente tá sem dinheiro, e sabe que todo mês tá garantido aquele dinheiro pros filhos da gente. Às vezes tá sem dinheiro pra comprar uma roupa, um sapato, aí sabe que ali tá garantido todos os meses, tá ali na conta da gente. Eu todo dia agradeço a Deus por ter recebido. Tem muita gente que até hoje não conseguiu. (F.B.3).
- melhorou um pouco, não é muito, é pouco, mas ajuda bastante. Todo mês tem o dinheirinho deles pra comprar as coisas deles. (F.B.4).
- melhorou muito porque as vezes assim não ter nada dentro de casa, aí chega o dinheiro do benefício e ter o que comprar. (F.B.5).
- melhorou bastante porque assim meu marido não tem emprego fixo aí vem o benefício já serve pra comprar alguma coisa que tá faltando em casa como alimento, porque criança já viu, quando quer quer mesmo. (F.B.6).

Pode-se perceber que as famílias acima citadas, depois que passaram a receber a transferência de renda do programa PETI – atualmente Bolsa Família –, tentam suprir as privações vivenciadas em seu dia a dia, pois muitas estão inseridas em trabalhos informais, sem os direitos básicos garantidos, e muitas vezes sobrevivem dessa transferência de renda.



FIGURA 9 – Trabalho Informal, no Distrito de Cacau Pirêra
Foto: Welen Vasconcelos, pesquisa de campo 2011

Para lamamoto (2010, p. 158):

[...] aquela parcela estagnada de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, com máximo de tempo de serviço e mínimo de salário, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora.

Há um número de pessoas aptas ao trabalho, mas com as mudanças no mercado de trabalho, em que houve a redução de empregos estáveis, e o aumento de empregos temporários, eventuais, precarizados, a regressão dos direitos sociais e trabalhistas, inúmeras pessoas estão inseridas na informalidade, como estratégia de sobrevivência do grupo familiar, haja vista que há um número considerado de desempregados contribuindo para o crescimento da pobreza no Distrito de Cacau Pirêra.

Ao perguntar de que forma é utilizado o dinheiro que a família recebe da Bolsa Cidadã na sua família, obteve-se as seguintes respostas:

- to pagando um beliche, e compro roupa. (F.B.1).
- eu compro roupa pra eles, todo final de mês. (F.B.2).
- eu compro as coisas pra eles que eles precisam. Calçado. Como agora recebi hoje, já tive que comprar os calçados deles pra eles usar. Alimentação. Compro só as coisinhas pra eles mesmo. (F.B.3).
- calçado, roupa pra eles, é material escolar, tudo que eles precisam. (F.B.4).
- ah, o dinheiro do benefício serve pra tanta coisa. Serve pra comprar o gás, as vezes não tem, a gente tem que tirar pra comprar o gás,

roupa pra eles, material escolar porque o benefício é uma força mesmo pra quem tem filho que estuda. (F.B.5).

- comprar as coisas pra eles, comprar roupa pra eles, as coisas que eles tão precisando na escola. (F.B.6).

Diante dessas determinações, a transferência de renda do programa contribui para suprir as necessidades vivenciadas por essas famílias, como também para investir em educação aos seus filhos.

A realização do apoio socioeducativo com as famílias é de fundamental importância, pois é uma forma de acompanhar o grupo familiar. Ao perguntar a forma de acompanhamento familiar disponibilizado pelo programa, a Coordenadora do PETI, do Cacau Pirêra relatou a seguinte resposta:

Traz cursos pras mães, através das reuniões também, das comemorações que a gente insere a família. E através das palestras porque de vez em quando pra cá eu to pedindo palestra sobre a violência contra a mulher, sobre a violência contra a criança, sobre a questão do trabalho infantil. Então sempre vem essa palestra pra cá. Já houve palestras sobre o ECA e cidadania, até participaram dois Conselheiros Tutelares. Vem uma pequena minoria das famílias, aqueles mais interessados, os outros acham que as palestras e reuniões do PETI não são tão importantes.

A família é um espaço de produção e reprodução de processos socializadores, por isso a importância do PETI colocar em prática o trabalho socioeducativo com as famílias para que o indivíduo desenvolva e se torne membro de uma sociedade, e tenha capacidade de fazer suas próprias escolhas.

No que diz respeito aos programas de geração de trabalho e renda oferecidos às famílias, a Coordenadora do PETI, respondeu:

Quatro cursos só, cabeleireiro, manicure, e artes e emborrachados. Além dos cursos que a comunidade oferece, na Escola Irmã Bruna, porque as mães de lá, são as mães daqui, então tem uma parceria, quando tem curso eles avisam, manda comunicar pra que a gente possa divulgar pra que as mães daqui participem lá.

De acordo com a Coordenadora do PETI, os cursos têm sido oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, do município de Iranduba, mas nem todas as famílias comparecem aos cursos de geração de trabalho e renda.

No entanto, o que observamos é que os serviços direcionados as famílias, com os programas de geração de trabalho e renda, que o PETI oferece são frágeis e

não permitem que tenha a realidade modificada. A rede de atendimento articulada com outras políticas públicas não está funcionando em prol de mudanças nas vidas das famílias do Cacau Pirêra.

Para Macedo (2004, p. 179):

Os programas de geração de renda, que devem ser desenvolvidos junto aos pais das crianças inseridas no PETI, têm em princípio o propósito de criar condições para melhorar a qualidade de vida dessas famílias, resolvendo o problema dos baixos rendimentos.

Fica evidente que o trabalho com as famílias, preconizado no Manual Operacional do PETI, o que expressa que os serviços e ações assistenciais destinados às famílias devem propiciar programas de geração de trabalho e renda, por meio de cursos que possam complementar a renda e autonomia familiar não estão sendo implementados na prática.

Sobre quais os cursos e treinamentos desenvolvidos pelo PETI para as famílias, que tiveram conhecimento e participaram, obteve-se as seguintes respostas das seis mulheres.

- sim de pintura, mas não fui. (F.B.2)
- vinha um sabão em pedra, mas não deu certo. (F.B.3).
- participei de dois cursos, de cabeleireiro e manicure, mas de manicure não cheguei a terminar porque tava cheio o rio, e mesmo não podia levar as criança e o pai deles ia pescar. Só fiz o curso mais nunca trabalhei cortando cabelo e nem como manicure, por causa dos meus filhos que não tem com quem ficar e mesmo quando tá cheio o rio, eles não sabem nadar. (F.B.4).
- curso de manicure, esse daí eu fiz. Eu faço de vez em quando um bico, eu faço mais é das famílias dos irmãos assim, aí também a gente não pode nem tá saindo muito por causa deles não tem quem cuide, aí tem que tá ali, porque chega da escola tem que ter almoço pronto, porque de tarde já vai de novo. (F.B.5).
- manicure, mas não fui. (F.B.6).

Para Macedo (2004, p. 185) “os membros das famílias que são contemplados com a bolsa devem fornecer o trabalho de participação nos programas de geração de renda, devem reaprender a ganhar a sua vida e a de sua família”.

De acordo com as falas das seis famílias entrevistadas somente 2 famílias participaram dos cursos, mas não exercem as atividades por não ter com quem deixar seus filhos, haja vista que são pequenos e precisam do auxílio das mães em

casa. Muitas mães deixam de trabalhar para cuidar de seus filhos, incentivando-os a irem à escola e ao PETI para ter possibilidades de mudanças no futuro, e sair do ciclo de pobreza vivenciada pelas suas famílias.

Seria necessário não só investir em cursos de geração de trabalho e renda às famílias do Cacau Pirêra, mas também investir numa escola de tempo integral para que as crianças e adolescentes possam estudar e desenvolver o seu conhecimento, e também para que os responsáveis por esse contingente infanto-juvenil tenham a possibilidade de trabalhar para suprir as necessidades básicas de sua família, haja vista que muitas destas vivem em situação de pobreza, tornando expressiva a questão social.

Para lamamoto (2010, p. 160):

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

Pode-se observar as precárias condições de moradias das famílias entrevistadas que moram nos flutuantes, no Cacau Pirêra, em que fica evidente as desigualdades econômicas e sociais. Muitas dessas famílias sobrevivem de trabalhos informais e do PETI.



FIGURA 10 – Famílias que moram no flutuante, no Cacau Pirêra
Foto: Welen Vasconcelos, pesquisa de campo 2011



FIGURA 11 – Famílias que moram no flutuante, no Cacau Pirêra
Foto: Welen Vasconcelos, pesquisa de campo 2011



FIGURA 12 – Famílias que moram no flutuante, no Cacau Pirêra
Foto: Welen Vasconcelos, pesquisa de campo 2011

Por isso a necessidade de mais investimento em empregos no Distrito de Cacau Pirêra, pois a maioria da população está inserida no trabalho informal, sem nenhuma garantia à proteção social, o que acaba contribuindo para o crescimento da pobreza.

O Estado deve investir não só em infraestrutura, saneamento básico, como também em empregos no Cacau Pirêra, buscar colocar em prática as possibilidades de mudanças que o Prefeito de Iranduba visualizava com a Construção da Ponte Rio Negro. Cabe aos governantes dar mais atenção às problemáticas da população do Distrito de Cacau Pirêra para que estas tenham acesso aos seus direitos civis,

sociais, políticos e humanos, e que possam tomar consciência de seu estado, e buscar melhorias de condições de vida.

Para a realização dos cursos de geração de trabalho e renda, o PETI conta com o apoio do CRAS, estabelecendo outras parcerias, conforme a Coordenadora do CREAS, do município de Iranduba:

A gente faz curso de geração de renda em parceria com o SENAI, que lá no SENAI é nossa base, ofereceu curso a gente leva. O CETAM também tá muito presente com a gente em parceria

No que diz respeito às ações de emprego e renda para os pais, foi mencionada a ação do (CRAS) e do (CREAS), para os quais as crianças e adolescentes do PETI são uma prioridade. Esses centros se localizam em áreas de vulnerabilidade e fazem o acompanhamento de um número determinado de famílias na sua base territorial, adotando medidas de inclusão produtiva, entre outras. (avaliação de integração do PETI ao Programa Bolsa Família, 2007, p. 34).

Mas o que se observa é que as ações de emprego e renda oferecidos pelo PETI, no Cacau Pirêra, não possibilitam as famílias adentrar no mercado de trabalho. As ações reproduzem o ciclo vicioso da pobreza, pois são cursos que possibilita ao indivíduo a permanência da informalidade, com baixos rendimentos.

Outro ponto muito importante da pesquisa foi a respeito, se elas consideram mais importante o benefício do PETI ou ter um emprego, conforme as repostas a seguir:

- ter o benefício, eu não gosto de trabalhar não. (F.B.1).
- o emprego. (F.B.2).
- ter o benefício, porque sei que todo mês tenho o dinheiro garantido. E tendo o benefício eu posso ficar em casa cuidando dos meus filhos, sem trabalhar. (F.B.3).
- o emprego. (F.B.4).
- eu considero mais importante o benefício porque todo mês é certo. (F.B.5).
- eu prefiro o benefício, porque eu não tenho com quem deixar meus filhos mais novos, não tenho confiança em deixar com qualquer pessoa. (F.B.6).

Das seis mulheres entrevistadas somente duas responderam que consideram mais importante o emprego do que o benefício. As demais preferem o benefício. No entanto as famílias que estão inseridas no PETI não têm o conhecimento que os programas de transferência de renda, como o PETI, são programas “movidos para atender ao conjunto de demandas aportadas pela família em seu processo de

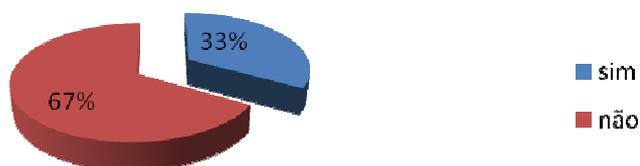
fortalecimento e construção de projetos de vida autônoma” (CARVALHO, 2003, p. 21).

O PETI tem como proposta desenvolver nas famílias potencialidades e talentos, buscando fortalecimento da autonomia familiar. O programa executa o trabalho com as famílias, dentre os quais se destacam os projetos de geração de trabalho e renda para que estas consigam futuramente ter autonomia suficiente para usufruir de bens e serviços indispensáveis à garantia de qualidade de vida.

Ao perguntar das seis entrevistadas se participam das atividades socioeducativas mensalmente, verificou-se que a maioria participa das atividades 67% (4), conforme mostra o gráfico 11 abaixo:

GRÁFICO 11

O (a) Sr (a) participa de atividades socioeducativas mensalmente?



Fonte: Pesquisa de Campo, novembro de 2011.

As famílias que participam das atividades socioeducativas mensalmente do PETI estão preocupadas com o bom aprendizado da criança e também sentem a necessidade de conhecer mais sobre as atividades realizadas no PETI, bem como as palestras sobre os assuntos relacionados ao programa que estão inseridas. De acordo com as falas a seguir:

Nas reuniões foi discutido o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, somente três famílias responderam que sim, conforme as falas a seguir:

- eu achei bacana, falar sobre exploração. (F.B.3).
- achei muito bom, porque a gente escutar assim de vez em quando é bom pra gente mãe, que aí a gente tem como incentivar os filhos da gente a ir pelo caminho certo. (F.B.5).
- importante, porque criança tem que estudar. (F.B.6).

É de fundamental importância que aconteça palestras com as famílias, sobretudo, no que diz respeito ao ECA, que preconiza a proteção integral de crianças e adolescentes. As famílias têm que conhecer sobre os direitos e deveres de seus filhos, e também conhecer os problemas que o trabalho infantil traz em que pode deixar seqüelas, prejudicando o desenvolvimento pessoal e social de seus filhos.

Para Vilani (2010, p. 97):

[] é preciso garantir que as crianças tenham seus direitos cada vez mais plenamente respeitados no presente, pois é certo que as futuras gerações do nosso país dependerão do tratamento que atribuímos às nossas crianças nos dias de hoje.

Nessa perspectiva, é preciso que o programa PETI, do Cacau Pirêra, trabalhe com as famílias beneficiárias a linguagem dos direitos, pois os indivíduos precisam lutar para alcançar os direitos econômicos, políticos e sociais. Cabe aos profissionais responsáveis pelo PETI não passar para os usuários a necessidade da ajuda, como se o programa fosse uma ajuda do Estado para as famílias.

E para que o trabalho alcance resultados positivos, os profissionais, precisam realizar visitas domiciliares para acompanhar as necessidades vivenciadas pelas famílias inseridas no programa, no Cacau Pirêra.

No entanto, referente aos profissionais responsáveis pelo PETI, foi perguntado às famílias entrevistadas se eles mantêm contato com as famílias beneficiárias semanalmente, mensalmente, 83% (5) dos entrevistados responderam que não, e 17% (1) responderam que só foram visitá-lo uma vez. Como expressa o gráfico 12 a seguir:

GRÁFICO 12
Os profissionais que gerenciam o PETI mantêm contato com o (a) Sr (a) semanalmente, mensalmente?



Fonte: Pesquisa de Campo, novembro de 2011.

Cabe aos profissionais que fazem parte do programa estabelecer sempre contato com as famílias para conhecer a realidade em que elas estão inseridas, para que o profissional possa atuar de forma efetiva, em busca de garantir os direitos da população, e assim realizar um bom trabalho, no Cacau Pirêra.

Ao perguntar das seis entrevistadas se já participaram de alguma avaliação promovida pelo programa, 100% (6) responderam que nunca participaram de nenhuma avaliação. Conforme a tabela 4 abaixo:

Tabela 4:

Você ou sua família já participou de alguma avaliação promovida pelo programa?

Opções	nº de resposta	Percentual
Sim	0	0%
Não	6	100%
Total	6	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, novembro de 2011.

Pode-se enfatizar que a avaliação possibilita a verificação do alcance dos objetivos, metas e impactos do programa, no que diz respeito às crianças, aos adolescentes, às famílias e às comunidades. Por isso a importância de realizar a avaliação, não só com as equipes técnicas, mas também com as famílias beneficiárias, pois estas são as principais interessadas na melhoria do programa.

De acordo com o Manual Operacional do PETI (2000, p. 46):

Através de atividades de supervisão das ações executadas, o sistema propiciará a identificação oportuna de problemas que exijam imediata atenção dos responsáveis pela gestão do PETI, em seus três níveis – municipal, estadual e federal.

O programa PETI tem que colocar em prática o que preconiza seu Manual Operacional “o programa objetiva criar condições mínimas para que a família possa promover suas necessidades básicas e complementares sua renda, sem depender do trabalho da criança e do adolescente”. (Manual Operacional do PETI, 2000, p. 3).

Perguntou-se às seis entrevistadas o que mudou na vida do grupo familiar depois que teve acesso à Bolsa Cidadã, e se obteve as seguintes respostas:

- mudou muita coisa. Mudou pra melhor. (F.B.1).
- mudou, dá pra comprar as coisa pros meus filhos. (F.B.2).
- mudou muita coisa na minha vida e dos meus filhos, o benefício ajuda nas coisinhas que falta em casa pra eles. Na escola eles melhoraram bastante. (F.B.3).
- melhorou meus filhos não ficaram assim passando muita fome. Tem o dinheirinho pra comprar o ranchinho deles. A educação deles melhorou bastante. (F.B.4).
- mudou assim a situação mudou, porque é difícil não é muito, mas ajuda bastante. A escola do PETI ajudou muito, porque eles ensinam bem lá. (F.B.5).
- mudou muito assim como eu lhe falei, quando a gente tá precisando de alguma coisa, sabe que todo mês tem aquele dinheiro garantido, aí não é muito, mas já dá pra ajudar um bucado. Ainda mais eu que tenho cinco, graças a Deus é muito bom. No PETI meus filhos aprenderam bastante. (F.B.6).

Verificou-se que o PETI, no Cacau Pirêra, tem contribuído na mudança da vida familiar que está inserida no programa, pois utilizam o dinheiro da transferência de renda para comprar as coisas que faltam em casa. O PETI também tem desempenhado seu papel nas ações socioeducativas às crianças e aos adolescentes, colaborando nas atividades escolares. Pelos depoimentos, pode-se dizer que os pais passaram a incentivar os estudos e investir na educação dos seus

filhos, para que futuramente estes possam ter um futuro melhor, com um bom emprego e sair da condição de pobreza que estão inseridos na atualidade.

Para Vilani (2010, p. 91):

Seja como for, o fato é que as políticas sociais que consigam manter a criança na escola e possibilitem que ela obtenha resultados positivos em sua vida pessoal e profissional, somadas a uma renda familiar que permita o sustento de todos os integrantes de maneira digna, têm forte impacto na redução do trabalho infantil.

Perguntou-se também dos profissionais envolvidos com o PETI, quais as sugestões para melhorar o programa, e obteve-se a seguinte resposta:

- salas maiores; mesas e cadeiras novas; um prédio bem dividido com a sua cantina, porque a nossa cantina é no meio da escola, crianças passam pelo meio; uma sala adequada pra coordenadora, separadinho maior. (Coordenadora do PETI).
- poderia ser a ampliação da estrutura física. Porque ali a coordenadora do PETI Cacau realmente ela faz acontecer, ela desenvolve o serviço que é pra ser feito, não deixa nenhuma criança na mão, quando ela vai realizar uma atividade, ela envolve todo mundo desde os funcionários até os pais, responsáveis, porque as vezes nem os pais são responsáveis pela crianças, as vezes ela tá com tio, com avó, com avô, quem ela poder envolver, ela envolve. (Psicóloga).
- estrutura do local do PETI, qualificação de profissionais, e contratação de pessoas para os serviços. (Assistente Social).
- conseguir local adequado; treinamento com toda a equipe; criar oficinas com as crianças. (Secretária Municipal de Assistência Social, de Iranduba).



FIGURA 13 – Sala da Coordenação do PETI, no Cacau Pirêra
Foto: Welen Vasconcelos, pesquisa de campo 2011

O programa PETI tem procurado trabalhar em busca de um melhor desempenho escolar das crianças, com as ações socioeducativas, bem como manter o envolvimento das famílias inseridas no programa nas reuniões, palestras. No entanto, verificou-se a falta de estrutura do local onde funciona o PETI, e até mesmo os próprios profissionais que fazem parte do programa destacam a necessidade de ampliação das salas para a realização de um bom trabalho com as crianças e os adolescentes.

Perguntou-se também dos profissionais envolvidos no programa PETI sobre o conceito sobre o nível de resolutividade (efetividade) do programa, todos responderam que o nível de efetividade do programa é ótimo, e justificaram o porquê da resposta, conforme está descrito abaixo:

- eu acho assim o programa em si sendo implantado no meio da comunidade como está é ótimo, apesar das nossas dificuldades, ele é ótimo porque ele tá dando uma chance pra essas crianças e adolescentes voltar a ser criança novamente, aprender a ser criança de novo e apreciar uma maneira diferente de ver a vida, mostrar um mundo melhor, tirar o máximo de proveito deles. (Coordenadora do PETI).
- eu considero ótimo porque são realizadas as atividades com sucesso, a gente consegue atingir, não 100, mas 90% do que a gente propõe nos projetos, o trabalho que é pra ser realizado o trabalho socioeducativo, de interação, de atividade física, tudo é desenvolvido lá. Então é o que o programa propõe e tá sendo feito. (Psicóloga).
- é ótimo, porque o PETI é uma forma em que as crianças estejam inseridas no programa. (Assistente Social).

Apesar da estrutura do local dificultar a realização de um bom trabalho no PETI, do Cacau Pirêra, os profissionais envolvidos buscam realizar as atividades da melhor maneira possível, buscando atingir melhorias na educação das crianças e dos adolescentes inseridos no programa.

No entanto, para que o programa PETI, do Cacau Pirêra, atinja seus objetivos com efetividade, é preciso que o programa, junto com o Conselho Tutelar, trabalhe articulado em favor da erradicação do trabalho infantil, para que as crianças e adolescentes que estão inseridas no trabalho precoce permaneçam estudando no PETI, desempenhando as atividades socioeducativas, bem como inseridas na escola, para que o trabalho do contingente infanto-juvenil seja combatido de forma efetiva, no Cacau Pirêra.

É imprescindível também que as famílias que fazem parte do programa participem mais do apoio socioeducativo as famílias, haja vista que o trabalho “baseia-se no tripé: sujeito, família e rede e constituir-se de ações que oferecem oportunidade de desenvolvimento pessoal e social”. (Manual Operacional do PETI, 2000, 43). A partir do apoio socioeducativo, as famílias poderão fortalecer os laços familiares, e também se reconhecer como sujeitos de direitos aos bens e serviços produzidos pela comunidade.

Cabe aos responsáveis pelo programa PETI sensibilizar as famílias inseridas no programa que a transferência de renda é um direito à população de baixa renda, mas é passageiro. Faz-se necessário, ações voltadas para uma educação de qualidade as crianças e adolescentes para que estas possam desenvolver suas potencialidades, e futuramente escolher seus objetivos, também desenvolver cursos profissionalizantes para as famílias do programa, para que tenham possibilidades de se qualificarem profissionalmente, e que a renda seja um meio de contribuição para a família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que no Brasil a inserção de crianças e de adolescentes no trabalho infantil se tornou expressiva com as mudanças que aconteceram no mundo capitalista, com a globalização, em que modificou a organização da classe trabalhadora, com a alta tecnologia introduzida nos locais de trabalho, ocasionando o desemprego estrutural, pois muitos têm como vender sua força de trabalho, mas não têm para quem vender devido à grande concorrência que gira em torno do mercado de trabalho como o modelo de reestruturação produtiva.

Isto permite dizer que ocorre a introdução de empregos instáveis, eventuais terceirizados, subcontratos. Na atualidade há uma grande rotatividade dos trabalhadores, muitos estão inseridos na informalidade sem nenhum direito garantido, o que acaba corroborando para a entrada de crianças e adolescentes no trabalho infantil, para complementar ou até mesmo ajudar na renda familiar.

A realidade do estado do Amazonas não diferencia dos demais estados do Brasil, no que diz respeito a exploração do trabalho infantil, bem como no Distrito de Cacau Pirêra, município de Iranduba - Amazonas, pois existem inúmeras crianças e adolescentes tanto na zona rural como na zona urbana, inseridos no trabalho precoce.

Pode-se verificar que a pesquisa no Distrito de Cacau Pirêra permitiu conhecer sobre o cotidiano das famílias, a falta de oportunidades de empregos estáveis, buscando alternativas de sobrevivência por meio da informalidade, o que vem a contribuir para que os pais introduzam seus filhos no trabalho precoce. A chegada das balsas vindas de Manaus possibilitava a entrada de crianças e de adolescentes no trabalho infantil, pois era onde vendiam seus objetos para complementar ou manter o seu grupo familiar.

Diante desse fato o governo passa a criar uma série de programas, dando ênfase à escolarização, à geração de trabalho emprego e renda, objetivando apoiar a família e erradicar o trabalho infanto-juvenil. Entre estes programas, pode-se situar o PETI, no Distrito de Cacau Pirêra, município de Iranduba.

O objeto de pesquisa passa a ser: saber se realmente os responsáveis pelo programa PETI estão colocando em prática as ações socioeducativas junto às crianças e aos adolescentes, bem como o apoio socioeducativo às famílias com os projetos de trabalho e renda para que estas possam manter sua sobrevivência.

Segundo a pesquisa de campo, o Programa PETI, no Distrito de Cacau Pirêra, tem procurado colocar em prática as ações socioeducativas às crianças e aos adolescentes, desenvolvendo no contingente infanto-juvenil o despertar para um futuro melhor. As ações socioeducativas também têm contribuído para melhorar o aprendizado de crianças e de adolescentes nas escolas.

Mas por outro lado, o PETI tem contribuído parcialmente no apoio socioeducativo com as famílias, no que diz respeito aos programas de geração de trabalho e renda às famílias inseridas no programa. Pode-se observar que não há um envolvimento permanente dos profissionais do programa, em realizar visitas domiciliares às famílias, bem como de incentivar, por meio de palestras, reuniões, as famílias a participarem dos cursos, quando há. É de suma importância realizar o trabalho com as famílias, para que estas não se limitem ao recebimento da bolsa e a frequência escolar de seus filhos,

Evidencia-se também que os profissionais não dão conta de colocar em prática o que preconiza o Manual Operacional do PETI, em que visa priorizar a inclusão das famílias do programa no mundo do trabalho por meio de programas de geração de trabalho e renda. É importante destacar a necessidade de melhores cursos profissionalizantes por parte dos gestores do programa, para que a família possa com os cursos conseguir um emprego digno, e que lhe traga rendas para suprir as necessidades do seu grupo familiar

No que diz respeito à estrutura do local onde funciona o Programa PETI, pode-se observar a necessidade de um lugar apropriado para desenvolver um bom trabalho com as crianças e os adolescentes, pois na sede do PETI do Cacau Pirêra é pequena e, segundo relatos dos monitores, é quente, o que acaba dificultando um bom aprendizado por parte do contingente infanto-juvenil.

Pode-se perceber que houve a redução do trabalho infantil com a inauguração da Ponte Rio Negro, pois quase não se observa mais crianças e adolescentes no Porto de Cacau Pirêra. Aos profissionais pelo programa cabe a responsabilidade dar mais atenção a essa problemática, por meio de fiscalização constante para que ocorra efetivamente o combate ao trabalho infantil naquela localidade.

As crianças e adolescentes que estavam ou estão inseridas no trabalho infantil tem que estar incluída no programa PETI, haja vista que o objetivo do programa é justamente combater o trabalho infantil. Por isso a necessidade do

Conselho Tutelar trabalhar junto com o PETI para que haja uma maior fiscalização em prol de combater o trabalho infantil, no Distrito de Cacao Pirêra.

Faz-se necessário para que o PETI alcance seus objetivos, não só os fatores de ordem socioeconômico, cultural e ideológico, como também o nível de participação das famílias, no desenvolvimento das ações e na concretização do principal objetivo, que é a erradicação do trabalho precoce.

O resultado deste estudo abre um leque de possibilidades não apenas para uma possível avaliação do Programa, como também para a elaboração de políticas públicas direcionadas às famílias, bem como o combate ao trabalho infantil.

REFERENCIAS

ADUAN, Wanda Engel. **Combate ao trabalho infantil no Brasil: avanços e responsabilidades social**. In: Erradicação do Trabalho Infantil: dimensionando as experiências de Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Bahia / org. Carola Carbajal Arregui. – São Paulo: EDUC; IEE/PUC-SP: FINEP, 2000

Amazonas possui 648 mil pessoas que vivem na miséria. Disponível em <www.d24am.com>. Acesso em: 28 de agosto de 2011.

Avaliação da Integração do programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) ao programa bolsa-família (PBF). Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI, Brasília, janeiro de 2007.

ATLAS Municipal de Desenvolvimento Humano em Manaus, 2006.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento**. Djalma Batista. 2. ed. Manaus: Editora Valer/INPA, 2007.

BENAYON, Noval. **Subordinação Reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição Federal 1988**, promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS**, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publica no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS: Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília julho de 2005.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004, publicada no DOU de 28 de outubro de 2004.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Manual de Orientações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**. março de 2000.

Cacau Pirêra quer ser ouvido sobre desmembramento. Disponível em <www.d24am.com>. Acesso em: 08 de agosto de 2011

CACCIAMALI. Maria Cristina. **Globalização e processo de informalidade**. Economia e Sociedade, Campinas, (14): 153 – 174, jun. 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). **A família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC / Cortez, 2003.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **O combate ao trabalho infantil na voz e na agenda da sociedade e do estado brasileiro**. In: Erradicação do Trabalho Infantil: dimensionando as experiências de Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Bahia / org. Carola Carbajal Arregui. – São Paulo: EDUC; IEE/PUC-SP: FINEP, 2000

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura** In: Serviço Social e Sociedade n° 55. São Paulo: Cortez, 1997, p. 105 - 113.

CASTEL,R. As transformações da questão social. In: BOGUS,L.; YASBECK, M.C. & BELFIORI-WANDERLEY, M.(Org). Desigualdade e a Questão Social. São Paulo: EDUC, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CIPOLA, Ari. **O trabalho infantil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

Direitos das Crianças e Adolescentes. Disponível em <www.promenino.org.br>. Acesso em 11 de setembro de 2011.

Dobra o número de crianças flagradas trabalhando em Manaus. Disponível em <www.d24am.com>. Acesso em 20 de fevereiro de 2012.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): por que devemos conhecê-lo?. Disponível em <www.educacional.com.br>. Acesso em 11 de setembro de 2011.

FALEIROS, V.P. **Fome, pobreza e exclusão social: desafios para o governo e a sociedade**. In: SER SOCIAL 13. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. (V. 1, n. 1(1º semestre). Brasília: UNB, 2003.

GERMANO, José Willington. **Pobreza e educação: o avesso da cidadania** In: Serviço Social e Sociedade n° 57 – jul. São Paulo: Cortez, 1998.

GOHN. Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor** / Maria da Glória Gohn. – 2. ed – São Paulo, Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época; v.71).

GOMES, Jerusa Vieira. **Família: cotidiano e luta pela sobrevivência**. In: A família Contemporânea em Debate / Maria do Carmo Brant de Carvalho (Org.). São Paulo: EDUC / Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** / Marilda Villela Iamamoto. – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O serviço social a contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

IANNI, Octavio. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Informações científicas da Amazônia. Disponível em <www.viverde.com.br>. Acesso em 28 de agosto de 2011.

Integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Acesso em <www.mds.gov.br>. Acesso em 28 de outubro de 2011.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. <www.ipea.gov.br>. Acesso em 08 de agosto de 2011.

Irاندuba no limiar da transformação urbana. Disponível em <www.acritica.uol.com.br/manaus/irاندuba>. Acesso em 08 de agosto de 2011.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

MACEDO, Myrtes de Aguiar. **Transferência de renda: nova face de proteção social?** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

MADEIRA, Welbson do Vale. **Capitalismo Tardio e as veias abertas da Amazônia Brasileira**. IV Encuentro Internacional Economía Política y Derechos Humanos. Del 9 al 11 de septiembre de 2010.

Mapa de indicativos do trabalho da criança e do adolescente – 3. ed. Brasília: MTE, SIT, 2005.

MARQUES, Walter Ernesto Ude. **Infâncias (pré)ocupadas: trabalho infantil, família e identidade**. Brasília: Plano Editora, 2001.

Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Acesso em <www.mds.gov.br>, 2011.

Ministério do Trabalho e Emprego – TEM. Erradicação do Trabalho Infantil. Disponível em: <www.mte.gov.br>, Acesso em: 2010.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Desenvolvimento capitalista e “questão social”: notas para debate. In: Revista Praia Vermelha, n 10, primeiro semestre – 2004.

NETTO, J. P. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras**. In: LESBAUPIN, I. (Org.). O desmonte da nação: balanço do governo FHC, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Sônia Selene Baçal. **O Programa Bolsa Família na Cidade de Manaus: análise das dimensões da inclusão social e escolar**. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

PERRY, Anderson. **Balanço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

Presidência da República Controladoria-Geral da União. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Disponível em: <www.portaldatransparencia.gov.br>, Acesso em: 2011.

POCHMANN, Márcio. **A ocupação a partir da reformulação do papel do Estado**. In: A década dos mitos. O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil, São Paulo: Contexto, 2001.

SÁ, Mauro Thury de Vieira. SILVA, Carlos Eduardo Mariano da. SÁ, Lenice Ypiranga Benevides de Araújo Vieira. **A ponte sobre o Rio Negro e seus impactos**. T&C Amazônia, Ano VIII, número 18, I Semestre de 2010.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e Exploração do Trabalho na América latina**. São Paulo: Boitempo, 1999.

SALLUM JR., Brasílio. **A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-2000)**. In: Carlos Guilherme Mota. (org.). Viagem incompleta. A experiência Brasileira (1500-2000): a grande transação. 01 ed. São Paulo, 2000, v. 02, p. 405-437.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal** / Milton Santos. – 19 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCHERER, Elenise. **Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: O avesso do progresso**. Scherer Elenise (org.) **Questão Social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009.

_____. **Baixas nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus** / Elenise Scherer. – Manaus, EDUA, 2005.

_____. **Renda mínima de inserção: inclusão e exclusão**. In: SPOSATI, Aldaíza (org.). **Renda mínima e crise mundial saída ou agravamento?** – São Paulo: Cortez, 1997: 85 a 107.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: descontinuidades e continuidades**. In: Serviço Social e Sociedade n° 83 ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005, p. 30 - 48.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Padrão de Proteção Social e a Reforma das Políticas Social no Brasil**. In: **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz. Editora: UFMA, vol. 4, n° 1/2, jan/dez. 2000.

SOARES, Laura T. **Desigualdade social e pobreza no Brasil no contexto latino-americano: transição ou retrocesso?** In: PRAIA VERMELHA. **Estudos de Política e Teoria Social**. Rio de Janeiro: UFRJ, (n° 8) primeiro semestre 2003.

SOUSA, Maria Luísa de. **Serviço social e instituição: a questão da participação** / Maria Luiza de Souza. – São Paulo: Cortez, 1985.

SOUZA, Norma Maria Bentes de. **Condições de vida, trabalho e rendimento nas áreas rurais e urbanas do Estado do Amazonas**. Scherer Elenise (org.) Questão Social na Amazônia. Manaus: Edua, 2009.

SPOSATI, Aldaiza. Proteção Social na América Latina em contexto da Globalização. Debates Sociais, n. 69-70, Ano XLIII, 2008.

_____. **Sobre os programas brasileiros de garantia de renda mínima – PGRM** / Aldaíza Sposati (org.). Renda mínima e crise mundial saída ou agravamento? – São Paulo: Cortez, 1997. p.. 85 - 107.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O desafio da Inclusão Social no cenário atual brasileiro e amazônico**. Scherer Elenise (org.) Questão Social na Amazônia. Manaus: Edua, 2009.

_____. **Meio ambiente, Amazônia e Serviço Social**. Revista em Pauta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nº21, 2008.

VALLE, Maria Izabel de M. **Globalização e reestruturação produtiva. Um estudo sobre a produção offshore em Manaus**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2000 (cap. V: p. 234-260).

VASCONCELOS, Welen Batalha Pereira. **Família e Política de Transferência de Renda para crianças e adolescentes: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Manaus: UFAM, 2007.

VIANA, Ana Luiza d'Avila; LEVCOVITZ, Eduardo. **Proteção social: Introduzindo o debate**. In: VIANA, Ana Luiza d'Avila; ELIAS, Paulo Eduardo M; IBAÑEZ(orgs). Proteção Social: Dilemas e desafios. São Paulo:hucitec, 2005.

VILANI, Jane Araújo dos Santos. **O que é trabalho infantil**. São Paulo: Brasiliense, 2010. – (Coleção primeiros passos; 339).

VIVARTA, Veet (Coord). **Crianças invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração**. São Paulo: Cortez, 2003. (Série mídia e mobilização social; v. 6).

VIVARTA, Veet. **Piores formas de trabalho Infantil - um guia para jornalistas**. Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). – [Brasília]: OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2007 / Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI, 2007.

WANDERLEY, L.E.W. **A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho**. In: BOGUS,L.; YASBECK, M.C. & BELFIORI-WANDERLEY, M.(Org). Desigualdade e a Questão Social. São Paulo: EDUC, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. In: TEMPORALIS.Revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social. Brasília:ABEPSS.(Ano II, no 3), Jan-jun, 2001.

Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em 30 de maio de 2011

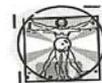
Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat> Acesso em 30 de maio de 2011

Disponível em: <www.ibge.gov.br/estadosat> Acesso em 27 de agosto de 2011

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UFAM

**PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 0395.0.115.000-11, intitulado: **TRABALHO INFANTIL NO DISTRITO DE CACAU PIRÊRA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE ERRADIAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI**, tendo como Pesquisador Responsável: Welen Batalha Pereira Vasconcelos.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 16 de novembro 2011.

Prof. MSc. Plínio José Cavalcante Monteiro
Coordenador CEP/UFAM

APÊNDICE

APÊNDICE - A - INSTRUMENTAL DE PESQUISA COM OS COMUNITÁRIOS**1) IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE**

Nome:

Endereço:

Data de nascimento: ___/___/___ idade: _____ sexo: M () F ()

1.1) Onde o (a) Sr (a) você nasceu?

 Manaus Interior Qual? _____ Outro Estado Qual? _____

1.2) Por que veio morar no Distrito de Cacau Pirêra?

R= _____

1.3) Estado Civil:

 solteiro casado união consensual viúvo outros Qual? _____

1.4) Escolaridade:

 não alfabetizado alfabetizado 1° grau incompleto 1° grau completo 2° grau incompleto 2° grau completo

II) COMPOSIÇÃO FAMILIAR

NOME	GRAU DE PARENTESCO	IDADE	ESTUDA?	TRABALHA?	RENDA

2.1) Quantas pessoas moram como (a) Sr (a)?

R= _____

III) SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

3.1) O (a) Sr (a) está trabalhando?

3.2) Renda Familiar:

- () até 1 salário mínimo
- () de 1 a 3 salários mínimos
- () mais de 3 salários mínimos
- () sem renda

IV) SITUAÇÃO HABITACIONAL:

4.1) Moram em residência:

- () própria
- () alugada

- () invasão
() outros Qual? _____

4.2) Residência é:

- () de madeira
() alvenaria
() outros Qual? _____

4.3) Há quanto tempo o (a) Sr (a) mora neste local?

- () 0 até 6 meses
() 7 até 11 meses
() 1 ano até 6 anos
() 6 anos até 10 anos
() 10 anos até 20 anos
() 20 anos ou +

V) QUESTÕES RELACIONADAS AO OBJETO DA PESQUISA:

1) Desde quando recebe a transferência de renda do PETI?

- () 1 até 6 meses
() 7 até 11 meses
() 1 ano até 4 anos
() Outros _____

2) Como ficou sabendo do programa PETI?

R _____

3) Quantos filhos são atendidos pelo programa PETI?

- 1 () 2 () 3 ()

4) No momento do ingresso no Programa o Sr (a) estava:

- () trabalhando
() desempregada
() inativa (é beneficiária do INSS)

() dona de casa

5) Qual o valor da Bolsa Criança Cidadã que o (a) Sr (a) recebe?

() R\$ 40,00

() R\$ 80,00

() R\$ 120,00

() outros _____

6) O pagamento da bolsa PETI é regular?

() sim

() não

7) Onde seu (a) filho (a) trabalhava antes de receber a Bolsa Criança PETI?

R= _____

8) Quanto seu filho (a) ganhava por dia?

R= _____

9) O que era feito com o dinheiro que ele recebia?

R= _____

10) O Sr (a) considera importante que seus filhos estudem? Por quê?

R= _____

11) Qual a escola que seus filhos estudam atualmente?

R= _____

12) o Sr (a) gosta da escola em que seu filho estuda? Por quê?

R= _____

13) Qual a idade deles e em que séries estão?

Idade: _____

Série: _____

Idade: _____

Série: _____

Idade: _____

Série: _____

14) O (a) Sr (a) acompanha a frequência escolar do seu (a) filho (a)?

R= _____

15) O Sr (a) incentiva seus filhos a estudar? Como?

R= _____

16) E antes do Programa PETI, o Sr (a) incentivava seus filhos a ir à escola?

() Sim. Por quê?

() Não

17) O seu filho (a) frequenta todos os dias a Jornada Escolar Ampliada?

R= _____

18) O (a) Sr (a) sentiu que ele (a) melhorou nos estudos depois que começou a participar da Jornada Ampliada?

() sim

() não

() mais ou menos

() não frequenta a Jornada Ampliada

19) O (a) Sr. (a) acompanha as atividades da jornada ampliada?

() sim

() não

() as vezes

() outros _____

20) Quais atividades que seu (a) filho realiza na Jornada Ampliada (atividade esportiva, de lazer, culturais, etc).

R= _____

21 A participação na Jornada Ampliada ajuda o seu (a) filho superar as dificuldades enfrentadas nas atividades da escola?

() sim

() não

() justifique _____

22) Você acha que mudou a maneira de seu (a) filho ver a importância da educação para a sua vida, desde que entrou no PETI?

() sim

() não

() justifique _____

23) De que forma é utilizado o dinheiro que o (a) Sr (a) recebe da Bolsa Cidadã na sua família?

R= _____

24) A vida de sua família melhorou desde que o (a) Sr (a) teve acesso a Bolsa Cidadã?

() sim

() não

() justifique _____

25) Quais os cursos e treinamentos desenvolvidos pelo PETI para as famílias, que o (a) Sr (a) tem conhecimento e participa?

R= _____

26) Em caso positivo, essas atividades contribuem para manutenção familiar, impedindo que seu filho (a) não seja obrigado (a) a voltar para o trabalho infantil?

() sim

() não

() em termos

() justifique _____

27) Os cursos e treinamentos desenvolvidos pelo PETI ajudou o Sr (a) a encontrar trabalho?

R= _____

28) Em caso positivo, em que trabalha?

R= _____

29) Qual é, mais ou menos, a renda familiar sem a bolsa PETI?

R= _____

30) O Sr (a) considera mais importante o benefício do PETI ou ter um emprego?

R= _____

31) O (a) Sr (a) participa de atividades socioeducativas mensalmente?

() sim

() não

() justifique _____

32) Nas reuniões foi discutido o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA?

() sim

() não

() justifique _____

33) Nas atividades socioeducativas foram realizadas palestras, por exemplo, discutir direitos de cidadania?

() sim

() não

() justifique _____

34) Os profissionais que gerenciam o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI mantêm contato com o (a) Sr (a) semanalmente, mensalmente?

() sim

() não

() as vezes

() outros _____

35) Você ou sua família já participou de alguma avaliação promovida pelo programa?

() sim

() não

36) O que mudou na vida (a) Sr (a) depois que teve acesso a Bolsa Cidadã?

R= _____

37) Daria alguma sugestão para melhorar os serviços do programa?

R= _____

APÊNDICE - B - INSTRUMENTAL DE PESQUISA COM A COORDENADORA DO PETI DO DISTRITO DE CACAU PIRÊRA

I – IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____ Naturalidade: _____

Tempo de Formação:

- 1) Quanto tempo você trabalha nessa Instituição?
- 2) Já teve experiências anteriores na área de criança e adolescente?
- 3) Possui cursos de capacitação na área de criança e adolescente disponibilizado pela Secretaria de Assistência Social, do município de Iranduba?
- 4) Quando o PETI foi criado no Cacau Pirêra?
- 5) Como se deu o processo de implementação do PETI?
- 6) Número de crianças e adolescentes encaminhadas ao programa?
- 7) Número de crianças e adolescentes inseridos no programa?
- 8) Número de famílias inseridas no programa?
- 9) Qual o valor do benefício do programa?
- 10) Números de crianças e adolescentes inseridos na escola?
- 11) Controle de permanência da criança ou adolescente na escola?
- 12) Controle do desempenho escolar?
- 13) Articulação do programa PETI com a escola?
- 14) Número de crianças e adolescentes inseridos na Jornada Ampliada?
- 15) Número de crianças e adolescentes suspensos por não freqüentarem a Jornada Ampliada?

- 16) Número de crianças e adolescentes excluídos por não freqüentarem a Jornada Ampliada?
- 17) Local de Jornada X Local de moradia (distância geográfica)?
- 18) Meio que as crianças e adolescentes utilizam para chegar ao local da Jornada?
- 19) Tempo que as crianças e adolescentes levam para chegar ao local da Jornada?
- 20) Tipos de Atividades realizadas?
- 21) Qualificação dos monitores?
- 22) Tipo de monitoramento que o programa utiliza para a Jornada Ampliada?
- 23) Há regularidade do pagamento da bolsa PETI ?
- 24) Qual é a forma de acompanhamento familiar disponibilizado pelo programa?
- 25) Tipos de atividades socioeducativas realizadas com a família?
- 26) Programas de geração de emprego e renda oferecidos para as famílias?
- 27) Acompanhamento e assistência familiar pelo programa?

III – OPINIÃO DO PROFISSIONAL:

- 1) Para você existe alguma fragilidade no formato do Programa? Quais as questões que precisam ser mais bem trabalhadas ou redimensionadas para o aprimoramento dos serviços?
- 2) Quais as suas sugestões para melhorar o programa?
- 3) Conceito sobre o nível de resolutividade (efetividade) do programa?

() ótimo
() bom
() regular
Por quê? _____

APÊNDICE - C - INSTRUMENTAL DE PESQUISA COM A PSICÓLOGA DO PETI**I – IDENTIFICAÇÃO:**

Nome: _____

Idade: _____ Naturalidade: _____

Tempo de Formação: _____

- 1) Quanto tempo você trabalha nessa Instituição?
- 2) Já teve experiências anteriores na área de criança e adolescente?
- 3) Possui cursos de capacitação na área de criança e adolescente disponibilizado pela Secretaria de Assistência Social, do município de Iranduba?
- 4) Quando o PETI foi criado no Cacau Pirêra?
- 5) Como se deu o processo de implementação do PETI?
- 6) Número de crianças e adolescentes encaminhadas ao programa?
- 7) Número de crianças e adolescentes inseridos no programa?
- 8) Número de famílias inseridas no programa?
- 9) Qual o valor do benefício do programa?
- 10) Números de crianças e adolescentes inseridos na escola?
- 11) Controle de permanência da criança ou adolescente na escola?
- 12) Controle do desempenho escolar?
- 13) Articulação do programa PETI com a escola?
- 14) Número de crianças e adolescentes inseridos na Jornada Ampliada?
- 15) Número de crianças e adolescentes suspensos por não freqüentarem a Jornada Ampliada?
- 16) Número de crianças e adolescentes excluídos por não freqüentarem a Jornada Ampliada?

- 17) Local de Jornada X Local de moradia (distância geográfica)?
- 18) Meio que as crianças e adolescentes utilizam para chegar ao local da Jornada?
- 19) Tempo que as crianças e adolescentes levam para chegar ao local da Jornada?
- 20) Tipos de Atividades realizadas?
- 21) Qualificação dos monitores?
- 22) Tipo de monitoramento que o programa utiliza para a Jornada Ampliada?
- 23) Há regularidade do pagamento da bolsa PETI ?
- 24) Qual é a forma de acompanhamento familiar disponibilizado pelo programa?
- 25) Tipos de atividades socioeducativas realizadas com a família?
- 26) Programas de geração de emprego e renda oferecidos para as famílias?
- 27) Acompanhamento e assistência familiar pelo programa?

III – OPNIÃO DO PROFISSIONAL:

- 1) Para você existe alguma fragilidade no formato do Programa? Quais as questões que precisam ser mais bem trabalhadas ou redimensionadas para o aprimoramento dos serviços?
- 2) Quais as suas sugestões para melhorar o programa?
- 3) Conceito sobre o nível de resolutividade (efetividade) do programa?

() ótimo

() bom

() regular

Por quê? _____

APÊNDICE - D - INSTRUMENTAL DE PESQUISA COM A ASSISTENTE SOCIAL DO PETI

I – IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____ Naturalidade: _____

Tempo de Formação:

- 1) Quanto tempo você trabalha nessa Instituição?
- 2) Já teve experiências anteriores na área de criança e adolescente?
- 3) Possui cursos de capacitação na área de criança e adolescente disponibilizado pela Secretaria de Assistência Social, do município de Iranduba?
- 4) Quando o PETI foi criado no Cacau Pirêra?
- 5) Como se deu o processo de implementação do PETI?
- 6) Número de crianças e adolescentes encaminhadas ao programa?
- 7) Número de crianças e adolescentes inseridos no programa?
- 8) Número de famílias inseridas no programa?
- 9) Qual o valor do benefício do programa?
- 10) Números de crianças e adolescentes inseridos na escola?
- 11) Controle de permanência da criança ou adolescente na escola?
- 12) Controle do desempenho escolar?
- 13) Articulação do programa PETI com a escola?
- 14) Número de crianças e adolescentes inseridos na Jornada Ampliada?
- 15) Número de crianças e adolescentes suspensos por não freqüentarem a Jornada Ampliada?

- 16) Número de crianças e adolescentes excluídos por não freqüentarem a Jornada Ampliada?
- 17) Local de Jornada X Local de moradia (distância geográfica)?
- 18) Meio que as crianças e adolescentes utilizam para chegar ao local da Jornada?
- 19) Tempo que as crianças e adolescentes levam para chegar ao local da Jornada?
- 20) Tipos de Atividades realizadas?
- 21) Qualificação dos monitores?
- 22) Tipo de monitoramento que o programa utiliza para a Jornada Ampliada?
- 23) Há regularidade do pagamento da bolsa PETI ?
- 24) Qual é a forma de acompanhamento familiar disponibilizado pelo programa?
- 25) Tipos de atividades socioeducativas realizadas com a família?
- 26) Programas de geração de emprego e renda oferecidos para as famílias?
- 27) Acompanhamento e assistência familiar pelo programa?

III – OPNIÃO DO PROFISSIONAL:

- 1) Para você existe alguma fragilidade no formato do Programa? Quais as questões que precisam ser mais bem trabalhadas ou redimensionadas para o aprimoramento dos serviços?
- 2) Quais as suas sugestões para melhorar o programa?
- 3) Conceito sobre o nível de resolutividade (efetividade) do programa?

() ótimo
() bom
() regular
Por quê? _____

APÊNDICE - E - INSTRUMENTAL DE PESQUISA COM A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

I – IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____ Naturalidade: _____

Tempo de Formação:

- 1) Quanto tempo você trabalha nessa Instituição?
- 2) Já teve experiências anteriores na área de criança e adolescente?
- 3) Possui cursos de capacitação na área de criança e adolescente disponibilizado pela Secretaria de Assistência Social, do município de Iranduba?
- 4) Quando o PETI foi criado no Cacau Pirêra?
- 5) Como se deu o processo de implementação do PETI?
- 6) Número de crianças e adolescentes encaminhadas ao programa?
- 7) Número de crianças e adolescentes inseridos no programa?
- 8) Número de famílias inseridas no programa?
- 9) Qual o valor do benefício do programa?
- 10) O Distrito de Cacau Pirêra possui um Gestor do Programa, ou seja, alguém que atue, no âmbito de suas competências, providenciando a estrutura necessária para a execução do PETI, viabilizando recursos humanos e financeiros indispensáveis ao êxito do Programa?
- 11) Os critérios de seleção das crianças e adolescentes estão de acordo com as normas do programa?

- 12) As crianças e adolescentes inseridos no PETI são crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil?
- 13) Há evidências de trabalho infantil no Cacau Pirêra?
- 14) Quais as providências tomadas pelo Conselho Tutelar para erradicar o trabalho infantil no Cacau Pirêra?
- 15) São oferecidos cursos de geração de renda as famílias participantes do programa?
- 16) Há acompanhamento e assistência familiar pelo programa?
- 17) Há controle de frequência na escola e na jornada ampliada?
- 18) Os monitores do programa são capacitados e treinados para o desenvolvimento de suas atribuições?
- 19) Articulação do programa PETI com a escola?
- 20) Há regularidade do pagamento da bolsa PETI ?
- 21) O que você acha do local onde é realizada a jornada ampliada?

III – OPINIÃO DO PROFISSIONAL:

- 1) Para você existe alguma fragilidade no formato do Programa? Quais as questões que precisam ser mais bem trabalhadas ou redimensionadas para o aprimoramento dos serviços?
- 2) Quais as suas sugestões para melhorar o programa?
- 3) Conceito sobre o nível de resolutividade (efetividade) do programa?

() ótimo

() bom

() regular

Por quê? _____

APÊNDICE - F - INSTRUMENTAL DE PESQUISA COM O CONSELHEIRO TUTELAR

I – IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____ Naturalidade: _____

Tempo de Formação:

- 1) Quanto tempo você trabalha nessa Instituição?
- 2) Já teve experiências anteriores na área de criança e adolescente?
- 3) Possui cursos de capacitação na área de criança e adolescente?
- 4) Número de crianças e adolescentes inseridos no Trabalho Infantil e encaminhados ao Conselho Tutelar
- 5) Por que crianças e adolescentes, do Cacau Pirêra adentram ao trabalho infantil?
- 6) Os pais contribuem para a inserção dos seus filhos no trabalho infantil?
- 7) Há controle de permanência da criança ou adolescente do Conselho tutelar, em relação à escola?
- 8) Articulação do Conselho Tutelar com o programa PETI?
- 9) Quais as ações desenvolvidas pelo Conselho Tutelar para a erradicação do trabalho infantil, no Cacau Pirêra?
- 10) Existe fiscalização por parte do Conselho Tutelar, em relação às crianças e adolescentes que já se inseriram no trabalho infantil?
- 11) Que medidas tomadas por parte do Conselho Tutelar, em relação às crianças e adolescentes que já passaram pelo Conselho Tutelar, exercendo trabalho infantil, e, hoje, estão inseridas novamente no trabalho infantil?
- 12) Que medidas tomadas pelo o Conselho Tutelar, em relação aos pais que contribuem para que seus filhos adentrem ao trabalho infantil?

13) O Conselho Tutelar realiza palestras com os responsáveis de crianças e adolescentes que já passaram pelo Conselho Tutelar exercendo trabalho infantil?

14) Houve a redução do trabalho infantil depois da implementação do PETI, no Cacau Pirêra?

15) O que você tem a dizer sobre a atuação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI?

APÊNDICE - G - INSTRUMENTAL DE PESQUISA COM OS MONITORES

I – IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____ Naturalidade: _____

Tempo de Formação:

- 1) Quanto tempo você trabalha no PETI?
- 2) Qual o seu grau de instrução?
- 3) Já teve experiências anteriores na área de criança e adolescente?
- 4) Possui cursos de capacitação e treinamento na área de criança e adolescente disponibilizado pela Secretaria de Assistência Social, do município de Iranduba?
- 5) Número de crianças e adolescentes encaminhadas a Jornada Ampliada?
- 6) Antes das crianças e adolescentes entrarem na jornada ampliada, como era o seu desempenho escolar?
- 7) As crianças e adolescentes inseridas na Jornada Ampliada têm um bom desempenho escolar?
- 8) Melhorou a situação sócio-educacional das crianças e adolescentes com a implementação do PETI? Por quê?
- 9) As crianças gostam das atividades realizadas na jornada ampliada?
- 10) O PETI disponibiliza merendas, as crianças e adolescentes que fazem parte da jornada ampliada?
- 11) Os pais incentivam seus filhos a participarem da jornada ampliada?
- 12) Há controle de permanência da criança ou adolescente na jornada ampliada?
- 13) Quais as atividades realizadas na jornada ampliada?
- 14) O ambiente das salas onde são realizadas as atividades da jornada ampliada é confortável para um bom aprendizado das crianças e adolescentes?

15) Há atrasos no pagamento dos monitores da Jornada Ampliada?

16) A jornada ampliada precisa melhorar. Por quê?

17) O que você acha do local onde é realizada a jornada ampliada?

APÊNDICE – H – TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sr.(a) para participar do Projeto de Pesquisa “**Trabalho Infantil no Distrito de Cacau Pirêra: uma análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**”, das pesquisadoras Welen Batalha Pereira Vasconcelos e Prof^a Dr^a Simone Eneida Baçal de Oliveira. A pesquisa tem como intuito realizar um estudo sobre o Programa PETI, para buscar enfatizar o combate ao trabalho infantil, bem como as possibilidades de mudanças que são dadas as famílias beneficiárias. A pesquisa tem como objetivo verificar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e suas ações sócio-educativas desenvolvidas junto a crianças e adolescentes e seus familiares, no Distrito de Cacau Pirêra, município de Iranduba. Os benefícios da pesquisa são os seguintes: os resultados da pesquisa poderão contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, assim sua participação é de fundamental importância para o melhor conhecimento das ações do PETI, no sentido de perceber o seu desenvolvimento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Os instrumentos a serem aplicados serão: observação ordinária, entrevistas semi-estruturada, formulários, gravador de voz, máquina fotográfica. Os riscos envolvidos com sua participação são: possíveis constrangimentos ou desconforto durante a entrevista, que serão minimizados através das seguintes providências:

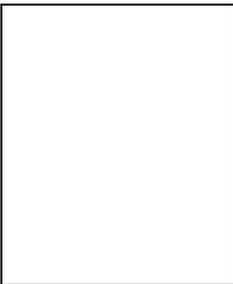
- Garantir que a privacidade do participante seja mantida;
- Confidencialidade dos dados;
- Cautela na elaboração do roteiro de entrevistas e;
- Na forma como as perguntas serão feitas durante a entrevista.

Para qualquer outra informação você poderá entrar em contato com as **Pesquisadoras Welen Batalha Pereira Vasconcelos, pelo telefone (92) 3305-4579 ou no endereço situado na Avenida General Rodrigo Otávio, nº 3000 – Bairro Japiim I, CEP: 69077-000 – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS; e Profa. Simone Eneida Baçal de Oliveira, pelo telefone (92) 3305-4579 ou no endereço situado na Avenida General Rodrigo Otávio, nº 3000 – Bairro Japiim I, CEP: 69077-000 – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na**

Amazônia - PPGSS, ou pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFAM, pelo telefone 3305-5130. CEP: 69057-070.

Fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Assinatura do participante

ou  ____/____/2011

Welen Batalha Pereira Vasconcelos
Pesquisadora responsável

Impressão do dedo polegar ____/____/2011
Caso não saiba assinar

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Vasconcelos, Welen Batalha Pereira

V331t Trabalho infantil no distrito de Cacao Pirera - uma análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI / Welen Batalha Pereira Vasconcelos. - Manaus: UFAM, 2012.
169 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Orientador: Prof. Dr. Simone Eneida Baçal

1. Trabalho Infantil 2. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI 3. Políticas públicas I. Baçal, Simone Eneida (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 331-053.2(811.3)(043.3)